

De acordo com o disposto no artigo 10.º do Regulamento n.º 04/2004 da CMVM transcreve-se o

RELATÓRIO E CONTAS DO 1º SEMESTRE DE 2007

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça D. João I, 28, Porto - 4000-295 Porto - Capital Social de 3.611.329.567 Euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de
identificação fiscal 501 525 882

Direcção de Relações
com Investidores
Pedro Esperança Martins
Rua Augusta 62 Piso 2
1149-023 LISBOA
Telf +351 213 211 081
pmartins@millenniumbcp.pt

Direcção de Comunicação
Paulo Fidalgo
Rua Augusta 62 Piso 2
1149-023 LISBOA
Telf +351 213 211 740
paulo.fidalgo@millenniumbcp.pt



Síntese de Indicadores

<i>(valores em milhões de euros)</i>	30 Jun. 07	30 Jun. 06 ⁽⁶⁾	Var. 07 / 06
Activo total	85.672	76.404	12,1%
Crédito a clientes (líquido)	60.341	53.857	12,0%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	59.777	56.549	5,7%
Margem financeira	768,8	684,4	12,3%
Produto bancário ^{(2) (5)}	1.380,5	1.303,1	5,9%
Custos operacionais ⁽³⁾	771,4	762,2	1,2%
Imparidade do crédito (liq. de recuperações)	97,8	70,9	37,9%
Impostos sobre lucros	69,4	48,5	43,3%
Interesses minoritários	26,5	24,9	6,1%
Resultados líquidos	307,9	395,8	-22,2%
Resultados líquidos em base comparável	373,4	362,0	3,1%
Produto bancário / Activo líquido médio ^{(4) (5)}	3,6%	3,5%	
Rendibilidade dos activos médios (ROA)	0,7%	1,0%	
Resultado antes de impostos e interesses minoritários / Activo líquido médio ⁽⁴⁾	1,0%	1,3%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE) em base comparável	17,8%	20,1%	
Resultado antes de impostos e interesses minoritários / Capitais próprios médios ⁽⁴⁾	19,6%	25,4%	
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽⁴⁾	1,1%	1,1%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽⁴⁾	-0,9%	-1,3%	
Imparidade riscos de crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	247,2%	303,6%	
Imparidade para riscos de crédito / Crédito com incumprimento	176,3%	216,7%	
Custos operacionais / Produto bancário ^{(4) (5)}	55,9%	58,5%	
Custos operacionais / Produto bancário (actividade em Portugal) ^{(4) (5)}	52,8%	55,3%	
Custos com pessoal / Produto bancário ^{(4) (5)}	31,5%	32,7%	
Fundos próprios totais (BdP)	6.543	6.653	
Riscos ponderados	57.732	53.990	
Rácio de adequação de fundos próprios de base	6,8%	7,3%	
Rácio de adequação de fundos próprios	11,3%	12,3%	
Sucursais em Portugal	867	868	-0,1%
Colaboradores (actividade bancária em Portugal)	10.844	11.181	-3,0%

⁽¹⁾ Débitos para com clientes titulados e não titulados, Patrimónios sob gestão e Seguros de capitalização.

⁽²⁾ Margem financeira, Dividendos, Comissões líquidas, Resultados em operações financeiras, Resultados por equivalência patrimonial e Outros resultados de exploração (líquidos) (de acordo com a instrução nº16/2004 do Banco de Portugal).

⁽³⁾ Custos com pessoal, Outros gastos administrativos e Amortizações do exercício, em base comparável.

⁽⁴⁾ Calculado de acordo com a instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal.

⁽⁵⁾ Produto Bancário em base comparável.

⁽⁶⁾ Em base comparável, ajustado das participações em associadas alienadas total ou parcialmente - Banque BCP França, Banque BCP Luxemburgo e bcpbank Canada.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Filipe de Jesus Pinhal, *Presidente*
Christopher de Beck, *Vice-Presidente*
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues
António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques
Alípio Barrosa Pereira Dias
Alexandre Alberto Bastos Gomes
Francisco Jose Queiroz de Barros de Lacerda
Boguslaw Jerzy Kott

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

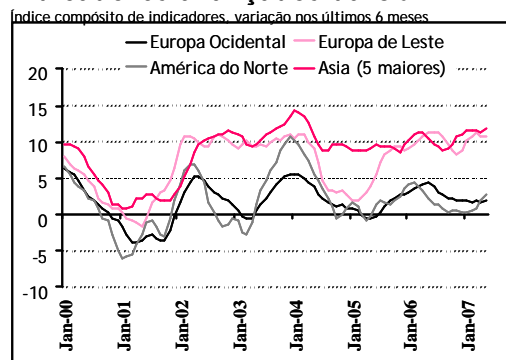
Economia Internacional

Os ganhos decorrentes da crescente integração de mercados, a crescente abertura e o rápido desenvolvimento de economias emergentes de grande dimensão, e o prolongamento de uma conjuntura de estabilidade e crescimento a nível mundial, contribuíram, durante o primeiro semestre, para a sustentação de um clima de confiança, favorável à iniciativa, ao risco e ao dinamismo dos mercados financeiros.

A vitalidade de economias em desenvolvimento, como a China e a Índia, e o aprofundamento do grau de integração das economias europeias, nomeadamente, das economias do Leste Europeu, têm compensado o efeito moderador decorrente da evolução menos acentuada da economia norte-americana, devido no essencial, ao prolongamento da fase de ajustamento no sector da construção para habitação, nos Estados Unidos. Perspectiva-se, novamente, um crescimento da economia mundial substancialmente acima do seu nível potencial e próximo do registado nos anos anteriores. De destacar a robustez do crescimento Europeu registado no início do ano - crescimento real do PIB de 3% no primeiro trimestre - reflectindo-se numa redução expressiva dos níveis de desemprego, que, a manter-se, tenderá a contribuir, por seu turno, para a sustentação do processo de crescimento.

O desenvolvimento de economias emergentes tem-se repercutido num aumento significativo da procura por matérias-primas. Dada a rigidez de oferta destes produtos no curto prazo, tem-se mantido a tendência de subida dos seus preços. Também a maior intensidade na utilização dos factores produtivos potencia o risco de desenvolvimento de pressões inflacionistas. Todavia, nas principais economias, ao longo do primeiro semestre, a taxa de inflação manteve-se contida, em virtude da redução do preço da energia nos meses anteriores. A subida recente do preço do petróleo e a manutenção de um contexto de redução da folga produtiva nas principais economias prenunciam um aumento das pressões inflacionistas nos próximos trimestres.

Indicadores avançados da OCDE



Mercados Financeiros Internacionais

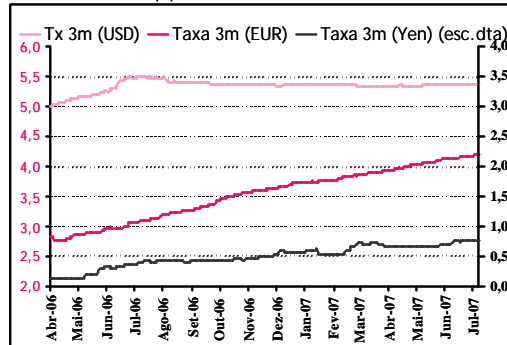
Este período prolongado de crescimento sustentado, de inflação controlada, de estabilidade nas expectativas inflacionistas de longo prazo e de baixa volatilidade nos mercados financeiros reflectiu-se num clima de elevada confiança e de propensão ao risco. Este contexto gerou uma valorização expressiva dos principais índices accionistas mundiais, que registaram os valores máximos de sempre, um elevado volume de operações no mercado de capitais, uma tendência de redução dos prémios de risco de activos de economias emergentes, e uma procura de remuneração adicional face às aplicações tradicionais, sustentando um interesse substancial por novos instrumentos, de que é exemplo o surto do mercado de derivados de crédito. Apesar de muito benéfica, tal conjuntura terá implicado, porém, alguma complacência na avaliação dos riscos e, conseqüentemente, na avaliação de determinados instrumentos, representando um elemento de vulnerabilidade em caso de alteração das condições actuais. Este impacto poderá ser ampliado pela liquidez reduzida em alguns mercados, provocando ajustamentos mais pronunciados em episódios de reapreciação do risco.

A melhoria do ciclo económico tem sido acompanhada por condições monetárias mais restritivas a nível global. Se nos EUA se completou agora um ano de estabilidade da taxa dos *Fed Funds* (5.25%), na Europa tem prosseguido o processo de "normalização" dos níveis de taxas de juro e, na China, este tem sido ainda acompanhado de outras medidas administrativas destinadas a moderar o crescimento do crédito e a promover o desenvolvimento do consumo privado. A taxa de refinanciamento principal do BCE situa-se em 4,00% sendo possível um novo ajustamento para 4,25% até ao final do ano. Estes valores são inferiores ao máximo de 4,75% verificado em 2001, mas encontram-se no intervalo - não oficial - tido como consistente com a evolução nominal da economia. Assim, aumentos posteriores nas taxas de juro estarão crescentemente dependentes da evolução da actividade e das expectativas inflacionistas.

Em virtude da robustez da actividade na Área do Euro e da evolução favorável dos diferenciais de taxas de juro, o euro (acompanhado por outras moedas europeias) registou novos máximos face ao iene e ao dólar. Apesar de tal constituir um factor desfavorável para as exportações, o impacto ainda se revela limitado, quer porque tem sido compensado por ganhos de produtividade, quer porque outras moedas, com crescente importância para o comércio mundial, também têm evoluído no mesmo sentido. A depreciação do dólar, conjuntamente com o crescimento mais moderado da procura interna nos Estados Unidos, está a produzir os efeitos desejados, ao contribuir para a redução do desequilíbrio externo norte-americano.

Taxas de Juro 3meses

Valores diários em p.p.



Sector Bancário Internacional

O contexto de expansão da actividade económica, de liquidez abundante e de dinamismo dos mercados de capitais foi favorável ao desenvolvimento da actividade bancária e à rentabilidade dos bancos nos diferentes segmentos - retalho, empresas e banca de investimento -, embora em alguns mercados comecem a observar-se indícios de maturação deste ciclo. O aumento do nível geral das taxas de juro começa a influenciar a actividade, por via da alteração na composição dos recursos, tornando mais atractivas as aplicações tradicionais, e pela moderação induzida na expansão do crédito, especialmente, no crédito para habitação. Com o aumento das taxas de juro e dos preços da habitação, a capacidade de aquisição de habitação por parte das famílias tem vindo a reduzir-se na Europa, justificando a menor procura por crédito. Nos Estados Unidos, a redução dos preços das casas, corrigindo o surto imobiliário em parte sustentado pela facilidade na obtenção de crédito dos últimos anos, está a conduzir ao aumento das incidências de crédito, à falência de instituições financeiras de pequena dimensão mais expostas a esta linha de negócio e ao aumento da volatilidade em instrumentos financeiros derivados. Em consequência, os critérios de concessão de crédito estão a tornar-se mais restritivos, condição que poderá difundir-se a outros produtos e mercados e proporcionar um arrefecimento da actividade no mercado de capitais e de crédito.

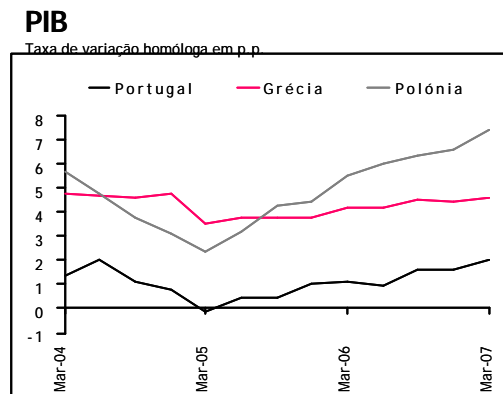
Dada a maturidade evidenciada, pelos mercados bancários nos países desenvolvidos, na procura de factores de sustentação de rentabilidade, as estratégias mais comuns têm envolvido: (i) a instalação ou aquisição de instituições financeiras em mercados com potencial de crescimento mais elevado, nomeadamente, em países que se situam numa fase anterior de desenvolvimento da actividade bancária, como é o caso das economias do Leste Europeu, da China e também de África (Mediterrâneo ou países com afinidades culturais); (ii) a consolidação nas economias domésticas, desde a opção pelas fusões ao crescimento orgânico, de modo a internalizar ganhos de eficiência; (iii) a expansão para outras linhas de negócio, como, por exemplo, operações de *corporate finance* ou operações financeiras, com características tipicamente mais voláteis; ou (iv) a expansão do universo de entidades elegíveis para a concessão de crédito. A criação de grupos de grande dimensão, a nível europeu e mundial, continua na ordem do dia, com especial preponderância entre entidades de origem espanhola, italiana, francesa e britânica.

A proposta da Comissão Europeia relativa à Directiva dos Serviços de Pagamento foi aceite pelo Parlamento Europeu em Abril, e terá de ser transposta para o direito nacional até Novembro de 2009. Nesta instituem-se os agentes autorizados dentro do espaço europeu para processar pagamentos e estabelecem-se os deveres e as obrigações para os vários agentes envolvidos, bem como um sistema de protecção acrescida do consumidor. Esta Directiva desenvolve-se no âmbito do objectivo da criação da Área Europeia de Pagamentos (SEPA), harmonizando os diferentes enquadramentos legais. Também de assinalar a adaptação de sistemas e processos para a utilização das regras de adequação de capital (Basileia II), que poderá funcionar como um vector adicional de competitividade, ao conferir maior responsabilidade às entidades bancárias na gestão do capital.

Economias Domésticas

A economia portuguesa regista uma aceleração gradual da actividade, mas ainda de forma menos intensa do que nos parceiros europeus. No primeiro trimestre, a taxa homóloga de crescimento real do PIB situou-se em 2,0% (0,8% em termos trimestrais). Para o efeito continuou a ser determinante o contributo da procura externa (1,9 p.p.), em virtude da manutenção de um enquadramento externo muito favorável acompanhado da moderação da procura interna. Este desempenho, conjuntamente, com a melhoria dos termos de troca, tem conduzido a uma redução significativa do défice comercial, pese embora o facto de se manter com valores muito elevados.

As projecções para o crescimento do PIB em Portugal têm sido revistas em alta, para valores na ordem de 2,0% para o corrente ano e, em média, para 2,5% nos anos seguintes, baseadas no contexto externo, embora progressivamente menos favorável, e na gradual recuperação do investimento, associada à melhoria do ciclo económico. O prosseguimento do objectivo de consolidação das finanças públicas deverá continuar a determinar um contributo negativo para o crescimento da procura interna. A ausência de uma clara recuperação no mercado de trabalho, os níveis de endividamento elevados, a necessidade de consolidação orçamental e as condições monetárias mais restritivas deverão conduzir a uma evolução moderada do consumo e da despesa pública, fazendo com que a retoma económica se mantenha dependente (e vulnerável) das condições externas. A prestação muito favorável da procura externa líquida e dos termos de troca deverão continuar a promover a diminuição do défice comercial, que será limitada pelo esforço do serviço da dívida, associado ao grau de endividamento da economia portuguesa, e condicional ao comportamento do preço da energia. A inflação deverá consolidar em valores mais próximos da média europeia.



Na Polónia, a expansão da actividade económica tem sido particularmente robusta. No primeiro trimestre, o PIB aumentou 7,4% em termos reais, acelerando face à taxa de crescimento de 6,5% registada no final de 2006. A procura interna tem-se apresentado muito dinâmica, suportada pelos fluxos de investimento directo estrangeiro, pelas ajudas comunitárias, pela redução célere e expressiva da taxa de desemprego e pela manutenção de uma política monetária acomodaticia. A inflação tem evoluído de acordo com os objectivos da autoridade monetária, i.e. inferior a 2,5%, embora o dinamismo da actividade deva provocar, a prazo, uma maior pressão ascendente sobre os preços. Nestas circunstâncias, e de forma preventiva, o Banco Nacional Polaco aumentou as taxas de juro em 50 p.b. para 4,50% durante o segundo trimestre, esperando-se novos aumentos no final do ano e no decurso de 2008. Apesar deste ajustamento, as taxas de juro ainda se encontram em níveis baixos constituindo um estímulo ao investimento e à manutenção de uma conjuntura de forte crescimento económico.

Também na Grécia o crescimento do PIB se tem revelado muito forte, beneficiando do contexto externo favorável, do aumento da capacidade de oferta turística, e da redução consistente do desemprego. A diminuição do défice público para valores inferiores a 3,0% em 2006 tem permitido a adopção de uma política fiscal menos restritiva, nomeadamente, através da redução da carga fiscal, melhorando o

rendimento disponível das famílias e a rentabilidade das empresas. Para o corrente ano, estima-se um crescimento médio anual do PIB de novo na vizinhança dos 4,0%.

Sistemas Financeiros das Economias Domésticas

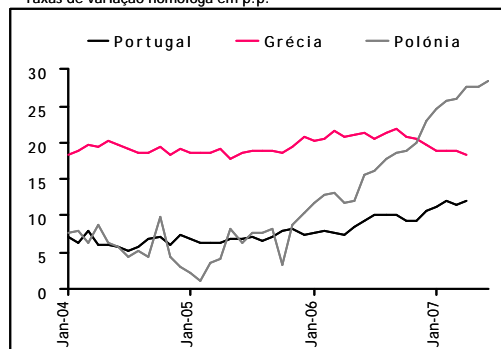
Em Portugal, o volume de actividade mantém-se elevado, num contexto de aceleração do crédito às sociedades não financeiras e moderação, embora ligeira, na procura de financiamento por parte dos particulares. No primeiro caso, regista-se uma evolução mais uniforme entre os diversos sectores, se bem que ainda pouco motivado pela intenção de realização de despesa de investimento. No segundo caso, tem ganho preponderância o recurso ao crédito ao consumo por contrapartida do crédito à habitação. Não obstante a compressão da margem da taxa de juro - associada à maior intensidade concorrencial, à configuração da curva de rendimentos e à redução do peso dos recursos dos clientes - a margem financeira expandiu-se pelo efeito de volume no crédito concedido. Este mantém um ritmo de crescimento substancialmente superior ao da captação de recursos de clientes, exigindo, em alternativa, o recurso acrescido ao mercado de capitais, aumentando a importância das responsabilidades representadas por títulos no balanço do sistema bancário. Manteve-se um forte controlo na evolução dos custos, contribuindo para acentuar a tendência de melhoria da eficiência. Os planos de expansão de rede, anunciados por diversos grupos bancários, sugerem que o grau de melhoria do rácio de eficiência não será tão pronunciado nos próximos anos. A recuperação da actividade económica e a acomodação parcial do impacto do aumento das taxas de juro através de oferta de produtos adequados, contribuiu para a contenção nas perdas por imparidade, que, todavia, aumentaram face ao final de 2006. Não obstante se perspectivar o reforço da trajectória de recuperação da economia portuguesa, a legislação mais restritiva de concessão de crédito, o nível de endividamento dos agentes privados, o aumento das taxas de juro, a configuração horizontal da curva de rendimentos e a maior exposição aos mercados de capitais constituem um desafio à manutenção dos níveis de rentabilidade exibidos nos últimos anos.

Na Polónia, o crescimento do crédito tem sido muito vigoroso, beneficiando do clima de confiança e da melhoria dos rendimentos. O crédito para habitação revela-se particularmente dinâmico, verificando-se uma recomposição na nova produção a favor de financiamentos na moeda polaca e menos em francos suíços (fruto de alteração de legislação e da redução do diferencial das taxas de juro), atenuando um dos factores de vulnerabilidade do sistema financeiro polaco. O crédito para empresas tem-se desenvolvido, mas de forma mais moderada do que o crédito a particulares, em parte explicado pela capacidade para recorrer ao autofinanciamento, mas projecta-se um maior dinamismo com o prosseguimento da trajectória de crescimento da despesa de investimento.

Na Grécia, à semelhança das tendências observadas na Área do Euro, regista-se um abrandamento na concessão de crédito para habitação e uma aceleração no crédito para empresas. A melhoria da remuneração dos depósitos bancários, tornando-os mais concorrenciais face a produtos alternativos, tem-se reflectido numa recuperação dos recursos dos clientes.

Crédito Interno Total

Taxas de variação homóloga em p.p.



ESTRATÉGIA

Em Março de 2005, o Banco procedeu à definição rigorosa da Visão, Missão e Valores da Empresa, tendo sido, igualmente, definidas as Prioridades de Actuação e os Princípios Fundacionais. As prioridades estratégicas consistiam em cumprir o Programa Millennium. Respondendo aos novos desafios e exigências competitivas e visando a consecução dos objectivos estratégicos definidos para o curto, médio e longo prazo, foi implementado um novo modelo organizacional baseado numa estrutura assente em Comitês de Coordenação Executiva e Comissões Societárias. A Coordenação Executiva do Grupo passou a estar estruturada em oito unidades de negócio - Banca de Retalho; Corporate e Empresas; Private Banking e Asset Management; Banca de Investimento; European Banking e Overseas Banking e duas Unidades de Serviço - Serviços Bancários e Áreas Corporativas.

No último Investor Day, que teve lugar no dia 1 de Junho de 2007, foi apresentado o Programa Millennium 2010, um novo programa estrutural compreendendo um conjunto de iniciativas com objectivos e responsabilidades claramente definidos, que materializa as prioridades estratégicas para os próximos 3 anos. A Visão, Missão e Valores permanecem no essencial inalterados; contudo, os Objectivos, a Estratégia e as Prioridades Estratégicas do Millennium bcp reflectem agora os novos compromissos assumidos perante os Investidores de crescimento orgânico acelerado, aumento da eficiência, aumento da rentabilidade e resultados por acção, mantendo a disciplina de capital.

Visão

Afirmar-se como um verdadeiro Banco multidoméstico com identidade supranacional, focado no reforço da liderança em Portugal e com o objectivo de alcançar posições relevantes nos seus mercados principais (Polónia, Grécia, Moçambique, Angola e Roménia).

Missão

Criar valor para os Clientes através da oferta de produtos e serviços financeiros de qualidade superior, observando rigorosos e elevados padrões de conduta e responsabilidade corporativa, crescendo com rentabilidade e sustentabilidade, de modo a proporcionar um retorno atractivo aos Accionistas, que fundamente e reforce a autonomia estratégica e a identidade corporativa.

Valores

Dedicação ao Cliente - "Ver tudo a partir dos olhos do Cliente."

Vocação de Excelência - "Só o melhor é suficiente. Vale a pena procurar o novo, sempre que seja melhor."

Confiança - "Queremos desenvolver relações com futuro."

Ética e Responsabilidade - "Actuamos com consciência e consequência. Queremos fazer a diferença para além dos resultados."

Respeito pelas Pessoas e Instituições - "Queremos realizar, realizando-nos. Trabalhamos para o bem-comum."

Objectivos

Curto Prazo - Materializar na plenitude os compromissos de rentabilidade, eficiência e crescimento do Programa Millennium 2010.

Médio Prazo - Concretizar um Banco verdadeiramente multi doméstico, por via do crescimento orgânico, maximização do valor do franchise e aumento da produtividade, assegurando, simultaneamente, a manutenção da disciplina de capital.

Longo Prazo - Sustentar a independência estratégica criando valor para além das expectativas dos Accionistas e respeitando as relações com todos os Stakeholders.

Estratégia

A estratégia do Millennium bcp, definida no programa Millennium 2010, baseia-se em quatro pilares:

Expansão - compreendendo a abertura de cerca de 700 novas sucursais (220 em Portugal, 206 na Polónia, 70 na Grécia, 100 na Roménia, 55 em Moçambique e 37 em Angola) nos mercados em que o Millennium bcp tem operações e um aumento do número de novos clientes em 1,4 milhões até 2010;

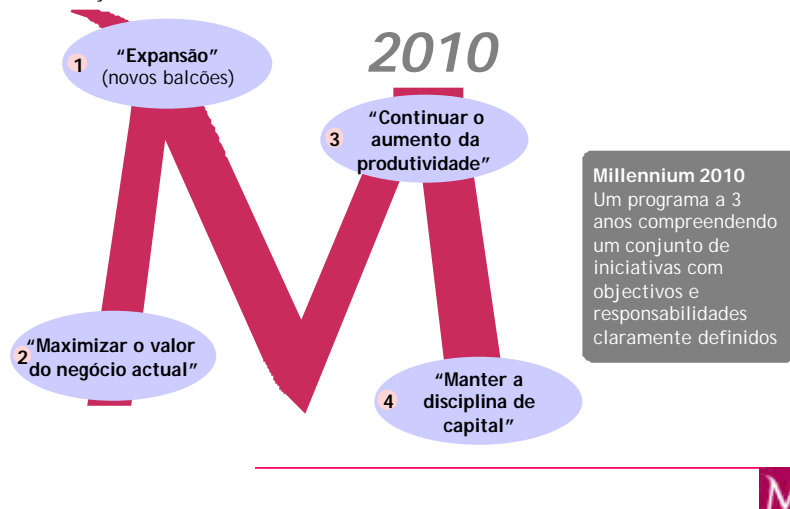
Maximização do valor do *franchise* actual - em Portugal, através das iniciativas "Mais Negócios" e "Mais Crédito" e do estabelecimento de um novo modelo para a área de negócio Corporate e Empresas ("GTI"); na Polónia, através da expansão do negócio de consumer finance e do segmento de pequenos negócios; na Grécia, através da introdução de uma nova plataforma para os segmentos Affluent e micro-negócios;

Aumento da produtividade - através do redesenho do modelo operacional das sucursais e melhorando a eficiência nas áreas de suporte do Banco;

Manutenção da disciplina na gestão de capital - através da alocação do capital a negócios de elevada rentabilidade, sem necessidade de recorrer a aumentos de capital para financiar o programa. O Millennium bcp deverá ser capaz de gerar o capital necessário para financiar o plano de expansão referido.

Novo programa "Millennium 2010" suportado em quatro pilares estratégicos

Chegou o momento de anunciar uma ambição ainda maior, que potencie a criação de valor até ao final da década



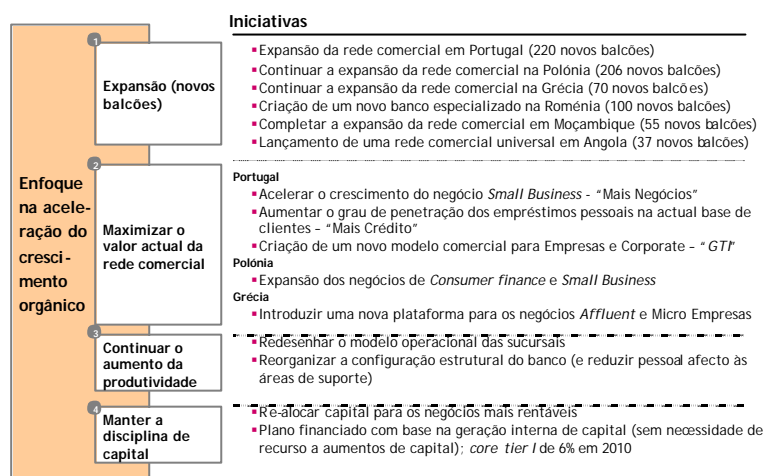
Prioridades Estratégicas

Nos últimos anos, as prioridades estratégicas do Millennium bcp reflectiram-se na prossecução das metas definidas no Programa Millennium, iniciado no final de 2003, e com o qual se definiram objectivos concretos e ambiciosos, tendo resultado na implementação de um conjunto alargado de medidas, que permitiram atingir patamares superiores de rentabilidade. O sucesso deste programa, expresso no elevado grau de concretização atingido (grau de cumprimento de 104% no final de 2006, face ao objectivo revisto em Janeiro de 2006), levou à definição de novas metas a serem alcançadas até ao final de 2008: crescimento médio anual das receitas de dois dígitos; rácio de eficiência em Portugal inferior a 50%; custo do risco não superior a 30 pontos base ao longo do ciclo económico; crescimento médio anual dos resultados por acção de 20%;

ROE entre 17% e 20% para as operações internacionais e a preservação do rácio de capital *core tier I* superior a 5,5%.

O novo Programa Millennium 2010 identifica as principais iniciativas de negócio e respectivos objectivos financeiros e, simultaneamente, está enfocado no crescimento orgânico rendível. Os principais objectivos consistem num plano de crescimento orgânico acelerado, aumento da eficiência, aumento da rentabilidade e dos resultados por acção. As prioridades estratégicas do Millennium bcp para o período 2007-2010 consistem na prossecução das metas definidas no Programa Millennium 2010. As principais iniciativas de negócio compreendidas no Programa Millennium 2010 são apresentadas de seguida, de forma sintética:

Programa Millennium 2010 materializado por um conjunto de iniciativas claramente definidas



Após um período marcado pela reestruturação do franchise em Portugal, que consistiu na optimização da rede de sucursais existente e na racionalização da organização, resultando na eliminação da sobreposição da cobertura geográfica, o Millennium bcp considera ser agora oportuno expandir a rede de sucursais em áreas urbanas de elevado crescimento, nas quais o Millennium bcp tem uma quota de sucursais inferior à sua quota de mercado natural e em que as sucursais Millennium bcp estão mais centradas em operações transaccionais. A racionalidade estratégica para o plano de abertura de sucursais em Portugal deriva também da existência de uma forte correlação entre quota de sucursais e quota de mercado, da proximidade ser o factor mais importante para iniciar uma relação bancária e do mercado de retalho em Portugal apresentar oportunidades de crescimento. Apesar do novo plano de abertura de sucursais, deverá manter-se praticamente inalterado o número de colaboradores, através da reafectação do colaboradores das áreas de suporte para as funções comerciais. As novas sucursais terão uma dimensão menor, com o investimento e os custos operacionais por sucursal a representarem metade da média global actual e estarão enfocadas na acção comercial. Desta forma, o aumento da produtividade nas redes comerciais será atingido através da implementação de um formato de sucursais mais eficiente e pequeno, promovendo uma forte aquisição de Clientes e vendas a um custo inferior. Simultaneamente, serão promovidas alterações no nível de configuração da estrutura do Banco, com o objectivo de reduzir o número de colaboradores nas áreas de suporte.

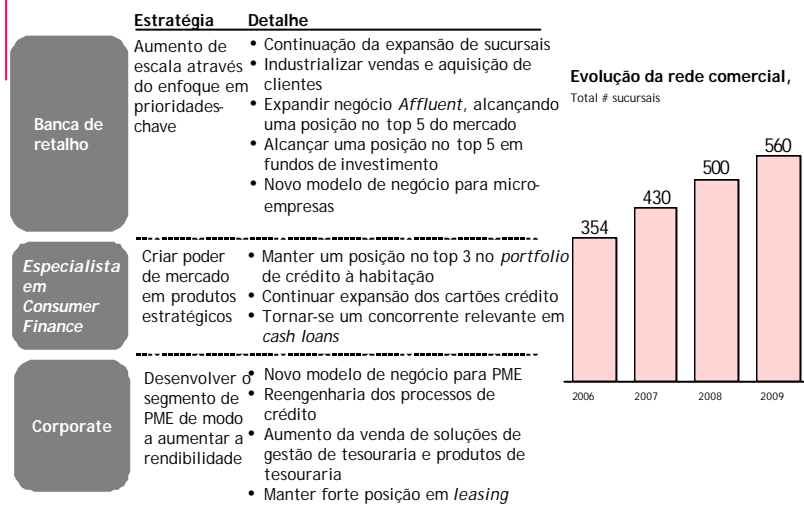
Em Portugal, e para além da expansão da rede de retalho em cerca de 220 sucursais, o Millennium bcp irá desenvolver o segmento de Pequenos Negócios, através do lançamento da iniciativa "Mais Negócios", consistindo na dinamização da acção comercial, promovendo maior contacto com os Clientes e a Academia de Negócios para comerciais; reforço da proposta de valor, baseada em novos produtos para Pequenos Negócios, oferta à medida e aconselhamento melhorado; e melhoria dos níveis de serviço para o crédito e execução transaccional. A iniciativa "Mais Crédito" deverá aumentar a taxa de penetração no crédito pessoal

no contexto da actual base de clientes, baseada na conveniência e na execução, na continuação da aceleração da introdução de produtos inovadores e na alavancagem dos actuais canais promocionais e melhoria do modelo de aceitação de risco. Será ainda lançado um novo modelo comercial, "GTI", cujo objectivo é promover o segmento de Corporate e Empresas. Este programa de melhoria comercial pretende capturar o potencial existente através do aumento do tempo dedicado em exclusivo à acção comercial, apresentando um plano à medida para Clientes e aumentando o contacto comercial.

Na Polónia, o Bank Millennium irá continuar a implementar uma estratégia clara baseada em três pilares:

- Banca de Retalho - ganhar escala enfocando-se em prioridades chave: industrializar a aquisição de clientes e o *cross-selling*, expandir significativamente a rede de sucursais em cerca de 206 sucursais, acelerar o crescimento no segmento Affluent, crescer expressivamente em fundos mobiliários, atingindo uma posição no Top 5 e implementar um novo modelo de negócio para micro-empresas;
- Especialista em *Consumer Finance* - ganhar poder de mercado em produtos estratégicos: Top 3 em crédito à habitação, ser um forte *player* em cartões de crédito, e explorar a base de clientes do Retalho no crédito ao consumo;
- Corporate Banking - desenvolver o segmento de PME para aumentar a rentabilidade: novo modelo de negócios para o segmento de PME, reengenharia dos processos de crédito, enfoque em trade finance, cash management e produtos de tesouraria, e manter uma forte posição em leasing.

Destaque Millennium 2010: Polónia - aumento da rede comercial



Na Grécia, a implementação do Programa Arquimedes pretende transformar o Millennium bank num *player* de referência no mercado Grego nos próximos três anos. As Aspirações para o Millennium bank consistem em:

- Mais do que duplicar a quota de mercado actual (expansão da rede de sucursais);
- Crescimento rápido, enfoque na criação de valor;
- Mais do que 6% de quota de presença na Grécia;
- Abordagem multi-segmento para o Retalho (Affluent e Micro-empresas);
- Três segmentos especializados e redes estreitamente coordenadas: Retalho - enfoque na expansão da rede de sucursais, em servir os Clientes Affluent, em servir os Clientes micro-empresas e em aprofundar os relacionamentos; Banca de negócio - enfoque nas PME e no aumento da cooperação

com o Retailho; Private Banking - enfoque em indivíduos com elevado património (HNWI) e no aumento da cooperação com o Retailho.

Destaque Millennium 2010: Grécia - ampliação do alcance

Aspiração para a Grécia

- Mais que duplicar a actual quota de mercado
- Crescimento mais rápido, focado em criação de valor
- >6% de quota de presença na Grécia
- Abordagem multi-segmento para o Retailho
- Três segmentos especializados e redes intimamente coordenadas

Estratégia

Retailho

- Expansão da rede de sucursais
- Servir clientes *Affluent*
- Servir clientes Micro-Empresas
- *Load up* e aprofundar relações

Banca de Negócios

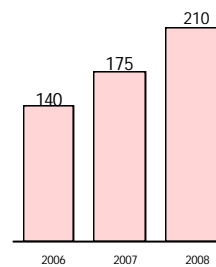
- Plataforma de enfoque apenas em PME
- Aumentar cooperação com Retailho

Private banking

- Plataforma de enfoque apenas em HNWI
- Aumentar cooperação com Retailho

Evolução da rede comercial,

Total # sucursais

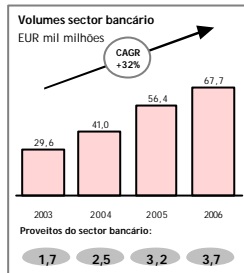
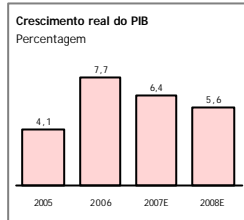


Em Moçambique, a estratégia consiste num claro enfoque no Retailho para aumentar a penetração nos segmentos com menores rendimentos da base de clientes de forma efectiva em termos de custos, e permitindo, simultaneamente, servir melhor o segment *Affluent*.

Os objectivos em Angola consistem em aumentar os volumes de negócio nos segmentos *Corporate* e *Affluent*. Na sequência da experiência bem sucedida em Moçambique, o Millennium considera a expansão para Retailho puro, através de uma rede de sucursais com cobertura nacional.

A Roménia é uma economia em convergência para a média da União Europeia, que deverá representar um motor de crescimento relevante para o Grupo Millennium através do lançamento da Banca Millennium. A operação irá explorar os segmentos *Corporate* e *Affluent*, dois dos segmentos com mais rápido crescimento na Roménia. Será lançado com 40 sucursais, evoluindo para 100 sucursais até 2011, com dois formatos: Centros de Crédito e sucursais *Affluent* e Banca Comercial. O enfoque será nos centros urbanos. O investimento estimado numa fase inicial representa 40 milhões de euros, com 200 a 250 milhões de euros adicionais a concretizar até 2011. O *break-even* está planeado para 2011 e o impacto máximo cumulativo sobre o rácio de capital *core tier 1* é de 21 p.b. e irá ocorrer até 2009. O lançamento está planeado para Setembro de 2007.

Destaque Millennium 2010: Roménia - economia convergente com a UE, será importante indutor de crescimento do Grupo



Destaques

Posicionamento de mercado

- Explorar os segmentos Corporate e Affluent, dois dos segmentos de maior crescimento no país
- Consumer finance, através de um canal especializado

Rede de sucursais

- Lançamento com 40 sucursais, evoluindo para 100 sucursais em 2011 em 2 formatos
 - Centros de crédito
 - Balcões *Affluent* e Retailho

Investimento

- Investimento estimado na fase inicial (2007) de 40 milhões de euros
- 200-250 milhões de euros adicionais até 2011
- Enfoque em centros urbanos

Projeções financeiras

- Impacto estimada para 2007 de -30 milhões de euros
- *Break-even* projectado para 2011
- VAL do projecto de 330-430 milhões de euros
- Impacto negativo acumulado máximo em *core tier 1* de 21 b.p. em 2009

Processo

- Licença bancária obtida a 22 de Dezembro de 2006
- Licença de operações esperada para breve
- Lançamento planeado para Setembro de 2007



Metas Financeiras para o período de 2006-2010

Na sequência da definição do Programa Millennium 2010, foram estabelecidas novas metas financeiras para o período de 2006-2010:

- Crescimento médio anual das receitas de dois dígitos;
- Rácio de eficiência em Portugal inferior a 45%;
- ROE do Grupo superior a 22%;
- ROE superior a 20% para as operações internacionais;
- Duplicar os resultados líquidos na Grécia e na Polónia entre 2006 e 2010;
- Resultado por acção em 2010 mais de 70% superior ao resultado por acção em 2006;
- Rácio de capital *core tier 1* de 6% em 2010.

O financiamento da expansão prevista no programa Millennium 2010 será feito sem necessidade de realização de aumentos de capital.

O Millennium bcp manteve também os objectivos previamente anunciados para 2008.

Destaque Millennium 2010: Enfoque no crescimento orgânico com rentabilidade

Pilares estratégicos	Principais targets
<p>1 Expansão - 688 novas sucursais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 220 em Portugal ▪ 206 na Polónia ▪ 70 na Grécia ▪ 100 na Roménia ▪ 55 em Moçambique ▪ 37 em Angola <p>2 Maximização do valor actual da rede comercial</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Em Portugal <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mais Negócios ▪ Mais Crédito: crédito pessoal ▪ GTI: Empresas e Corporate ▪ Na Polónia: expandir <i>consumer finance</i> e <i>small business</i> ▪ Na Grécia: Nova plataforma de <i>affluent</i> e <i>micro-consumer</i> <p>3 Ampliar aumento da produtividade</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manutenção do esforço de redução de custos ▪ Suportar expansão de balcões com FTE's existentes <p>4 Disciplina de capital</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Realocar capital para os negócios mais rentáveis (ROE) ▪ Manter sólidos níveis de solvência adequados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento médio anual das receitas de 2 dígitos (2006-2010) ▪ Rácio <i>Cost to income</i> < 45% (Portugal) ▪ ROE do Grupo superior a 22% ▪ ROE superior a 20% nas operações internacionais em 2010 ▪ Duplicar os resultados líquidos na Grécia e Polónia entre 2006 e 2010 ▪ EPS em 2010 > 70% EPS de 2006 ▪ 6.0% <i>core tier I</i> em 2010



BALANÇO DA OPA SOBRE O BANCO BPI

A análise de oportunidades de crescimento contemplou o estudo de algumas operações transformacionais possíveis, nomeadamente, em mercados internacionais. Uma opção de crescimento e criação de valor analisada foi a fusão com o Banco BPI, S.A. (BPI), que todavia não foi possível concretizar. O lançamento da Oferta Pública de Aquisição (OPA) sobre o BPI constituiu uma decisão natural, oportuna e com evidente racionalidade estratégica e financeira, com elevado potencial de captura de sinergias, decorrente da complementaridade entre as duas instituições e beneficiando da experiência do Millennium bcp em integrar instituições adquiridas. Esta operação foi reconhecida unanimemente como a afirmação de dinamismo e determinação do Millennium bcp em crescer, num contexto europeu de crescente integração e competitividade no sector, procurando aproveitar, em Portugal, a última oportunidade de adquirir uma instituição financeira com dimensão relevante.

A OPA, lançada em 13 de Março de 2006, dirigiu-se à totalidade do capital do BPI, com uma contrapartida de 5,70 euros por cada acção, representando um desembolso total de 4.332 milhões de euros, maioritariamente financiado por um aumento de capital de 4 mil milhões de euros com tomada firme pela UBS. As condições de sucesso da operação então anunciadas consistiam na aceitação da oferta por parte de 90% do capital do BPI ou, em alternativa, na sua aceitação por parte de 50,01% do capital desde que eliminadas as restrições de voto dos estatutos do BPI, na altura limitados a 12,5% do capital. A oferta estava naturalmente sujeita às autorizações regulamentares (CMVM, Banco de Portugal, Instituto de Seguros de Portugal e Autoridade da Concorrência), prevendo-se, então, a sua conclusão até ao final do Verão de 2006.

A contrapartida de 5,70 euros por cada acção era uma proposta bastante atraente e correcta, representando um prémio de 31% face à cotação média do BPI nos 30 dias anteriores ao anúncio da oferta e de 36% face à cotação média nos últimos 90 dias; um prémio de 32% face à média dos *price-targets* dos analistas financeiros que, à data, era de 4,32 euros; e um prémio de 26% e de 47% face à média do rácio Price-to-Earnings (PE) rácio Price-to-Book Value (P/BV) de bancos europeus, respectivamente.

Independentemente do sucesso da operação, a racionalidade económica e financeira da oferta ou a sua fundamentação financeira não foram, em momento algum, postos em causa, sendo certo que a integração de ambos os Bancos permitiria:

- Reforçar a presença e capilaridade da rede comercial em Portugal, criando um líder de mercado na maioria dos produtos e serviços bancários;
- Capturar um potencial significativo de sinergias de custos e de proveitos;
- Aproveitar a complementaridade das respectivas operações internacionais e reforçar a capacidade da nova instituição para capturar oportunidades de crescimento no exterior;
- Aproveitar as melhores práticas das duas instituições;
- Criar uma instituição de matriz portuguesa que se posicionaria entre os 5 maiores bancos ibéricos.

No final de Janeiro de 2007, o Millennium bcp celebrou com o Santander e com o Fundo de Pensões do BCP contratos para compra de acções correspondentes a 10,5% do capital social do BPI, reforçando, deste modo, a participação e correspondentes direitos de voto para mais de 12% e sinalizando a determinação e empenho do BCP no sucesso da oferta. Os termos deste contrato foram posteriormente revistos, fixando em 6,45 euros o preço máximo para a aquisição das acções e acomodando a limitação da posição do Millennium no capital do BPI a 10% (determinada pelo Banco de Portugal) caso não viesse a assegurar o seu controlo.

A obtenção das necessárias não oposições das autoridades regulamentares, nomeadamente a da Autoridade da Concorrência, revelou-se excessivamente prolongada, incompatível com a rapidez própria do mercado, tendo exercido uma influência não negligenciável no resultado da oferta e nos respectivos custos. Após a notificação efectuada no dia 31 de Março de 2006 à Autoridade da Concorrência, foram efectuados sucessivos pedidos de informação de grande detalhe e complexidade, aos quais o Millennium respondeu sempre de forma profissional e o mais célere possível. No âmbito deste processo, o BCP assumiu um conjunto de

compromissos com a Autoridade de Concorrência, culminando com a decisão final da sua não oposição, em 26 de Março de 2007, ou seja, 360 dias após a notificação da operação pelo Banco.

No dia 24 de Abril de 2007, o Millennium anunciou a decisão de rever para 7 euros a contrapartida oferecida por cada acção do BPI, tendo em consideração a evolução dos mercados accionistas no longo período de tempo decorrido desde o lançamento da OPA, bem como um apuramento mais detalhado das sinergias de custos e proveitos provenientes da integração e a repartição dos benefícios da integração entre os accionistas do BPI e do Millennium.

Não obstante a inquestionável racionalidade estratégica e atractividade da contrapartida oferecida, no apuramento dos resultados da oferta para a aquisição do BPI, em 7 de Maio de 2007, não se verificou nenhuma condição de sucesso. O Millennium bcp fez todas as diligências possíveis para que a oferta tivesse êxito. Tendo sido uma oferta não solicitada, não houve no seu comportamento nada de hostil, tendo efectuado uma proposta dirigida ao mercado, no estrito cumprimento dos critérios e regras de mercado, e cujo sucesso dependia exclusivamente do acordo dos accionistas do BPI.

PRINCIPAIS ACTIVIDADES DO GRUPO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007

Investor Day 2007

No dia 1 de Junho de 2007, realizou-se o Investor Day 2007, dirigido a investidores institucionais e analistas financeiros, reunindo mais de meia centena de representantes das principais casas de investimento que acompanham o título BCP. No âmbito dos trabalhos, o Banco apresentou ao mercado o Programa Millennium 2010; consubstanciando as principais iniciativas de negócio e respectivas metas financeiras, que traduzem o plano de aceleração de crescimento orgânico, melhoria da eficiência e aumento do valor do *franchise* do Banco e aumento dos níveis de rendibilidade e resultados por acção, mantendo a disciplina de capital.

Marca

Foi anunciada a liderança do ranking da Interbrand, que engloba 12 marcas nacionais, pela marca Millennium bcp, tendo sido a que mais cresceu, com uma valorização de 35% em dois anos, reflexo do sucesso da sua estratégia de comunicação quer acima, quer abaixo da linha. A Interbrand divulgou, também, os resultados de um estudo de reputação da marca Millennium bcp, entendida como a forma como a empresa é percebida pelos seus principais Stakeholders face a indicadores como Performance Económica e Financeira; Visão e Liderança; Qualidade Percebida - Serviço ao Cliente; Qualidade Percebida - Produtos e Serviços; Qualidade Percebida - Taxas de Juro e Comissões; Responsabilidade Social; Ambiente de Trabalho e Ética/Cultura Empresarial/Governance. De acordo com o estudo realizado, o Millennium bcp possuiu uma reputação global de 74,6%, numa análise efectuada junto de Clientes particulares, Clientes empresariais, Colaboradores, Não-Clientes, Meios de Comunicação Social e Analistas/Investidores.

Acontecimentos das Áreas de Negócio

No primeiro semestre de 2007, foram empreendidas diversas iniciativas de dinamização das Áreas de Negócio definidas no âmbito do Novo Modelo Organizacional, bem como ao nível da proposta de valor, consubstanciada no aperfeiçoamento de produtos e serviços dirigidos a diferentes segmentos de Clientes.

Na Área de **Retalho** em Portugal, importa referir a aprovação de uma proposta que garantirá a competitividade do “franchising Millennium bcp”, dotando a Rede Comercial de uma solução que permite combater as ofertas “comissão 0” da concorrência. A experiência adquirida recomenda a resposta imediata e permitirá continuar a edificar a percepção de que “no Millennium bcp os melhores Clientes beneficiam do melhor preço praticado no mercado”.

Foi aprovado o lançamento de uma campanha de captação de novos Clientes, através da disponibilização de referências cruzadas entre gestores de negócios e gestores “Prestige”. Foi também aprovada a campanha com vista ao reforço da angariação de Clientes e domiciliação de vencimentos. Destaca-se a oferta de 3% do valor acumulado de ordenados creditados até 30 de Novembro, com o limite máximo unitário de 200 euros. Foi também disponibilizado, pelo Millennium bcp, o novo serviço “Mobile Bolsa”, que permite aos seus clientes o acesso à cotação de títulos, consultas à carteira, bem como dar ordens de compra e venda via SMS, PDA ou Mobile Web.

Na Área de **Empresas e Corporate**, de salientar a implementação do Programa GTI, cujo objectivo passa pelo acréscimo do tempo dedicado às actividades comerciais em detrimento de tarefas administrativas, pela elaboração de um plano específico de abordagem a cada Cliente/Grupo Económico, priorizando e programando os contactos comerciais a estabelecer.

No âmbito do desenvolvimento da parceria com o Banco Sabadell, foi reforçada a oferta ibérica com o lançamento de um novo produto de *forfeiting* com Espanha; e celebrado um protocolo de cooperação, no âmbito do crédito à promoção imobiliária, criando um sistema de apoio às subsidiárias de empresas promotoras imobiliárias espanholas que pretendam desenvolver projectos em Portugal e vice-versa.

Foi assinada uma linha de 150 milhões de euros com o BEI - Banco Europeu de Investimento - destinado ao financiamento de projectos de investimento de pequena e média dimensão em Portugal, que se enquadrem no âmbito de investimentos em energias renováveis; projectos de economia de energia; protecção do ambiente; economia do conhecimento (educação) e/ou infra-estruturas, projectos no domínio da indústria, comércio, turismo e dos serviços afins e lançada uma linha de financiamento até 100 milhões de euros, para apoio a projectos de internacionalização das empresas portuguesas que pretendam desenvolver os seus negócios no exterior. Foi ainda celebrado, com a Lisgarante, um protocolo para financiamento à instalação de Pequenas e Médias Empresas (PME) nos Parques Empresariais da Madeira, dando continuidade à sua política de parcerias com as Sociedades de Garantia Mútua.

Lançamento de uma linha de apoio ao empreendedorismo, com o objectivo de proporcionar às PME e aos Empresários em Nome Individual (ENI), com contabilidade organizada, início de actividade há menos de três anos e com um projecto de investimento economicamente viável, os recursos essenciais ao arranque e desenvolvimento da sua actividade. A linha "Early Stages" do Millennium bcp, com um valor de 25 milhões de euros, foi desenvolvida no âmbito do Programa FINICIA do IAPMEI e recorre ao sistema de garantia mútua, permitindo que as operações tenham cobertura de 75% do capital mutuado pelas Sociedades de Garantia Mútua, Lisgarante, Norgarante e Garval.

Na Área de **Private Banking**, passaram a ser divulgadas à rede, de forma regular, consistente e transversal, oportunidades de negócios no mercado secundário de acções e obrigações, a par da informação sobre emissões de primário, no sentido de se dinamizar de forma adequada a rotação de carteiras, promovendo a melhoria da rendibilidade e acrescentando valor para o Cliente e para o Banco. Foi ainda alterada a comunicação com os Clientes, tendo-se iniciado, em Junho, a emissão de novo formato de Extracto Private que, além de alterações de *layout* destinados a facilitar a sua leitura, contempla informação sobre preços médios de aquisição dos investimentos em carteira.

Na Área de **Asset Management**, de salientar a atribuição dos Standard & Poor's Fund Awards, com a obtenção de 4 prémios em 2007, que permitiram que a Millennium bcp Gestão de Fundos de Investimento se tornasse na Gestora mais premiada desde sempre em Portugal:

- 2ª Melhor Sociedade Gestora de Obrigações em 2007;
- Millennium Disponível ficou no primeiro lugar da categoria Tesouraria Euro - Fundos Domésticos;
- Millennium Obrigações Mundiais ficou no primeiro lugar da categoria Obrigações Euro - Fundos Domésticos;
- Millennium Euro Taxa Fixa ficou no segundo lugar da categoria Obrigações Euro - Fundos Domésticos.

Teve lugar a realização do 2º Seminário sobre *Asset Management*, em parceria com a F&C, tendo como temas principais a perspectiva para os mercados em 2007, os Fundos de Fundos, os Fundos de Acções, os Fundos Especiais de Investimento e o novo Fundo Millennium Imobiliário. Este seminário foi antecedido de *workshop* em Londres, realizado em organização conjunta com F&C, para Directores Coordenadores do Millennium bcp.

O ActivoBank7 passou a incluir, na sua proposta de valor, fundos de uma nova sociedade gestora, a Goldman Sachs Asset Management, tendo disponibilizado aos seus Clientes 21 fundos desta sociedade e registou-se como mediador de seguros ligado ao Millenniumbcp Fortis. De salientar ainda o lançamento pelo ActivoBank7 da 4ª Edição do Caderno do Investidor.

O mercado na área de **Banca de Investimento**, durante o primeiro semestre de 2007, manteve-se benigno na sua globalidade, com o sentimento positivo dos mercados a contribuir para a melhoria da actividade, apesar da recuperação ainda moderada da economia portuguesa. O Millennium bcp reconquistou a liderança em corretagem de acções e foi co-coordenador global da operação da Oferta Pública Inicial da REN, que decorreu com elevado sucesso. O Banco continuou a aproveitar a extensa base de Clientes para aumentar a sua penetração em produtos de maior valor acrescentado nas áreas de tesouraria, acções, derivativos, produtos estruturados, *project finance*, estruturação de operações e financiamentos e assessoria, bem como reforço da participação nos mais importantes sindicatos de *project finance* e dívida estruturada, e prosseguimento do reforço de relacionamento com os Clientes institucionais.

É de salientar também a organização e montagem da primeira emissão de Obrigações Hipotecárias (*covered bonds*) do Millennium bcp, num montante de 1.500 milhões de euros e um prazo de 10 anos no mercado europeu, e a primeira operação de Extendible Rate Notes do Millennium bcp no mercado norte-americano no montante de 1.500 milhões de dólares, representando a primeira emissão deste tipo realizada por um banco de matriz portuguesa, no mercado norte-americano.

Na Área de **European Banking**, as seguintes iniciativas e distinções na Polónia merecem destaque:

- O Bank Millennium foi considerado o quarto banco mais eficiente do mercado (segundo entre os grandes Clientes) e o terceiro em reconhecimento espontâneo, de acordo com a Initiative Media;
- O Bank Millennium foi reconhecido com um Bom Empregador na terceira edição do “KOMPAS Ranking nacional de empregadores” feito pelos alunos dos terceiro, quarto e quinto anos das melhores universidades Polacas. O Banco situou-se entre os líderes no sector financeiro;
- O Bank Millennium foi classificado em terceiro no *ranking* de “Melhores Bancos em 2007” compilado pela Gazeta Bankowa;
- Num inquérito independente de reputação de marca, PremiumBrand 2007, Bank Millennium recebeu o título de “Marca de Elevada Reputação”. O estudo da PremiumBrand constituiu o único estudo avaliando a reputação das marcas presentes no mercado Polaco;
- O Millennium bank na Polónia recebeu a Silver Rock 2006 por desempenho excepcional no desenvolvimento de cartões de crédito *premium* em 2006;
- Posição de topo no *ranking* do prémio “Best Bank offering custody services in Poland” pela Global Custodian Magazine (terceira vez consecutiva);
- O Millennium Dom Maklerski recebeu da Bolsa de Valores de Varsóvia a segunda posição no ranking de corretoras na categoria de Mercado Primário (OPI’s). Este prémio foi entregue durante o Central Eastern European Market Forum em Janeiro de 2007;
- A Moody’s reviu a notação de rating do Bank Millennium, de acordo com a nova metodologia, Joint Default Analysis, tendo reafirmado o rating de solidez financeira em “D” com um outlook “positivo”. Os ratings de depósitos em moeda estrangeira de longo e curto prazo foram estabelecidos em “A3”/“P-2” (previamente em “A2”/“P-1”) e foram atribuídas as notações de ratings aos depósitos em moeda local de “A3”/“P-2”;
- A Fitch atribuiu pela primeira vez notações de rating ao Bank Millennium: *Default* do Emitente (IDR): “A” (outlook “estável”); Curto prazo: “F1”; Individual: “C/D”; Suporte: “1”.

Na Grécia, o Programa Arquimedes foi desenhado e iniciou-se a sua implementação, pretendendo-se reforçar as capacidades do Millennium bank, através de um crescimento contínuo, sustentável e rendível no mercado bancário grego através de um novo modelo de distribuição e serviço. O Banco lançou também a “Welcome Offer”, destinada a atrair fundos e novos Clientes no primeiro ano das novas sucursais. Esta oferta envolve uma micro-campanha de marketing suportada em acções de *direct mail* aos residentes da área de localização da nova sucursal e material especial de *merchandising* na sucursal.

Na Área de **Overseas Banking**, justifica-se destacar pela sua importância no sentido da materialização das Prioridades Estratégicas definidas no Programa Millennium 2010, a constituição do Banca Millennium, SA, com sede em Bucareste e o pedido de licença operativa do referido Banco. Em Moçambique e Angola, os mais importantes desenvolvimentos prenderam-se com o desenvolvimento dos planos anunciados no Programa Millennium 2010, preparação e início da implementação das iniciativas e linhas estratégicas preconizadas.

Na Área de **Serviços Bancários**, é de referir a evolução de acordo com o previsto da preparação de toda a infra-estrutura de sistemas e aplicacional para o arranque da operação Romena: toda a infra-estrutura de suporte está a ser operacionalizada no TagusPark, suportada pelos desenvolvimentos efectuados pelos diversos centros de competência aplicacionais existentes. Neste contexto, merece particular destaque o desenvolvimento do *core system* ICBS a partir da Polónia e de novas plataformas internet e intranet a partir

de Portugal. É também importante destacar a continuação do Projecto CARS (Communications Asset Renewal Strategy), de renovação das infraestruturas telefónica e de transmissão de dados do Millenniumbcp. Em Julho, foi dado início ao *rollout* de todas as Sucursais, com conclusão prevista até ao final do ano. Neste período, está igualmente prevista a implementação do projecto nos edifícios do TagusPark. Outras iniciativas de relevo são: (i) a evolução muito favorável dos trabalhos relativos à nova configuração e robustecimento da rede de telecomunicações (WAN) e de preparação para a centralização definitiva de todos os sistemas AS400 em Portugal (produção da operação polaca); e (ii) no âmbito do Processo de Certificação de Qualidade, foram concluídos os seguintes processos da 3ª Vaga: Transferências Nacionais Interbancárias; e Remessas Documentárias; e iniciaram-se os seguintes processos da 4ª Vaga: Transferências do Estrangeiro; Créditos Documentários de Importação e Exportação; Gestão de Saldos e Movimentos de Numerário; e Meios de Pagamento - Cheques.

Acontecimentos Societários e Outros

No dia 28 de Maio de 2007, realizou-se a Assembleia Geral Anual, tendo estado representado 64% do capital social. De entre as deliberações tomadas, destacam-se:

- Eleição dos Senhores Prof. Doutor Germano Marques da Silva e Eng. Angelo Ludgero Marques, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Mesa da Assembleia Geral, na sequência de renúncia dos titulares anteriores, para completar o mandato em curso (2005/2007);
- Aprovação do relatório de gestão e contas do Banco, em base individual e consolidada, respeitantes ao exercício de 2006;
- Aprovação de distribuição, em numerário, de dividendo bruto adicional de 0,048 euros por acção, relativo ao resultado apurado em 2006, tendo já sido distribuído em Novembro último, a título de dividendo intercalar antecipado, o valor bruto de 0,037 euros por acção, ascendendo assim o total destes dois montantes a 0,085 euros por acção, o que representa um aumento unitário por acção de 21,4% face ao exercício anterior;
- Aprovação de voto de confiança e louvor aos órgãos de administração e fiscalização e a cada um dos seus membros;
- Aprovação da proposta de remuneração do Conselho Geral e de Supervisão;
- Ratificação da cooptação de um membro (Sr. Dr. António Mexia) para o Conselho Superior, em preenchimento da vaga ocorrida;
- Aprovação da proposta relativa a alienação e aquisição de acções e de obrigações próprias.

Em Março de 2007, anúncio pela Standard & Poor's Ratings Services (S&P) da revisão de "estável" para "positivo", do "outlook" do Banco Comercial Português (Millennium bcp) e o da sua subsidiária para a banca de investimento, Millennium bcp Investimento, reflectindo a melhoria na performance *core* recorrente, e a crescente diversificação geográfica com uma gestão sólida da expansão internacional. De acordo com a S&P "o outlook positivo reflecte a possibilidade de um *upgrade* se o Millennium bcp continuar a melhorar a sua performance bancária recorrente. Esta melhoria na performance e diversificação, conjugada com a disciplina na gestão do capital e a manutenção de bons níveis de qualidade dos activos, melhorará o perfil do Millennium bcp para níveis comparáveis com os das instituições de referência com *rating* "A+". Simultaneamente, foram confirmadas as notações de *rating* atribuídas às responsabilidades de longo e de curto prazo, de "A" e de "A-1", respectivamente, das mesmas entidades, tendo sido objecto de *upgrade* em 2006 de "A-" e "A-2". A melhoria dos ratings em 2006 e 2007 pela S&P assumiu um significado especial, dado que representou a primeira alteração anunciada por esta agência desde 1992, quando começou a atribuir *ratings* ao Banco Comercial Português.

Em Abril de 2007, em resultado da adopção da Joint Default Analysis, a Moody's reviu em alta a notação de *rating* de Longo Prazo do BCP para Aa3.

No primeiro semestre de 2007, foram atribuídos vários prémios e distinções ao Millennium bcp, merecendo destaque:

- Atribuição do prémio “Investor Relations & Governance Awards 2007 (IRG Awards 2007)” da Deloitte, na categoria “Melhor Relatório e Contas”;
- 1.º lugar - A melhor empresa portuguesa para trabalhar; 1.º lugar - A melhor empresa do PSI20 para trabalhar; 4.º lugar - A melhor empresa em Portugal para trabalhar na edição de 2007 das “Melhores Empresas”, uma iniciativa promovida pela Revista “Exame” em parceria com a consultora Heidrick & Struggles;
- “Melhor Marca Portuguesa 2006”, com um valor total de marca avaliado em 1.171 milhões de euros, segundo o estudo anual realizado pela Interbrand;
- Eleição do Millennium bcp, “World's Best Developed Market Bank” em Portugal pela revista Global Finance;
- Eleição do Millennium bcp “World's Best Investment Bank” em Portugal pela revista Global Finance;
- Eleição do Millennium bcp, pelo segundo ano consecutivo, “Best Private Bank” em Portugal pela prestigiada revista internacional Euromoney;
- Eleição do Millennium bcp “Melhor Site Financeiro” pelo 6º ano consecutivo pela revista “PC Guia”;
- Grande Prémio de Comunicação Empresarial 2006 atribuído pela Associação Portuguesa de Comunicação Empresarial - APCE.

Responsabilidade Social

Foi assinado um Protocolo com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social com vista à promoção da empregabilidade de pessoas com deficiência. Com a assinatura deste Protocolo, o Banco compromete-se a criar uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso das pessoas com deficiência ao emprego, ao trabalho e à integração profissional.

Em Abril de 2007, o Millennium bcp reforçou o compromisso de sustentabilidade e responsabilidade social através da divulgação das suas políticas nestas matérias e do plano de actuação para 2007. A criação de valor nesta área terá por base o alinhamento e o reforço do compromisso com um plano de sustentabilidade. A interacção com as diversas entidades envolvidas e com a Comunidade onde se insere contribui para um desenvolvimento sustentável, responsabilidade e compromisso que o Banco assume no contexto empresarial dos mercados onde actua, de forma a influenciar positivamente o meio envolvente. Com o objectivo de partilhar as iniciativas realizadas ao longo do último ano na área de Sustentabilidade e Responsabilidade Social, o Millennium bcp publicou o seu Relatório de Sustentabilidade anual que constitui, uma vez mais, um passo significativo, tendo em conta o caminho que tem vindo a ser percorrido pelo Banco nas vertentes económica, social e ambiental, reafirmando-o como uma referência nestas áreas.

REAJUSTAMENTO DO MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO

Em 31 de Agosto de 2007, o Senhor Dr. Paulo Teixeira Pinto apresentou a sua renúncia com efeitos imediatos, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração Executivo, bem como relativamente a todos os demais cargos sociais que exercia no Grupo ou em representação deste. O Senhor Dr. Filipe de Jesus Pinhal, primeiro Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo do Banco, passou a exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração Executivo.

Em reunião realizada no dia 3 de Setembro de 2007, o Conselho de Administração Executivo aprovou um conjunto de decisões, abrangendo o reajustamento de áreas de negócio, a redenominação das Comissões de Coordenação Executiva em Comissões de Coordenação, bem como a distribuição, pelos seus membros, das responsabilidades pela gestão das áreas de negócio e áreas de suporte. As principais alterações ao modelo de governo corporativo consistiram na:

Redenominação dos Comitês de Coordenação Executiva em Comitês de Coordenação;

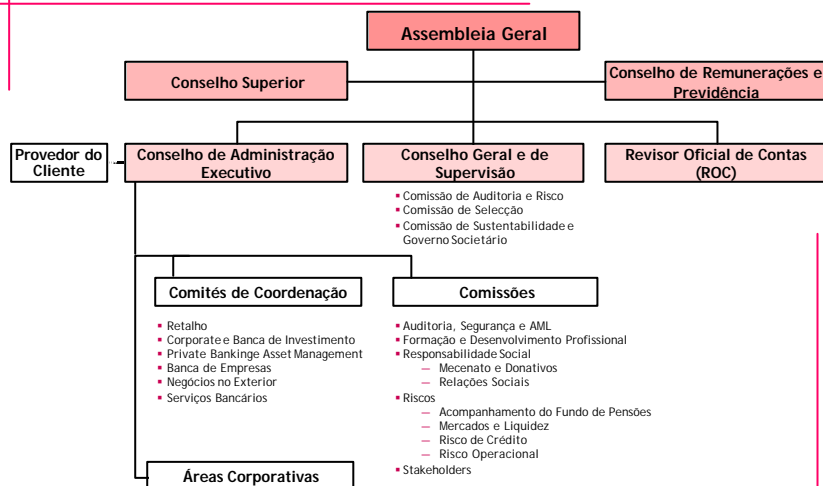
Alteração da denominação e composição dos Comitês de Coordenação de Corporate e Banca de Investimento e de Banca de Empresas;

Criação de um Comité de Coordenação de Negócios no Exterior, integrando as operações bancárias dos anteriores Comitês de European Banking e de Overseas Banking;

Distribuição das responsabilidades pela gestão das áreas de negócio e áreas de suporte, com a nomeação dos seguintes coordenadores:

- Retalho: Sr. Dr. Filipe Pinhal
- Private Banking e Asset Management: Sr. Dr. Alexandre Bastos Gomes
- Empresas: Sr. Dr. Alípio Dias
- Corporate e Banca de Investimento: Sr. Dr. Alípio Dias
- Negócios no Exterior: Sr. Dr. Christopher de Beck
- Serviços Bancários: Sr. Dr. Christopher de Beck
- Áreas Corporativas: Sr. Dr. Filipe Pinhal

Modelo de Governo Corporativo



ANÁLISE FINANCEIRA

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º1/2005), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Directiva n.º2003/51/CE, de 18 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho.

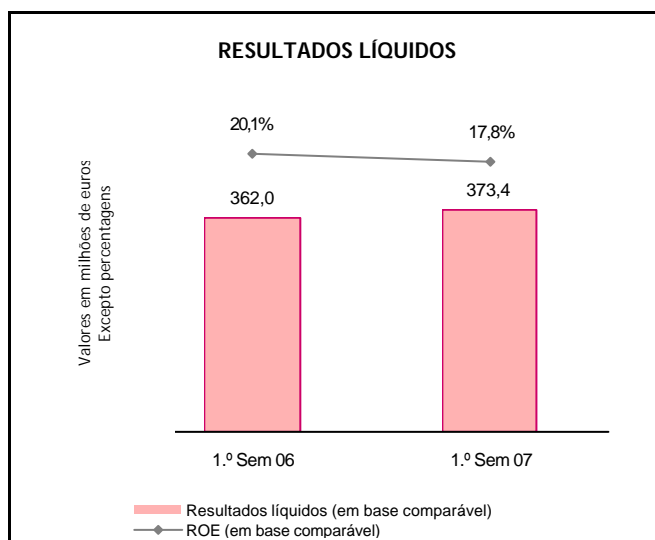
De forma a proporcionar uma melhor leitura sobre a evolução dos resultados e da situação patrimonial do Grupo, a análise financeira foi efectuada em base comparável, isto é, excluindo empresas subsidiárias alienadas e resultados não recorrentes.

As subsidiárias do Grupo alienadas durante 2006, anteriormente consolidadas pelo método integral, foram, para efeitos desta análise, consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os **resultados líquidos consolidados** do Millennium bcp cifraram-se em 307,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, e incluem o efeito da contabilização dos custos associados à Oferta Pública de Aquisição sobre o Banco BPI no montante de 65,5 milhões de euros líquidos de impostos. Excluindo estes custos, os resultados líquidos situaram-se em 373,4 milhões de euros, registando um crescimento de 3,1% face aos resultados apurados, na mesma base, no primeiro semestre de 2006. Excluindo o impacto de custos associados à oferta sobre o Banco BPI, a rentabilidade anualizada dos capitais próprios foi de 17,8% e a do activo médio (ROA) foi de 0,7%.

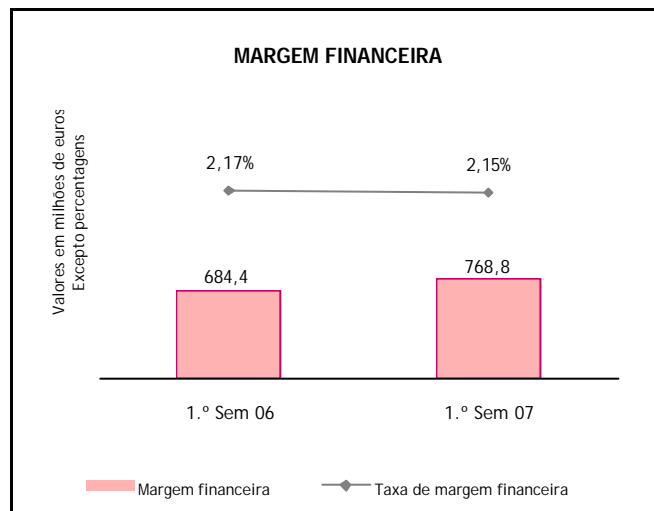
O aumento dos proveitos, em especial da margem financeira e das comissões líquidas, em conjugação com a contenção registada ao nível dos custos operacionais (custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações), proporcionou uma evolução favorável dos resultados líquidos consolidados, não obstante os maiores níveis das dotações de imparidades para riscos de crédito (líquidas de recuperações) e de provisões para impostos sobre lucros. As imparidades para riscos de crédito mantém-se, ainda assim, confortavelmente dentro dos níveis esperados.

Os resultados líquidos da actividade internacional registaram, em base comparável, um aumento de 39,7%, face ao primeiro semestre de 2006, salientando-se a evolução muito positiva dos resultados do Bank Millennium na Polónia. Na actividade em Portugal, destacou-se, pela sua dimensão e nível de desempenho alcançado, a Banca de Retalho cuja contribuição líquida evidenciou um crescimento de 17,1% face ao primeiro semestre de 2006.



Em Portugal, o desenvolvimento da actividade comercial e os resultados foram condicionados por um conjunto de medidas de natureza regulamentar, nomeadamente: (i) as novas regras para o arredondamento das taxas de juro aplicado aos contratos de crédito; (ii) a alteração da “data-valor” dos movimentos de depósitos à ordem e transferências; e (iii) a limitação da comissão pela desmobilização antecipada dos créditos à habitação, determinando impactos desfavoráveis nos resultados do primeiro semestre de 2007.

A **margem financeira** aumentou 12,3% face ao período homólogo de 2006, totalizando 768,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2007. A evolução da margem financeira foi determinada pelo efeito volume, em particular pelo aumento do crédito concedido em Portugal, na Polónia e na Grécia, permitindo mais que compensar o efeito taxa de juro desfavorável, como reflexo da redução dos *spreads* praticados. No decurso do primeiro semestre de 2007, a contabilização dos juros e dos prémios e descontos relacionados com activos financeiros detidos para negociação passou a ser incluída nesta rubrica, quando anteriormente eram registados em resultados em operações financeiras. A taxa de margem financeira fixou-se em 2,15% no primeiro semestre de 2007 (2,17% em igual período de 2006).



BALANÇO MÉDIO

	30 Jun. 07		30 Jun. 06	
	Saldo	Taxa %	Saldo	Taxa %
<i>(milhões de euros, excepto taxas)</i>				
Aplicações em instituições de crédito	7.961	4,89	6.801	3,99
Activos financeiros	5.573	5,23	3.581	5,02
Créditos a clientes	57.966	5,83	53.129	4,97
	<u>71.500</u>	5,68	<u>63.511</u>	4,87
Activos detidos para venda	0	-	1.694	4,18
Activos geradores de juros	<u>71.500</u>	5,68	<u>65.205</u>	4,85
Activos detidos para venda não geradores de juros	0		82	
Outros activos não geradores de juros	9.750		10.699	
	<u>81.250</u>		<u>75.986</u>	
Depósitos de instituições de crédito	11.791	4,90	11.554	3,78
Depósitos de clientes	33.596	2,32	33.699	1,76
Títulos de dívida emitidos	24.933	4,02	18.682	2,91
Passivos subordinados	2.926	5,48	2.939	5,11
	<u>73.246</u>	3,44	<u>66.874</u>	2,58
Passivos associados a activos detidos p/ venda	0	-	1.644	1,63
Passivos geradores de juros	<u>73.246</u>	3,44	<u>68.518</u>	2,55
Pas. assoc. a activos detidos p/venda n/gerad. juros	0		133	
Outros passivos não geradores de juros	2.777		2.515	
Situação líquida e Interesses minoritários	5.227		4.820	
	<u>81.250</u>		<u>75.986</u>	
Taxa de margem financeira ⁽¹⁾		2,15		2,17

(1) Relação entre a Margem financeira e o saldo médio do Total de activos geradores de juros.

As **comissões líquidas** totalizaram 383,1 milhões de euros, no primeiro semestre de 2007, excluindo as comissões custo suportadas no âmbito da Oferta Pública de Aquisição do Banco BPI no montante de 88,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 12,4% face ao período homólogo de 2006. O desempenho das comissões líquidas beneficiou da evolução bastante positiva dos proveitos relacionados com a gestão de activos e operações sobre títulos (+38,1%), reflectindo o aumento pronunciado do volume de negócios no período, suportado pelo maior dinamismo do mercado de capitais e por uma oferta de produtos e serviços financeiros diferenciados e ajustados às necessidades dos clientes, e das comissões associadas ao negócio de cartões. Em Portugal, o contributo da Banca de Investimento revelou-se determinante para o aumento das comissões, sendo que na actividade internacional se destacou o desempenho na Polónia.

Os **resultados em operações financeiras** contabilizados no primeiro semestre de 2007 situaram-se em 124,2 milhões de euros, um montante inferior aos 167,3 milhões de euros registados no período homólogo de 2006 e que, além dos menores ganhos obtidos com a negociação de títulos em Portugal, incorpora o impacto da alteração na contabilização dos juros e dos prémios e descontos relacionados com activos financeiros detidos para negociação, por contrapartida do efeito positivo na margem financeira.

Os **outros proveitos líquidos**, em base comparável, aumentaram 12,8%, ao evoluírem de 46,3 milhões de euros no período homólogo de 2006 para 52,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, influenciados pela redução dos custos relevados neste agregado e pelo acréscimo de proveitos recebidos da Millenniumbcp

Fortis pela utilização da rede de distribuição em Portugal para a colocação de produtos de seguros. A actividade internacional beneficiou dos desempenhos alcançados na Polónia, Grécia e Angola.

Os **dividendos** recebidos na primeira metade do ano de 2007, essencialmente, relacionados com as participações financeiras detidas na Eureka, EDP e Banco Sabadell, ascenderam a 22,6 milhões de euros.

Os **resultados por equivalência patrimonial** cifraram-se em 29,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, reflectindo fundamentalmente os resultados apropriados pela participação de 49% detida na seguradora Millenniumbcp Fortis. Como referido anteriormente, e para efeitos de comparabilidade, os resultados líquidos gerados pelas empresas subsidiárias, total ou parcialmente alienadas (Banque BCP França, Banque BCP Luxemburgo e bcpbank Canada), no montante de 6,1 milhões de euros, encontram-se relevados nesta rubrica em 2006.

OUTROS PROVEITOS

<i>(valores em milhões de euros)</i>	1º Sem. 07	1º Sem. 06	Var. 07/06
Comissões Líquidas			
Cartões	80,8	72,0	12,2%
Gestão de activos e operações sobre títulos	132,5	96,0	38,1%
Crédito	68,4	69,7	-1,9%
Outras ⁽¹⁾	101,4	103,1	-1,6%
	<u>383,1</u>	<u>340,8</u>	12,4%
Resultados em op. financeiras	124,2	167,3	-25,8%
Outros prov. de exploração (líq.) ⁽¹⁾	52,1	46,3	12,8%
Dividendos	22,6	26,9	-16,1%
Resultados por equivalência patrimonial ⁽²⁾	29,7	37,3	-20,4%
Total outros proveitos	<u>611,7</u>	<u>618,6</u>	-1,1%
Outros proveitos / Produto bancário ⁽³⁾	44,3%	47,5%	

⁽¹⁾ Exclui custos relacionados com a OPA ao BPI no 1º semestre de 2007 e mais valia com a alienação do Interbanco no 1º semestre de 2006.

⁽²⁾ Inclui os resultados das subsidiárias alienadas total ou parcialmente: Banque BCP França, Banque BCP Luxemburgo e bcpbank Canada em 2006.

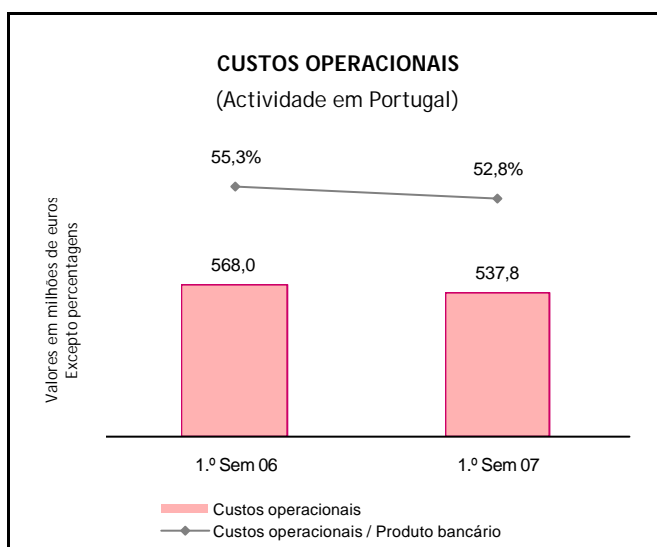
⁽³⁾ Calculado de acordo com instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal, exclui os impactos identificados em (1).

Os **custos operacionais** (custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações) cifraram-se em 771,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2007 (762,2 milhões de euros no período homólogo de 2006), traduzindo o impacto dos planos de expansão das redes de distribuição e das iniciativas orientadas para o reforço do posicionamento competitivo nos diversos mercados no exterior onde o Grupo opera, nomeadamente, na Polónia e na Grécia. O aumento dos custos operacionais da actividade internacional (+20,3%) foi em grande parte anulado pela redução de custos na actividade em Portugal (-5,3%), envolvendo todas as suas componentes, com destaque para os custos com pessoal (-5,6%), como resultado da prossecução das medidas implementadas no âmbito do programa de melhoria de eficiência operativa, permitindo alcançar uma melhoria do rácio de eficiência em Portugal para 52,8% (55,3% no primeiro semestre de 2006).

Os **custos com pessoal** totalizaram 435,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, registando um aumento de 2,2% face aos custos apurados no primeiro semestre de 2006 em base comparável. A evolução dos custos com pessoal encontra-se influenciada pelo aumento do número de colaboradores no estrangeiro, associado à expansão das redes de distribuição na Polónia e na Grécia, com vista a atingir uma posição de maior relevância nestes dois mercados. Em Portugal, os custos com pessoal reduziram 5,6%, em base

comparável, como resultado das medidas implementadas nos últimos anos no âmbito do redimensionamento do quadro de colaboradores.

Os **outros gastos administrativos** situaram-se praticamente em linha com os relevados no período homólogo de 2006, ao evoluírem de 281,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2006 para 282,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, representando um aumento de 0,5%. A actividade em Portugal apurou uma redução dos outros gastos administrativos de 4,6%, comparando com o período homólogo de 2006, tendo-se contabilizado poupanças na quase generalidade das rubricas, nomeadamente, ao nível dos consumos correntes, em rendas e em despesas de conservação e manutenção. Na actividade internacional, os gastos administrativos denotam o impacto dos planos de expansão em curso na Polónia e na Grécia.



As **amortizações do exercício** cifraram-se em 53,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, registando uma diminuição de 2,7%, face ao período homólogo de 2006. A redução sustentada das amortizações reflecte o impacto da racionalização e selecção criteriosa dos investimentos realizados nos últimos anos, a par do recurso ao "outsourcing" informático.

CUSTOS OPERACIONAIS ⁽¹⁾

<i>(valores em milhões de euros)</i>	1º Sem. 07	1º Sem. 06	Var. 07/06
Custos com o pessoal	435,5	426,2	2,2%
Outros gastos administrativos	282,9	281,5	0,5%
Amortizações do exercício	53,0	54,5	-2,7%
	<u>771,4</u>	<u>762,2</u>	1,2%
dos quais:			
Actividade em Portugal	537,8	568,0	-5,3%
Actividade no estrangeiro	233,6	194,2	20,3%
Custos operacionais/ Produto bancário ⁽²⁾	52,8%	55,3%	

⁽¹⁾ Exclui impacto no 1º semestre de 2006 das medidas de redimensionamento.

⁽²⁾ Actividade em Portugal. Calculado de acordo com a instrução nº16/2004 do Banco de Portugal (em base comparável).

As **imparidades de crédito (líquidas de recuperações)** contabilizadas no primeiro semestre de 2007 totalizaram 97,8 milhões de euros, acompanhando o crescimento do volume de crédito concedido a clientes. O esforço de provisionamento, avaliado pela proporção das imparidades constituídas no total da carteira de crédito, fixou-se em 32 b.p. (26 b.p. em igual período de 2006).

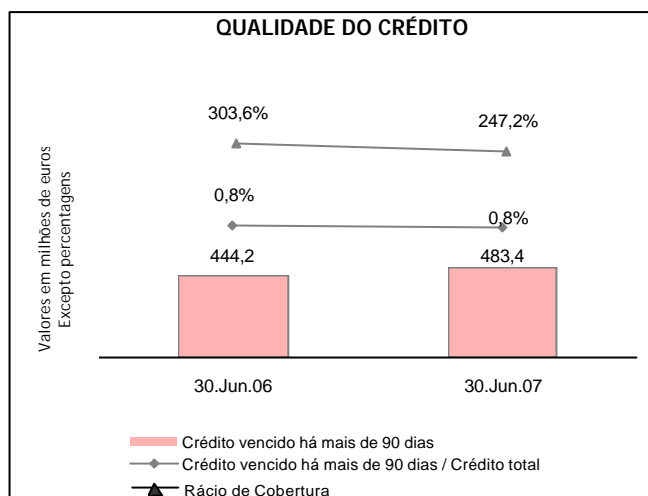
O **crédito a clientes** (incluindo crédito securitizado) aumentou 12,6%, atingindo 65.228 milhões de euros em 30 de Junho de 2007 (57.915 milhões de euros em 30 de Junho de 2006). O aumento do crédito concedido foi impulsionado pelo desempenho da actividade em Portugal (+8,3%) e pelo crescimento expressivo nas operações internacionais (+46,6%), nomeadamente, na Polónia e na Grécia, reflectindo o forte dinamismo da actividade comercial. O crédito à habitação afirmou-se como a componente da carteira com níveis de crescimento mais relevantes tanto em Portugal como na Polónia, enquanto que na Grécia a carteira de crédito foi sobretudo impulsionada pelo crédito concedido a empresas.

CRÉDITO A CLIENTES ⁽¹⁾

<i>(valores em milhões de euros)</i>	30 Jun. 07	30 Jun. 06	Var. 07 / 06
Particulares			
Crédito hipotecário	26.555	22.878	16,1%
Crédito ao consumo	4.383	4.092	7,1%
	<u>30.938</u>	<u>26.970</u>	14,7%
Empresas			
Serviços	10.876	9.275	17,3%
Comércio	4.816	4.528	6,4%
Outros	18.598	17.142	8,5%
	<u>34.290</u>	<u>30.945</u>	10,8%
Total	<u>65.228</u>	<u>57.915</u>	12,6%
dos quais:			
Actividade em Portugal	55.622	51.362	8,3%
Actividade no estrangeiro	9.606	6.553	46,6%

(1) Inclui crédito securitizado.

A **qualidade da carteira de crédito** continua a reflectir, quer o rigor na avaliação das propostas e na concessão do crédito, quer a eficácia dos mecanismos de controlo do risco, consubstanciados na estabilidade do rácio de crédito vencido há mais de 90 dias nos 0,8% desde o terceiro trimestre de 2005, com a respectiva cobertura por imparidades para riscos de crédito a situar-se em 247,2%, em 30 de Junho de 2007.



CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 30 DE JUNHO DE 2007

<i>(valores em milhões de euros)</i>	Crédito Vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito Vencido > 90 dias / Crédito Total	Grau de cobertura
Particulares				
Crédito hipotecário	68	182	0,3%	267,8%
Crédito ao consumo	97	150	2,2%	155,2%
	<u>165</u>	<u>332</u>	0,6%	201,7%
Empresas				
Serviços	32	186	0,3%	585,8%
Comércio	52	158	1,1%	300,6%
Outros	234	519	1,3%	221,5%
	<u>318</u>	<u>863</u>	0,9%	270,8%
Total	<u><u>483</u></u>	<u><u>1.195</u></u>	0,8%	247,2%

Os **recursos totais** de clientes aumentaram 5,7%, totalizando 59.777 milhões de euros em 30 de Junho de 2007 (56.549 milhões de euros em 30 de Junho de 2006). O crescimento dos recursos totais beneficiou do desempenho alcançado ao nível dos recursos fora de balanço, especificamente dos activos sob gestão (+10,6%) e dos seguros de capitalização (+9,0%), e dos recursos de balanço, com os depósitos de clientes a registarem um comportamento positivo (+3,1%) face a 30 de Junho de 2006. O aumento dos recursos totais foi fundamentalmente determinado pelos níveis de crescimento alcançados no segmento European Banking (+32,1%), em especial na Polónia e na Grécia, Overseas Banking (+14,7%) e Banca de Retalho em Portugal (+5,9%).

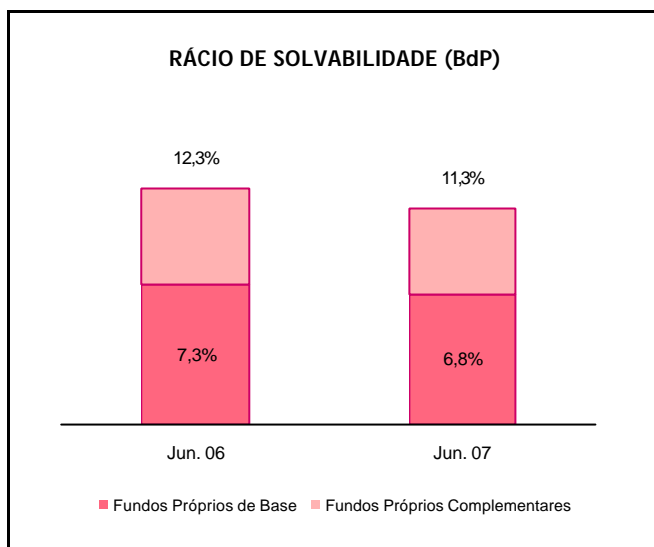
RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

<i>(valores em milhões de euros)</i>	30 Jun. 07	30 Jun. 06	Var. 07 / 06
Recursos de clientes de balanço			
Depósitos de clientes	34.624	33.590	3,1%
Débitos para com clientes titulados	5.420	5.000	8,4%
	<u>40.044</u>	<u>38.590</u>	3,8%
Recursos de clientes fora do balanço			
Activos sob gestão	10.697	9.668	10,6%
Seguros de capitalização	9.036	8.291	9,0%
	<u>19.733</u>	<u>17.959</u>	9,9%
Total	<u>59.777</u>	<u>56.549</u>	5,7%
dos quais:			
Actividade em Portugal	48.918	48.179	1,5%
Actividade no estrangeiro	10.859	8.370	29,7%

Os indicadores de **solvabilidade** reflectem a capacidade de geração de resultados do Grupo, aliada à disciplina na gestão dos riscos assumidos. O rácio de solvabilidade consolidado em 30 de Junho de 2007, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, situou-se em 11,3% e o *Tier I* em 6,8%, incorporando o impacto desfavorável, quer dos custos associados à OPA sobre o BPI, quer de alterações regulamentares relacionadas com o tratamento das participações financeiras em empresas seguradoras e financeiras, em vigor desde Abril de 2007, os quais produziram, respectivamente, impactos negativos de 17 p.b. e 18 p.b. no rácio *Core Tier I*.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE BdP

<i>(valores em milhões de euros)</i>	30 Jun. 07	30 Jun. 06
Fundos Próprios de Base (Tier I)		
"Core"	3.116	2.947
Acções preferenciais	803	982
Total	<u>3.919</u>	<u>3.929</u>
Fundos Próprios Complementares (Tier II)		
Dívida subordinada	2.703	2.950
Deduções	(79)	(226)
Total	<u>2.624</u>	<u>2.724</u>
Fundos Próprios Totais	<u>6.543</u>	<u>6.653</u>
Riscos Ponderados	57.732	53.990
Rácio de Solvabilidade		
Core Tier I	5,4%	5,5%
Tier I	6,8%	7,3%
Tier II	4,5%	5,0%
Total	11,3%	12,3%



ANÁLISE POR ÁREAS DE NEGÓCIO

O Millennium bcp desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial, de Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

CARACTERIZAÇÃO DOS SEGMENTOS

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho em Portugal encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes Mass Market, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justifica uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de Cliente dedicado, designados Clientes Prestige e Negócios. No âmbito da estratégia de *cross-selling*, a Banca de Retalho funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da generalidade dos negócios do Millennium bcp.

O segmento Empresas e Corporate inclui a Rede Empresas em Portugal, servindo as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendido entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados, e a Rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado. Integram também este segmento o negócio de *International Corporate Banking* e a actividade da Direcção Internacional do Banco.

O segmento European Banking engloba as operações desenvolvidas na Polónia, na Grécia e na Turquia, sob a marca comercial de Millennium bank. Na Polónia, o Grupo está representado por um banco universal, e na Grécia por uma operação baseada na inovação de produtos e serviços. Embora com uma dimensão mais reduzida, a actividade desenvolvida na Turquia apresenta-se como uma operação vocacionada para o aconselhamento financeiro. A operação de raiz a ser proximamente inaugurada na Roménia - Banca Millennium, S.A. - também integra este segmento.

O segmento Overseas Banking inclui a actividade prosseguida pelo Grupo fora da Europa, estendendo-se a mercados de afinidade, sendo assegurada pelo Millennium bcpbank (Estados Unidos), um banco global vocacionado para servir a população local e, em especial, a comunidade portuguesa, pelo Millennium bim, em Moçambique, um banco universal, direccionado para Clientes particulares e empresas, e pelo Banco Millennium Angola.

A actividade de Banca de Investimento é desenvolvida essencialmente pelo Millennium bcp investimento, instituição especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados - *project finance*, *corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *equity research* - e na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco.

A actividade de Private Banking e Asset Management é assegurada pela Rede Private Banking em Portugal, pelo Millennium Banque Privée, uma plataforma de *private banking* de direito suíço, pelo ActivoBank7, um banco online de serviço global, especializado nos negócios de bolsa e na selecção e aconselhamento de produtos de investimento de longo prazo, e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento.

ACTIVIDADE DOS SEGMENTOS DE NEGÓCIO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios.

As rubricas do balanço de cada subsidiária e unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando critérios regulamentares de solvabilidade. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

As contribuições líquidas de cada segmento incorporam todos os impactos dos movimentos de fundos descritos anteriormente e reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos relacionados com a realocação de capitais.

A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e a organização das áreas de negócio do Millennium bcp.

Para efeitos de comparabilidade desta informação foram excluídos os impactos de algumas operações pontuais.

Banca de Retalho em Portugal

A Banca de Retalho em Portugal atingiu uma contribuição líquida de 210,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, registando uma taxa de crescimento de 17,1% face aos 179,4 milhões de euros apurados no primeiro semestre de 2006. O desempenho deste segmento beneficiou do efeito conjugado da redução dos custos operacionais e do aumento da margem financeira, que mais que compensou o acréscimo das imparidades e outras provisões, proporcionando uma melhoria da rentabilidade do capital afecto para 37,0% em 30 de Junho de 2007.

O rácio de eficiência evoluiu para 51,5% em 30 de Junho de 2007 (57,5% em 30 de Junho de 2006), traduzindo o impacto das medidas implementadas com vista à obtenção de ganhos de eficiência operativa, nomeadamente, a centralização de procedimentos administrativos e a reengenharia de processos.

O crédito concedido a clientes cresceu 10,6% entre 30 de Junho de 2006 e 30 de Junho de 2007, suportado pelo dinamismo da actividade comercial, em particular, na componente de crédito à habitação, não obstante a forte concorrência sectorial neste negócio. Os recursos totais de clientes totalizaram 33.580 milhões de euros em 30 de Junho de 2007, situando-se 5,9% acima do montante registado em igual data de 2006 (31.707 milhões de euros).

<i>(valores em milhões de euros)</i>	30 Jun. 07	30 Jun. 06	Var. 07 / 06
Demonstração de resultados			
Margem financeira	500,5	445,7	12,3%
Outros proveitos líquidos	209,5	211,1	-0,8%
	<u>709,9</u>	<u>656,8</u>	8,1%
Custos operacionais	365,9	377,7	-3,1%
Imparidade e provisões	58,3	31,7	83,7%
Contribuição antes de impostos	<u>285,8</u>	<u>247,4</u>	15,5%
Impostos	75,7	68,0	11,3%
Contribuição líquida	<u><u>210,0</u></u>	<u><u>179,4</u></u>	17,1%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.146	1.040	10,2%
Rentabilidade do capital afecto	37,0%	34,8%	--
Riscos ponderados	23.361	21.257	9,9%
Rácio de eficiência	51,5%	57,5%	--
Crédito a clientes	32.130	29.063	10,6%
Recursos totais de clientes	33.580	31.707	5,9%

Empresas e Corporate

O segmento Empresas e Corporate alcançou uma contribuição líquida de 131,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, suportada pelo aumento dos proveitos, nomeadamente da margem financeira e das comissões, não obstante o aumento dos custos operacionais. Apesar da crescente intensidade competitiva no negócio de Empresas e Corporate em Portugal, a rentabilidade do capital afecto deste segmento situou-se em 20,8% e o rácio de eficiência em 22,7% no primeiro semestre de 2007.

Os recursos totais de clientes totalizaram 7.770 milhões de euros em 30 de Junho de 2007, determinados pelo menor nível de depósitos, reflectindo, por um lado, a volatilidade associada aos depósitos de grandes empresas e clientes institucionais, e, por outro, a desmobilização de recursos de clientes institucionais detentores de patrimónios financeiros significativos, com especial impacto na Rede Corporate, neste primeiro semestre de 2007.

O crédito a clientes evidenciou um maior dinamismo, registando um aumento de 9,5% e elevando-se a 18.535 milhões de euros em 30 de Junho de 2007 (16.933 milhões de euros em 30 de Junho de 2006), acompanhando os sinais de retoma em alguns sectores de actividade económica em Portugal e de melhoria do clima de confiança por parte dos agentes económicos.

<i>(valores em milhões de euros)</i>	30 Jun. 07	30 Jun. 06	Var. 07 / 06
Demonstração de resultados			
Margem financeira	177,1	166,3	6,5%
Outros proveitos líquidos	73,6	67,9	8,4%
	<u>250,7</u>	<u>234,2</u>	7,0%
Custos operacionais	56,9	51,9	9,6%
Imparidade e provisões	14,7	17,6	-16,0%
Contribuição antes de impostos	<u>179,1</u>	<u>164,8</u>	8,7%
Impostos	47,5	45,3	4,7%
Contribuição líquida	<u><u>131,6</u></u>	<u><u>119,5</u></u>	10,2%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.277	1.163	9,8%
Rendibilidade do capital afecto	20,8%	20,7%	--
Riscos ponderados	26.086	24.019	8,6%
Rácio de eficiência	22,7%	22,2%	--
Crédito a clientes	18.535	16.933	9,5%
Recursos totais de clientes	7.770	9.804	-20,7%

European Banking

A contribuição líquida do segmento European Banking cresceu 82,1%, atingindo os 55,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, comparando com 30,6 milhões de euros apurados no período homólogo de 2006. Esta evolução beneficiou do maior nível de proveitos, quer da margem financeira, quer dos outros proveitos líquidos, que permitiram mais do que compensar o aumento dos custos operacionais relacionados com a expansão das redes de distribuição e o aumento do quadro de colaboradores na Polónia e na Grécia. A rentabilidade do capital afecto evoluiu positivamente para 17,9%, em paralelo com a melhoria do rácio de eficiência para 67,6%.

A estratégia de crescimento orgânico empreendida nos mercados Polaco e Grego influenciou de forma determinante a evolução dos volumes de negócio deste segmento, tendo o crédito a clientes aumentado 51,3% face a 30 de Junho de 2006, suportado pelo excelente desempenho do crédito à habitação na Polónia e pelo crescimento do crédito a particulares e a empresas na Grécia.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 9.569 milhões de euros, aumentando 32,1% entre 30 de Junho de 2006 e 30 de Junho de 2007, alicerçado no crescimento pronunciado dos activos sob gestão registado na Polónia e no aumento dos depósitos na Polónia e na Grécia.

<i>(valores em milhões de euros)</i>	30 Jun. 07	30 Jun. 06	Var. 07 / 06
Demonstração de resultados ⁽¹⁾			
Margem financeira	146,7	117,2	25,1%
Outros proveitos líquidos	135,8	90,4	50,3%
	<u>282,4</u>	<u>207,6</u>	36,0%
Custos operacionais	191,0	157,0	21,6%
Imparidade e provisões	19,5	9,8	98,8%
Contribuição antes de impostos	71,9	40,7	76,5%
Impostos e interesses minoritários	16,2	10,1	59,8%
Contribuição líquida	<u>55,7</u>	<u>30,6</u>	82,1%
Síntese de indicadores ⁽¹⁾			
Capital afecto	629	568	10,8%
Rentabilidade do capital afecto	17,9%	10,9%	--
Riscos ponderados	8.179	5.380	52,0%
Rácio de eficiência	67,6%	75,6%	--
Crédito a clientes	8.618	5.695	51,3%
Recursos totais de clientes	9.569	7.245	32,1%

(1) Exclui Banque BCP França e Banque BCP Luxemburgo. A participação detida foi reduzida para 20% em Julho de 2006.

Overseas Banking

A contribuição líquida do segmento Overseas Banking aumentou 11,1%, atingindo os 22,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2007 (20,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2006), beneficiando dos desempenhos do Banco Millennium Angola e do Millennium bim.

A evolução da contribuição líquida traduz o aumento dos proveitos, em particular da margem financeira, e a redução dos níveis de dotações para imparidade do crédito e outras provisões, compensando o aumento dos custos operacionais associado, sobretudo, ao plano de expansão da rede de sucursais em curso no mercado Angolano. A rentabilidade do capital afecto situou-se em 55,5% e o rácio de eficiência melhorou para 62,8%.

Este segmento de negócio evidenciou um crescimento de 15,1% no crédito a clientes, fundamentalmente suportado pelos desempenhos do crédito a particulares em Moçambique e do crédito a empresas em Angola. Os recursos totais de clientes aumentaram 14,7% face a 30 de Junho de 2006, impulsionado pelo maior volume de depósitos captados pela globalidade das operações.

<i>(valores em milhões de euros)</i>	30 Jun. 07	30 Jun. 06	Var. 07 / 06
Demonstração de resultados ⁽¹⁾			
Margem financeira	44,2	32,7	34,9%
Outros proveitos líquidos	23,6	23,2	1,7%
	67,8	55,9	21,1%
Custos operacionais	42,6	37,1	14,7%
Imparidade e provisões	(0,1)	(1,0)	--
Contribuição antes de impostos	25,3	19,9	27,2%
Impostos e interesses minoritários	3,0	(0,2)	--
Contribuição líquida	22,2	20,0	11,1%
Síntese de indicadores ⁽¹⁾			
Capital afecto	81	65	23,7%
Rentabilidade do capital afecto	55,5%	61,8%	--
Riscos ponderados	926	799	15,8%
Rácio de eficiência	62,8%	66,4%	--
Crédito a clientes	762	662	15,1%
Recursos totais de clientes	1.290	1.125	14,7%

(1) Exclui bcpbank Canada alienado em 2006.

Banca de Investimento

A contribuição líquida da Banca de Investimento aumentou 62,7%, ao evoluir de 27,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2006 para 44,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2007. Esta evolução beneficiou do controlo dos custos operacionais e foi fundamentalmente determinada pelo aumento expressivo dos proveitos, suportado nos maiores níveis de actividade deste segmento, face a igual período de 2006.

No decurso do primeiro semestre de 2007, os juros e os prémios e descontos relacionados com activos financeiros detidos para negociação passaram a ser contabilizados na margem financeira, quando anteriormente eram registados em resultados em operações financeiras. O efeito desta alteração nos outros proveitos líquidos foi, no entanto, mais do que compensado pelo crescimento expressivo das comissões.

O envolvimento do Millennium investment banking como *lead arranger* em importantes operações de *project finance*, com especial enfoque no quarto trimestre do exercício anterior, proporcionou um aumento do crédito a clientes face a 30 de Junho de 2006.

<i>(valores em milhões de euros)</i>	30 Jun. 07	30 Jun. 06	Var. 07 / 06
Demonstração de resultados			
Margem financeira	8,7	(7,1)	--
Outros proveitos líquidos	75,8	71,4	6,1%
	<u>84,5</u>	<u>64,4</u>	31,2%
Custos operacionais	26,0	25,3	2,8%
Imparidade e provisões	0,1	1,5	-96,4%
Contribuição antes de impostos	58,4	37,6	55,3%
Impostos	14,1	10,4	35,9%
Contribuição líquida	<u><u>44,3</u></u>	<u><u>27,2</u></u>	62,7%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	111	105	6,2%
Rendibilidade do capital afecto	80,4%	52,5%	--
Riscos ponderados	2.534	1.733	46,2%
Rácio de eficiência	30,8%	39,4%	--
Crédito a clientes	849	358	137,0%

Private Banking e Asset Management

No segmento Private Banking e Asset Management, a contribuição líquida cifrou-se em 22,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2007, proporcionando uma rentabilidade do capital afecto de 36,2%.

A contenção dos custos operacionais, beneficiando das iniciativas de optimização operativa, e o aumento dos proveitos totais, suportado no maior volume de activos sob gestão e no crescimento sustentado do crédito concedido a clientes, determinou a melhoria do rácio de eficiência para 51,2% no primeiro semestre de 2007 (61,2% no primeiro semestre de 2006).

A aposta na inovação e a diversificação das opções de investimento, privilegiando a adequação da proposta de valor às necessidades financeiras e perfil ao de risco dos investidores, proporcionou um crescimento de 8,9% dos activos sob gestão entre 30 de Junho de 2006 e 30 de Junho de 2007, tendo o crédito a clientes aumentado 12,7% no mesmo período.

<i>(valores em milhões de euros)</i>	30 Jun. 07	30 Jun. 06	Var. 07 / 06
Demonstração de resultados			
Margem financeira	24,8	22,0	12,9%
Outros proveitos líquidos	39,9	32,6	22,5%
	<u>64,7</u>	<u>54,5</u>	18,6%
Custos operacionais	33,1	33,4	-0,8%
Imparidade e provisões	4,1	1,0	--
Contribuição antes de impostos	<u>27,4</u>	<u>20,1</u>	36,6%
Impostos	5,1	3,3	54,1%
Contribuição líquida	<u><u>22,3</u></u>	<u><u>16,8</u></u>	33,1%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	124	116	7,1%
Rentabilidade do capital afecto	36,2%	29,1%	--
Riscos ponderados	2.539	2.195	15,7%
Rácio de eficiência	51,2%	61,2%	--
Crédito a clientes	2.817	2.500	12,7%
Activos sob gestão	16.452	15.114	8,9%

GESTÃO DOS RISCOS

Modelo de Gestão e Controlo de Risco

A gestão integrada dos riscos - Crédito, Mercados, Liquidez, Operacional e outros - decorrentes do exercício da actividade do Grupo constitui um dos vectores primordiais de suporte a uma política de crescimento sustentada por um adequado nível de fundos próprios e por uma correcta avaliação do perfil de risco/retorno das diferentes linhas de negócio.

De forma a consubstanciar este objectivo, o Grupo instituiu um modelo transversal de gestão de risco, concentrando no Risk Office a responsabilidade pela implementação dos modelos de gestão e controlo de riscos aprovados.

O modelo de gestão e controlo do risco do Grupo é baseado nos seguintes princípios:

- I. Total segregação entre as funções de originação e de gestão e controlo de risco;
- II. Adopção do capital económico como métrica global de gestão de risco;
- III. Concentração dos riscos de crédito e de mercado em áreas de gestão específicas;
- IV. Utilização das mesmas metodologias e sistemas informáticos em todas as entidades do Grupo.

Organização Interna

O Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português é responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão dos mesmos, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital económico às linhas de negócio.

O Conselho Geral e de Supervisão, através da Comissão de Auditoria e Risco, assegura a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar por proposta do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Grupo.

A Comissão de Auditoria e Risco acompanha a evolução do perfil de risco do Grupo, conforme reportado pelo Risk Office.

A diversidade dos mercados de actuação e de tipologias de riscos envolvidos conferem uma complexidade acrescida à sua gestão, legitimando um modelo de organização suportado por uma Comissão de Risco e quatro Sub-Comissões de risco específicas (Crédito, Mercados e Liquidez, Operacional e Acompanhamento do Fundo de Pensões) presididas por um membro do Conselho de Administração Executivo e onde se encontram representados os responsáveis das principais áreas envolvidas nos processos de originação, decisão e gestão de riscos nas diversas entidades do Grupo. O funcionamento da Comissão e das Sub-Comissões de Risco é apoiado pelo Risk Office.

O Group Risk Officer é o responsável pela função de controlo de risco em todas as entidades do Grupo, por forma a garantir a monitorização global do risco e o alinhamento de conceitos, práticas e objectivos. Deve também informar a Comissão de Risco sobre o nível de risco do Grupo, propondo medidas para melhorar o seu controlo e implementando os limites aprovados. Adicionalmente, o Group Risk Officer é responsável pelas seguintes funções:

- Desenvolver, propor, implementar e controlar a aplicação de um conjunto de metodologias e métricas de avaliação capazes de permitir a correcta avaliação dos riscos incorridos;
- Garantir a consistência de princípios, conceitos, metodologias e ferramentas de avaliação dos riscos de todas as unidades de negócio, incluindo as filiais e sucursais no exterior;

- Assegurar a existência de uma infra-estrutura tecnológica de suporte ao processo de avaliação e monitorização de riscos capaz de permitir, simultaneamente, uma visão consolidada dos riscos, assim como a análise individual por linha de negócio e, ou, participada.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português regem a sua actuação pelos princípios e decisões tomadas centralmente ao nível das Sub-Comissões de Risco, encontrando-se dotadas de estruturas do Risk Office, dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respectiva actividade.

Capital Económico

Os critérios de convergência de capital de Basileia II proporcionam um incentivo ao uso de metodologias internas de avaliação dos riscos por parte dos bancos e dão uma maior ênfase ao diálogo com os reguladores na aprovação e supervisão dessas metodologias.

Em relação aos critérios actuais, os princípios preconizados por Basileia II tendem a reflectir uma maior sensibilidade ao risco inerente ao negócio bancário no apuramento dos requisitos de capital.

O Pilar II de Basileia II - Processo de Supervisão - tem por objectivo melhorar a ligação entre o perfil de risco dos bancos, os sistemas de gestão e controlo de riscos e a gestão do capital. No âmbito do Projecto de Basileia II, o Grupo desenvolveu um modelo interno de avaliação das necessidades e de afectação de capital (*Internal Capital Assessment Model* - ICAM), o qual passará a constituir um elemento essencial do planeamento estratégico. Este modelo permitirá apurar o capital económico necessário para cobrir os riscos incorridos, desde o nível das unidades de negócio até ao nível global, quer para a actividade consolidada, quer para as instituições financeiras que integram o perímetro de consolidação.

Foram identificados os seguintes riscos materiais inerentes à actividade do Grupo: Crédito, Mercado, Operacional, Liquidez e Negócio e Estratégico.

Para o apuramento do capital económico associado a estes riscos, foram estabelecidas metodologias adequadas a cada tipo de risco. Os riscos de crédito e de mercado da carteira bancária e do fundo de pensões são os riscos mais significativos em que o Grupo incorre. O capital económico apurado beneficia do impacto positivo decorrente da correlação entre os vários riscos.

Risco de Crédito

O risco de crédito reflecte o grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador de um empréstimo (e seu garante, se existir), quer do emitente de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

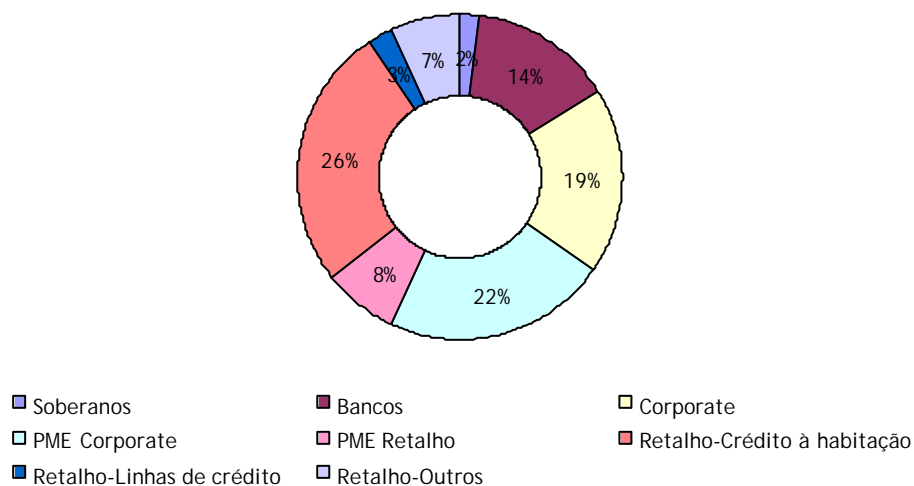
Para além da quantificação dos riscos do balanço, a avaliação regular das exposições fora de balanço, montantes não utilizados e outro tipo de instrumentos permitiram significativas melhorias em termos da identificação, quantificação e mitigação do risco de crédito, introduzindo assim uma maior eficácia no modelo de gestão do risco de crédito.

O manual de princípios de gestão de crédito aplicável ao Grupo, desenvolvido em grande parte em resultado da adopção dos métodos avançados de crédito no âmbito de Basileia II, estabelece os principais conceitos relativos à gestão do risco de crédito e ao próprio processo, nomeadamente no que diz respeito à segmentação dos clientes, classes de exposição, definição de default, mitigantes de risco elegíveis, cálculo de níveis de protecção, *Rating Master Scale* e factores de conversão de crédito. Além disso, introduz também um número de princípios aplicados a diferentes fases do processo de crédito.

O Grupo tem vindo a desenvolver uma plataforma única de informação sobre a carteira de crédito, que acomoda os requisitos internos, regulamentares e de mercado. Esta plataforma é utilizada para o cálculo das exigências de capital à luz das várias opções do Acordo de Basileia II.

A 30 de Junho de 2007, a exposição de crédito para Portugal, Polónia e Grécia, de acordo com os segmentos de Basileia II, segue a distribuição apresentada no gráfico seguinte. Importa destacar o peso da exposição a clientes de retalho, em particular no segmento crédito à habitação, e a empresas de média dimensão.

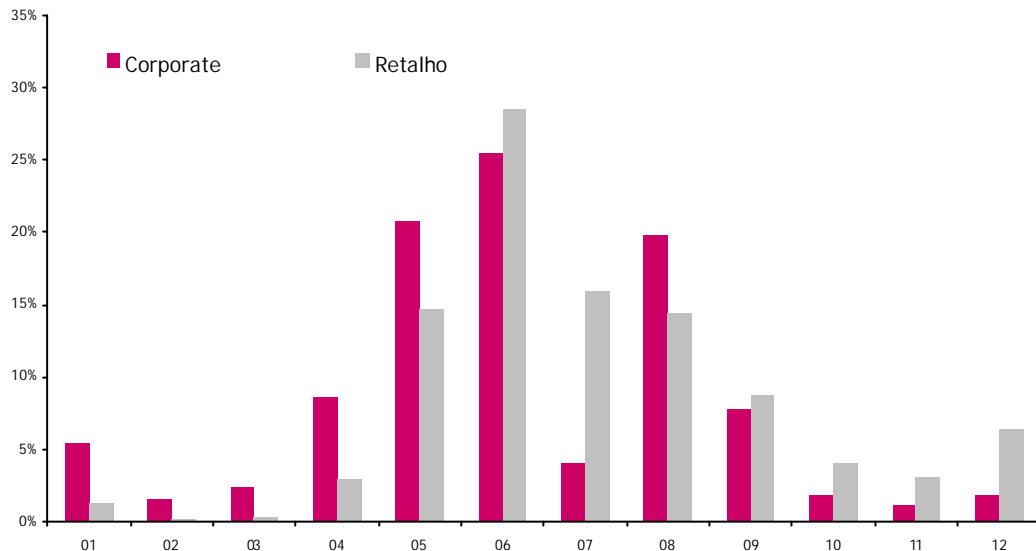
**Exposição de crédito por segmento de Basileia II
(Portugal, Polónia e Grécia)**



O gráfico seguinte ilustra a distribuição da exposição creditícia relativa a 30 de Junho de 2007 para Portugal, Polónia e Grécia, pelos graus de risco da *Rating Master Scale* em vigor desde o final de 2006. O perfil de risco

apresentado reflecte a natureza das operações de crédito subjacentes, tendo presente o enfoque do Millennium bcp em Clientes Retalho e Médias Empresas.

**Distribuição da carteira de crédito pelos graus de risco da *Rating Master Scale*
(Portugal, Polónia e Grécia)**



Este modelo de notação introduziu melhorias significativas ao nível do conhecimento da probabilidade de *default* em todos os segmentos de Clientes e para qualquer tipo de operação de crédito, através da maior granularidade da escala de risco, indo ao encontro das melhores práticas internacionais.

Ao nível da gestão de colaterais, foi introduzido o conceito de nível de protecção como elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização de crédito mais activa e uma melhor adequação do pricing ao risco incorrido.

Os desenvolvimentos atrás descritos ao nível da gestão do crédito conduziram a alterações significativas dos processos de decisão, procurando uma maior consistência e eficácia nas decisões através do recurso sistemático a modelos de *scoring* e *rating*.

Em consequência das alterações referidas, foi aprovado um novo Regulamento de Crédito, revendo e integrando num único documento a regulamentação em matéria de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito, que entrou em vigor no início de 2007.

Riscos de Mercado

O conceito de riscos de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada em resultado de alterações adversas de taxas (de juro e de câmbio), de preços de acções, obrigações, *commodities* e/ou imobiliário nas carteiras de negociação, bancária ou na relativa ao fundo de pensões do Grupo.

Na quantificação dos riscos incorridos, que se pretende sistemática e completa, várias métricas têm vindo a ser progressivamente desenvolvidas e implementadas. Na carteira de negociação, métricas baseadas numa medida de risco que inclui um modelo de VaR (Value at Risk) paramétrico, a medição dos riscos não lineares e a medição do risco específico e na carteira bancária, métricas baseadas num modelo de VaR paramétrico

de longo prazo como medida integrada de risco e em modelos de GAP e posição líquida para o tratamento individual e de transferência dos riscos.

A monitorização dos riscos de mercado, nas duas carteiras, é efectuada através de um conjunto alargado de actividades que envolvem o acompanhamento diário das carteiras, exercícios de *backtesting*, validação complementar dos modelos e pressupostos utilizados, controlo de operações caracterizadas nos sistemas e a atribuição de limites prudenciais sustentados nos fundos próprios do Grupo e baseados em regras de alocação por entidade, áreas de gestão e componentes de risco.

Foi efectuada uma revisão do âmbito de actuação de cada empresa subsidiária, revistos limites, redefinidas as áreas de gestão e aprovados os produtos e actividades permitidas.

Medidas de Avaliação de Riscos de Mercado

A principal medida utilizada pelo Grupo na avaliação dos riscos de mercado é o VaR.

O cálculo do VaR é efectuada com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela RiskMetrics, sendo calculado considerando um horizonte temporal de dez dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%. No cálculo da volatilidade associada a cada vector de risco, o modelo assume uma ponderação maior para as condições de mercado verificadas nos dias mais recentes, garantindo assim uma mais correcta adequação às condições de mercado.

São apurados valores de capital em risco quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos, quer em termos consolidados considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

De modo a assegurar que o modelo de VaR adoptado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de *backtesting*, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados. Os resultados deste processo demonstram a adequação do modelo na avaliação dos riscos incorridos.

Para acompanhar e limitar a tomada de posições em instrumentos em que os riscos de mercado não podem ser correctamente medidos pela metodologia de VaR adoptada (aproximação paramétrica), tais como a exposição a riscos de opcionalidade, são utilizados outros indicadores de risco. A carteira de posições em aberto neste tipo de instrumentos é muito reduzida, pelo que a aproximação seguida no cálculo de VaR se considera apropriada ao perfil de risco.

O processo de cálculo do VaR é efectuada centralmente para as principais empresas participadas do Grupo com actividade nas áreas de mercado (Millennium bcp, Millennium bcp Investimento, Bank Millennium na Polónia, Millennium bank na Grécia e na Turquia), sendo executado por um software desenvolvido com base numa tecnologia web, que permite às áreas de trading o acesso *on-line* aos valores de risco da respectiva carteira.

Evolução dos indicadores de VaR

Os indicadores de VaR reportados no quadro seguinte evidenciam um baixo nível de exposição a riscos de mercado, um montante de 6,9 milhões de euros em termos médios, em resultado do perfil conservador das áreas de mercados, bem como do efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

Indicadores de VaR para as Carteiras de Negociação e de Financiamento e Cobertura

Milhares de euros

	VaR ⁽¹⁾ (de 1 de Janeiro de 2007 a 29 de Junho de 2007)				
	Junho 2007	Média	Máximo	Mínimo	Final 2006
Valores agregados ⁽²⁾	6.617	6.892	8.798	5.122	5.427
Risco de taxa de juro	6.752	6.619	8.484	5.038	5.381
Risco cambial	713	1.014	475	603	370
Risco de acções	1.020	994	1.018	244	693
Efeito de diversificação	1.868	1.735	1.180	762	1.018

- 1) Período de detenção de 10 dias e 99% de nível de confiança.
- 2) Valores consolidados das posições assumidas pelas Tesourarias do Millennium bcp, Bank Millennium, Millennium bank na Grécia e na Turquia.

As posições são maioritariamente assumidas em instrumentos de taxa de juro, assumindo o risco cambial e o de acções valores inexpressivos.

Apresenta-se no quadro seguinte a informação do VaR para as posições do ALCO.

Indicadores de VaR para as posições do ALCO

Milhares de euros

	VaR ⁽¹⁾ (de 1 de Janeiro de 2007 a 29 de Junho de 2007)				
	Junho 2007	Média	Máximo	Mínimo	Final 2006
Valores agregados ⁽²⁾	1.378	1.490	2.471	442	1.155
Risco de taxa de juro	1.345	1.481	2.448	417	1.157
Risco cambial	23	37	9	93	13
Risco de acções	182	78	97	93	10
Efeito de diversificação	171	106	83	162	25

- 1) Período de detenção de 10 dias e 99% de nível de confiança.
- 2) Valores consolidados das posições assumidas pelas Tesourarias do Millennium bcp, Bank Millennium, Millennium bank na Grécia e na Turquia.

Considerando os limites definidos e os fundos próprios, o nível de risco assumido pelas posições tomadas pelo ALCO é reduzido.

Análise de Sensibilidade ao Risco de Taxa de Juro

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações contratadas fora do âmbito da actuação nos mercados financeiros é feita através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço consolidado do Grupo.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efectuada a respectiva projecção dos *cash flows* esperados, de acordo com as datas de *repricing*.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos *cash flows* esperados em cada um dos intervalos de tempo, permite determinar os *gaps* de taxa de juro por prazo de *repricing*.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço em cada moeda é calculada pela diferença entre o valor actual do *mismatch* de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos *cash flows* simulando um deslocamento paralelo da curva de taxa de juro de mercado de + 100 p.b..

Esta análise, reportada a 30 de Junho de 2007, evidencia valores de +99,9 milhões de euros e de -14,0 milhões de euros, para as moedas em que o Grupo detém posições mais significativas, respectivamente, euros e dólares:

GAP de taxa de juro para o balanço EUR

Mismatch de taxa de juro por prazo de repricing	Milhares de euros									
	< 1M	1M -3M	3M - 6M	6M - 1A	1A - 2A	2A - 3A	3A - 5A	5A - 7A	> 7A	TOTAL
Actividade da Área Comercial	- 7.631	- 17.379	- 11.938	+ 23.403	+ 19.854	- 3.296	- 4.041	- 6.514	- 9.306	- 16.848
Actividade da Área Estrutural	+ 367	+ 11.370	- 7.656	+ 26.057	+ 6.040	+ 6.472	+ 62.772	+ 42.343	+ 127.932	+ 275.697
Subtotal	- 7.264	- 6.009	- 19.594	+ 49.461	+ 25.894	+ 3.176	+ 58.731	+ 35.828	+ 118.626	+ 258.849
Cobertura de risco	- 1.816	+ 8.334	- 17.213	- 13.128	- 28.446	- 4.350	- 59.395	- 7.790	- 95.735	- 219.540
Total Comercial e Estrutural	- 9.080	+ 2.325	- 36.807	+ 36.333	- 2.552	- 1.175	- 665	+ 28.039	+ 22.891	+ 39.309
Carteira de investimento	+ 8	+ 131	- 116	+ 10	- 239	+ 42	+ 346	- 0	- 0	+ 182
Financiamento e cobertura	+ 2.999	+ 10.001	+ 30.584	+ 16.821	+ 486	+ 53	- 185	- 192	- 155	+ 60.411
Total da carteira bancária	- 6.073	+ 12.457	- 6.339	+ 53.164	- 2.305	- 1.080	- 504	+ 27.847	+ 22.735	+ 99.902

GAP de taxa de juro para o balanço USD

Mismatch de taxa de juro por prazo de repricing	Milhares de euros									
	< 1M	1M -3M	3M - 6M	6M - 1A	1A - 2A	2A - 3A	3A - 5A	5A - 7A	> 7A	TOTAL
Actividade da Área Comercial	+ 116	+ 645	- 580	+ 1.707	+ 999	+ 1.078	+ 33	- 1.361	- 2.095	+ 542
Actividade da Área Estrutural	+ 1.008	+ 198	- 42	+ 269	- 57	- 29	+ 0	+ 0	+ 0	+ 1.347
Subtotal	+ 1.124	+ 843	- 622	+ 1.976	+ 942	+ 1.048	+ 33	- 1.361	- 2.095	+ 1.889
Cobertura de risco	- 968	- 303	- 451	- 186	- 164	- 1.080	- 1.747	+ 262	- 99	- 4.736
Total Comercial e Estrutural	+ 156	+ 540	- 1.073	+ 1.790	+ 778	- 31	- 1.713	- 1.099	- 2.194	- 2.847
Carteira de investimento	- 47	- 76	- 18	- 393	- 269	- 688	- 1.560	- 14	- 237	- 3.301
Financiamento e cobertura	+ 874	- 458	- 610	- 7.591	- 80	- 20	+ 0	+ 0	+ 0	- 7.884
Total da carteira bancária	+ 983	+ 6	- 1.701	- 6.193	+ 429	- 739	- 3.273	- 1.113	- 2.431	- 14.033

O Grupo realiza mensalmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista reduzir o mismatch de taxa juro das posições de risco associadas à carteira de operações pertencentes às áreas comercial e estrutural.

As posições de risco que não sejam objecto de cobertura específica com o mercado são transferidas, através de operações internas, para as áreas de mercados, passando, a partir desse momento, a fazer parte integrante das respectivas carteiras, sendo como tal avaliadas diariamente com base na metodologia de VaR.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez reflecte a possibilidade de se incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda de activos por valores inferiores ao valores de mercado (risco de liquidez de mercado) para suprir necessidades de fundos decorrentes das obrigações a que o Grupo se encontra sujeito.

A gestão da posição de liquidez do Grupo é efectuada de uma forma centralizada para as principais moedas de exposição. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez das empresas participadas são, maioritariamente, ultrapassados por via de operações concretizadas com o Banco.

A evolução da carteira de negócios nos últimos anos, em que se verificaram crescimentos significativos da carteira de crédito quando comparados com as alterações verificadas ao nível dos recursos de balanço, implicaram o recurso a fontes alternativas de financiamento.

Pela dimensão que hoje representam no Balanço destacam-se, por ordem de importância, as operações de securitização, as emissões de títulos ao abrigo do programa de Euro Medium Term Notes (EMTN) e as operações de financiamento de médio e longo prazo contratadas junto de instituições financeiras.

A gestão da liquidez é coordenada ao nível consolidado pelo Group Treasurer, cabendo-lhe ainda a coordenação ao nível de cada entidade, das diferentes unidades de gestão de liquidez. É também o Group Treasurer que coordena as entidades do Grupo no esforço contínuo de acesso ao mercado, via relacionamento com financiadores, diversificação de passivos e venda de activos e que assegura a conformidade das duas ferramentas principais de gestão da liquidez a nível estrutural, o Plano de Liquidez e o Plano de Contingência de Liquidez.

A política de financiamento das empresas participadas encontra-se definida ao nível de um regulamento interno que estabelece um conjunto de regras a respeitar em termos de *gaps* máximos de liquidez por intervalo de tempo, com o objectivo de garantir que a estrutura de financiamento das mesmas se encontra, em base individual, adequada às características da respectiva carteira de activos.

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é efectuada utilizando indicadores regulamentares definidos pelas Autoridades de Supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram, igualmente, definidos limites de exposição.

Risco Operacional

Por risco operacional entende-se as perdas potenciais resultantes de falhas ou inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas, ou ainda, de eventos externos.

O Millennium bcp tem adoptado, desde sempre, princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações, os limites de exposição, os códigos deontológicos e de conduta, os indicadores chave, os controlos ao nível informático, os planos de contingência, os acessos físicos e lógicos, as actividades de reconciliação, os relatórios de excepção e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

Prosseguiram no primeiro semestre de 2007, as iniciativas para a implementação de uma estrutura de gestão de risco operacional, englobando para além da definição do modelo de governo, responsabilidades e objectivos, a caracterização dos processos e instrumentos a utilizar na identificação, avaliação, controlo e mitigação dos riscos.

A par de outras iniciativas estratégicas, nomeadamente nas vertentes da qualidade e da eficiência operativa, também a abordagem à gestão do risco operacional está ancorada na estrutura de processos *end-to-end*.

Para esta opção foram decisivas a influência do ambiente de negócio e de controlo interno para a gestão deste risco.

Compete à Sub-Comissão de Risco Operacional acompanhar a gestão deste risco garantindo a implementação das políticas definidas. Qualquer alteração significativa à estrutura dos processos de negócio é previamente submetida à referida Sub-Comissão.

No final de 2006, foi implementado um processo de recolha de perdas operacionais visando a criação de uma base de dados com informação histórica que reforça o conhecimento deste risco e, a partir da análise da relação causa-efeito, lançar as acções de mitigação para reduzir as exposições críticas.

Já em 2007 começaram a ser realizados exercícios de auto-avaliação, através dos quais é avaliada a exposição de cada processo aos riscos potenciais, mediante duas dimensões, probabilidade de ocorrência e impacto, cuja composição permitirá posicioná-los na matriz de tolerância e determinar o nível de exposição. Nesses exercícios serão avaliados os riscos potenciais e o nível de exposição aos riscos residuais, considerando a eficácia dos controlos existentes, e determinadas, se necessário, acções de mitigação dos riscos incorridos.

À escala de todo o Grupo foi desenvolvido um projecto de avaliação e reforço do sistema de controlo interno, em conformidade com as recomendações do Banco de Portugal e com as práticas consagradas no Sarbanes-Oxley Act, bem como um projecto para a elaboração de um plano de continuidade de negócio em cada operação.

Basileia II

No seguimento da publicação do Novo Acordo de Capital, em Junho de 2004, o Grupo decidiu implementar um projecto de avaliação global do nível de adequação face às exigências estabelecidas, incidindo sobre a actividade em Portugal e internacional do Grupo, com os seguintes objectivos:

- I. Revisão das actividades já realizadas pelo Grupo tendo em vista a implementação do Acordo;
- II. Identificação dos desvios existentes face às abordagens pretendidas relativamente ao risco de crédito e ao risco operacional;
- III. Identificação das medidas a tomar para eliminar os desvios;
- IV. Desenvolvimento de uma estratégia de implementação para métodos, processos, estruturas organizativas, dados e arquitectura de tecnologias da informação;
- V. Definição e planeamento de um projecto para a implementação de Basileia II, tomando em consideração outros projectos em curso ou em vias de serem lançados em domínios convergentes.

Com base nas conclusões desta avaliação, tendo presente os custos, os riscos subjacentes e a materialidade das exposições, o Conselho de Administração Executivo decidiu propor ao Banco de Portugal a adopção das abordagens de Basileia II nos seguintes moldes:

- 1) No que respeita ao risco de crédito, o Millennium bcp, e as suas subsidiárias em Portugal, bem como o Bank Millennium na Polónia e o Millennium bank na Grécia, utilizariam o método avançado das notações internas (IRB Advanced) e as restantes entidades o método padrão;
- 2) Relativamente ao risco operacional, a utilização do método padrão em todas as entidades jurídicas do Grupo;
- 3) Relativamente aos riscos de mercado da carteira de negociação, a utilização do método baseado em modelos internos, alavancando no modelo de VaR, que vem sendo utilizado pelas principais entidades do Grupo.

Neste contexto e de acordo com o definido pelos Decretos- Lei n.º 103/2007 e n.º 104/2007, o Grupo deverá apresentar ao Banco de Portugal um processo de candidatura à utilização das metodologias acima referidas, o que deverá ocorrer no terceiro trimestre de 2007, por forma a permitir a sua adopção a partir do início de

2008, conforme o calendário inicial definido para os Bancos que pretendem utilizar o método avançado das notações internas.

O plano de *rollout* proposto pelo Grupo estabelece que a aplicação do IRB Advanced para o risco de crédito para as carteiras *corporate* na Polónia e de retalho e *corporate* na Grécia seja diferido para o início de 2009.

Com adopção destas abordagens, o Conselho de Administração Executivo pretende estabelecer um elevado nível de exigência para os sistemas de gestão e controlo de risco, de modo a que a generalidade dos conceitos utilizados continuem a fazer parte dos processos correntes do Grupo.

Durante o ano de 2007, o Grupo continuará a aplicar as regras prudenciais em vigor a 31 de Dezembro de 2006.

ACÇÕES PRÓPRIAS

De acordo com a deliberação aprovada em Assembleia Geral de Accionistas do Banco Comercial Português, o Banco pode adquirir acções próprias até ao limite correspondente a 10% do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 2006, o Banco Comercial Português, S.A. não detinha em carteira quaisquer acções próprias. No decurso da primeira metade do exercício de 2007, o Banco não realizou operações de compra ou venda de acções próprias. Em 30 de Junho de 2007, o Banco Comercial Português, S.A. não detinha em carteira quaisquer acções próprias. No âmbito das respectivas actividades comerciais correntes, que envolvem actuação regular nos mercados accionistas, outras entidades incluídas no perímetro de consolidação eram detentoras de um total de 2.439.844 acções do Banco Comercial Português, representando 0,1% do capital social, em 30 de Junho de 2007.

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Accionista	Posição em 30 Junho de 2007		
	Nº de Acções	% Capital Social	% Direitos de Voto
Grupo Eureka			
Eureka BV	124.235.405	3,440%	3,440%
Achmea Holding NV	88.857.339	2,461%	2,461%
Achmea Reinsurance	6.045.977	0,167%	0,167%
Eureka Portugal SGPS	36.312.037	1,006%	1,006%
Eureka Participations II APS	5.953.166	0,165%	0,165%
Império Assurances (France)	100.000	0,003%	0,003%
Total	261.503.924	7,241%	7,241%
Grupo BPI (1)			
BPI Pensões - Fundo de Pensões geridos pelo Banco BPI	93.286.487	2,583%	2,583%
Banco BPI	98.127.631	2,717%	2,717%
BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida	72.153.018	1,998%	1,998%
Banco Português de Investimento, S.A.	897.532	0,025%	0,025%
Total (excluindo Fundos de Investimento)	264.464.668	7,323%	7,323%
Grupo Teixeira Duarte			
Teixeira Duarte Soc. Gest. Part. Sociais, S.A.			
Tedal	128.739.138	3,565%	3,565%
C+PA	80.000.000	2,215%	2,215%
Outros (Membros dos Órgãos de Administração)	14.963.714	0,414%	0,414%
Total	223.702.852	6,194%	6,194%
Fortis Bank			
Fortis Bank (carteira de investimento)	143.958.145	3,986%	3,986%
Fortis Assurance Belgium	4.015.150	0,111%	0,111%
Millenniumbcp Fortis	1.816.962	0,050%	0,050%
Fortis Insurance NI	81.991	0,002%	0,002%
Fortis (carteira de negociação)	53.740	0,001%	0,001%
Total	149.925.988	4,152%	4,152%
Banco Sabadell (1)			
Bansabadell Holding SL	142.647.535	3,950%	3,950%
Total	142.647.535	3,950%	3,950%
Fundação José Berardo (2)	108.151.164	2,995%	2,995%
Metalgest			
Metalgest (2)	107.328.399	2,972%	2,972%
Moagens Associadas, S.A.	10.000	0,000%	0,000%
Contrancer, S.A.	10.000	0,000%	0,000%
Bacalhã, Vinhos de Portugal S.A.	8.120	0,000%	0,000%
Membros do Conselho de Administração da Metalgest	15.000	0,000%	0,000%
Total	107.371.519	2,973%	2,973%

Accionista	Posição em 30 Junho de 2007		
	Nº de Acções	% Capital Social	% Direitos de Voto
Grupo José de Mello			
José Mello Soc. Gest. Part. Sociais, S.A.	110.365.252	3,056%	3,056%
Outros (Membros dos Órgãos Sociais)	265.550	0,007%	0,007%
Total	110.630.802	3,063%	3,063%
Fundo de Pensões BCP	78.127.246	2,163%	2,163%
Grupo Caixa Geral de Depósitos			
Caixa Geral de Depósitos (participação estratégica)	64.635.125	1,790%	1,790%
Caixa Geral de Depósitos (carteira de negociação)	2.653.780	0,073%	0,073%
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	6.819.712	0,189%	0,189%
Companhia de Seguros Império-Bonança, S.A.	84.070	0,002%	0,002%
Cares	1.231	0,000%	0,000%
Fundo de Pensões CGD	2.177.117	0,060%	0,060%
Total	76.371.035	2,115%	2,115%
Grupo EDP (3)			
EDP -Imobiliária e Participações, S.A.	84.456.072	2,339%	2,339%
093X - Telecomunicações Celulares	21.667.980	0,600%	0,600%
Total	106.124.052	2,939%	2,939%
Privado Financeiras, S.A,			
Via Share swap agreement	72.390.187	2,005%	2,005%
Banco Privado Português, S.A.	17.909.778	0,496%	0,496%
Banco Privado Português, S.A. - Gestão de Carteiras dos Clientes	7.560	0,000%	0,000%
Total	90.307.525	2,501%	2,501%
Sogema			
Sogema SGPS, S.A.	72.250.000	2,001%	2,001%
Imo-Mague	37.864	0,001%	0,001%
Total	72.287.864	2,002%	2,002%
Sonangol	72.226.593	2,000%	2,000%
Total Participações Qualificadas	1.863.842.767	51,611%	51,611%

Fonte: Informação recebida dos accionistas e ficheiro da Central de Valores Mobiliários

(1) Com base em informação da Central de Valores Mobiliários

(2) As acções e direitos de votos detidos pela Fundação Berardo e pela Metalgest e empresas em relação de grupo ou domínio, são objecto de imputação recíproca perfazendo à data de 30 de Junho de 2007 o total de 215.522.683 acções correspondentes a 5,968% do capital social do Banco.

(3) Informa-se ainda que o Fundo de Pensões EDP/REN detinha à data de 30 de Junho de 2007, 50.457.488 acções correspondentes a 1,397% do capital social do Banco.

Banco Comercial Português

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES

**30 de Junho de
2007**

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 e 2006

	Notas	30 de Junho 2007	30 de Junho 2006
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	2.029.687	1.581.270
Juros e custos equiparados	3	<u>(1.260.885)</u>	<u>(874.824)</u>
Margem financeira		768.802	706.446
Rendimentos de instrumentos de capital	4	22.596	26.931
Resultados de serviços e comissões	5	294.371	350.701
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	129.785	94.312
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	7	<u>(5.612)</u>	<u>73.094</u>
Outros proveitos de exploração	8	<u>43.295</u>	<u>54.481</u>
		1.253.237	1.305.965
Outros resultados de actividades não bancárias		<u>9.790</u>	<u>3.612</u>
Total de proveitos operacionais		<u>1.263.027</u>	<u>1.309.577</u>
Custos com o pessoal	9	435.491	513.238
Outros gastos administrativos	10	282.898	289.607
Amortizações do exercício	11	<u>52.989</u>	<u>58.416</u>
Total de custos operacionais		<u>771.378</u>	<u>861.261</u>
		491.649	448.316
Imparidade do crédito	12	(97.751)	(71.349)
Imparidade de outros activos	28	(12.096)	(8.253)
Outras provisões	13	<u>(6.836)</u>	<u>(7.973)</u>
Resultado operacional		<u>374.966</u>	<u>360.741</u>
Resultados por equivalência patrimonial	14	29.729	31.235
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	15	<u>(916)</u>	<u>79.354</u>
Resultado antes de impostos		<u>403.779</u>	<u>471.330</u>
Impostos			
Correntes	16	(16.926)	(15.087)
Diferidos	16	<u>(52.505)</u>	<u>(35.475)</u>
Resultado após impostos		<u>334.348</u>	<u>420.768</u>
Resultado consolidado do período atribuível a:			
Accionistas do Banco		307.868	395.821
Interesses minoritários	41	<u>26.480</u>	<u>24.947</u>
Lucro do período		<u>334.348</u>	<u>420.768</u>
Resultado por acção (em euros)	17		
Básico		0,16	0,21
Diluído		0,16	0,21

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado

Notas	30 de Junho 2007	31 de Dezembro 2006	
(Milhares de Euros)			
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18	1.535.710	1.679.221
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	617.604	917.279
Aplicações em instituições de crédito	20	8.381.224	6.575.060
Créditos a clientes	21	60.340.964	56.660.052
Activos financeiros detidos para negociação	22	3.369.210	2.732.724
Activos financeiros disponíveis para venda	22	4.866.371	4.410.886
Activos com acordo de recompra		38.403	4.048
Derivados de cobertura	23	731.015	182.041
Investimentos em associadas	24	286.632	317.610
Outros activos tangíveis	25	740.517	741.297
Goodwill e activos intangíveis	26	529.883	532.391
Activos por impostos correntes		22.308	23.498
Activos por impostos diferidos	27	497.964	551.459
Outros activos	28	3.714.125	3.931.180
		<u>85.671.930</u>	<u>79.258.746</u>
Passivo			
Depósitos de bancos centrais		526.843	539.335
Depósitos de outras instituições de crédito	29	10.420.745	12.124.716
Depósitos de clientes	30	34.624.245	33.244.197
Títulos de dívida emitidos	31	27.873.940	22.687.354
Passivos financeiros detidos para negociação	32	938.976	873.485
Outros passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	33	904.072	-
Derivados de cobertura	23	780.244	121.561
Provisões	34	211.160	211.141
Passivos subordinados	35	2.822.935	2.932.922
Passivos por impostos correntes		375	42.416
Passivos por impostos diferidos	27	34	80
Outros passivos	36	1.330.713	1.413.599
Total do Passivo		<u>80.434.282</u>	<u>74.190.806</u>
Situação Líquida			
Capital	37	3.611.330	3.611.330
Títulos próprios	40	(24.722)	(22.150)
Prémio de emissão		881.707	881.707
Ações preferenciais	37	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	39	471.902	442.889
Reservas e resultados acumulados	39	(1.252.706)	(1.851.778)
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco		<u>307.868</u>	<u>779.894</u>
Total da Situação Líquida atribuível ao Grupo		4.995.379	4.841.892
Interesses minoritários	41	242.269	226.048
Total da Situação Líquida		<u>5.237.648</u>	<u>5.067.940</u>
		<u>85.671.930</u>	<u>79.258.746</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 e 2006

	30 de Junho 2007	30 de Junho 2006
	(Milhares de Euros)	
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	1.979.274	1.539.288
Comissões recebidas	488.813	400.011
Recebimentos por prestação de serviços	185.808	104.608
Pagamento de juros	(1.310.138)	(877.805)
Pagamento de comissões	(259.357)	(98.795)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	62.598	75.326
Prémios de seguros recebidos	8.048	12.749
Pagamento de indemnizações da actividade seguradora	(4.697)	(2.685)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(847.604)	(1.188.115)
	<u>302.745</u>	<u>(35.418)</u>
<i>Diminuição / (aumento) de activos operacionais:</i>		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(1.796.521)	1.033.709
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	47.968	(175.182)
Fundos adiantados a clientes	(3.479.853)	(1.310.283)
Títulos negociáveis a curto prazo	(539.808)	(38.059)
<i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i>		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	165.047	24.616
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	(1.837.767)	702.870
Débitos para com clientes – à vista	85.987	(1.051.499)
Débitos para com clientes – a prazo	1.240.405	238.749
	<u>(5.811.797)</u>	<u>(610.497)</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	14.256	(13.564)
	<u>(5.797.541)</u>	<u>(624.061)</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Cedência de investimentos em subsidiárias e associadas	-	110.071
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	(16.720)	-
Dividendos recebidos	45.704	44.086
Juros recebidos de activos financeiros disponíveis para venda	78.866	90.329
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	10.542.914	11.106.911
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(17.272.973)	(16.365.872)
Vencimentos de activos financeiros disponíveis para venda	6.222.846	4.780.891
Compra de imobilizações	(45.371)	(39.733)
Venda de imobilizações	14.411	63.153
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	(71.218)	261.664
	<u>(501.541)</u>	<u>51.500</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Emissão de dívida subordinada	-	8.405
Reembolso de dívida subordinada	(86.568)	(83.464)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	5.920.135	2.378.955
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(1.426.006)	(3.335.299)
Emissão de papel comercial	10.439.158	7.557.703
Reembolso de papel comercial	(8.744.232)	(6.142.249)
Aumento de capital	-	22.998
Prémio de emissão	-	5.424
Dividendos pagos	(173.344)	(132.768)
Dividendos pagos a interesses minoritários	(15.785)	(1.474)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo e interesses minoritários	(25.576)	142.855
	<u>5.887.782</u>	<u>421.086</u>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	16.082	(28.858)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes	(395.218)	(180.333)
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>1.523.405</u>	<u>1.345.722</u>
Caixa (nota 18)	510.583	468.524
Outros investimentos de curto prazo (nota 19)	617.604	696.865
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>1.128.187</u>	<u>1.165.389</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Mapa de Alterações na Situação Líquida Consolidada
para os seis meses findo em 30 de Junho de 2007 e 2006

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Acções preferenciais	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas justo valor	Reservas livres e resultados acumulados	'Goodwill'	Títulos próprios	Interesses minoritários
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	4.602.020	3.588.331	1.000.000	870.303	430.193	316.711	956.635	(2.883.580)	(31.099)	354.526
Constituição de reservas:										
Reserva legal	-	-	-	-	36.033	-	(36.033)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	15.074	-	(15.074)	-	-	-
Dividendos distribuídos em 2006	(132.768)	-	-	-	-	-	(132.768)	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	395.821	-	-	-	-	-	395.821	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários	24.947	-	-	-	-	-	-	-	-	24.947
Aumento de capital por emissão de 22.998.229 acções (nota 37)	28.979	22.999	-	11.404	-	-	(5.424)	-	-	-
Dividendos acções preferenciais	(27.715)	-	-	-	-	-	(27.715)	-	-	-
Títulos próprios	(12.097)	-	-	-	-	-	-	-	(12.097)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(28.858)	-	-	-	-	-	(28.858)	-	-	-
Reservas de justo valor	48.589	-	-	-	-	48.589	-	-	-	-
Interesses minoritários	(50.374)	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.374)
Outras reservas de consolidação	3.696	-	-	-	-	-	3.696	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2006	4.852.240	3.611.330	1.000.000	881.707	481.300	365.300	1.110.280	(2.883.580)	(43.196)	329.099
Dividendos distribuídos em 2006	(133.619)	-	-	-	-	-	(133.619)	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	384.073	-	-	-	-	-	384.073	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários	27.037	-	-	-	-	-	-	-	-	27.037
Dividendos acções preferenciais	(21.195)	-	-	-	-	-	(21.195)	-	-	-
Títulos próprios	21.046	-	-	-	-	-	-	-	21.046	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	17.268	-	-	-	-	-	17.268	-	-	-
Reservas de justo valor										
Activos financeiros disponíveis para venda	68.246	-	-	-	-	68.246	-	-	-	-
Outras reservas	-	-	-	-	-	9.343	(9.343)	-	-	-
Interesses minoritários	(130.088)	-	-	-	-	-	-	-	-	(130.088)
Outras reservas de consolidação	(17.068)	-	-	-	-	-	(17.068)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	5.067.940	3.611.330	1.000.000	881.707	481.300	442.889	1.330.396	(2.883.580)	(22.150)	226.048
Constituição de reservas:										
Reserva legal	-	-	-	-	60.902	-	(60.902)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	19.000	-	(19.000)	-	-	-
Dividendos distribuídos em 2007	(173.344)	-	-	-	-	-	(173.344)	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	307.868	-	-	-	-	-	307.868	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários	26.480	-	-	-	-	-	-	-	-	26.480
Dividendos acções preferenciais	(27.717)	-	-	-	-	-	(27.717)	-	-	-
Títulos próprios	(2.572)	-	-	-	-	-	-	-	(2.572)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	16.083	-	-	-	-	-	16.083	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 39)	29.013	-	-	-	-	29.013	-	-	-	-
Interesses minoritários	(10.259)	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.259)
Outras reservas de consolidação (nota 39)	4.156	-	-	-	-	-	4.156	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2007	5.237.648	3.611.330	1.000.000	881.707	561.202	471.902	1.377.540	(2.883.580)	(24.722)	242.269

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares

30 de Junho de 2007

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. (o 'Banco') é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto 'Grupo') e a participação do Grupo nas associadas, para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2007 e 2006.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo do Banco em 19 de Julho de 2007. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n° 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') conforme endossadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, para os seis meses findos em 30 de Junho de 2007, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data, incluindo os requisitos definidos pelas IAS 34. As demonstrações financeiras do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ('disposal groups') são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 1 ad).

b) Bases de consolidação

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - 'Goodwill'

O 'goodwill' resultante das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 foi registado por contrapartida de reservas.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O 'goodwill' resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o 'goodwill' positivo resultante de aquisições passou a ser reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O valor recuperável do 'goodwill' é avaliado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício.

Caso o 'goodwill' seja negativo este é registado directamente em resultados no exercício em que a concentração de actividades ocorre.

Entidades de finalidade especial ("SPE")

O Grupo consolida pelo método integral determinadas SPEs, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão, para obter a maioria dos benefícios das actividades do SPE, ou, ao estabelecer mecanismos de "auto-pilot", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE estando conseqüentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro, são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, devem ser relevadas por contrapartida de reservas consolidadas. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são anuladas de resultados do exercício no processo de consolidação, por contrapartida das diferenças cambiais registadas em relação aquelas participações financeiras nas reservas. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada por contrapartida de resultados do exercício.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado com as taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura e previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

Investimentos em empresas controladas conjuntamente

As entidades controladas conjuntamente, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, receitas e despesas, com itens de natureza similar linha a linha, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que cesse.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como alguns ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Grupo nessas entidades.

c) Crédito sobre clientes

A rubrica crédito sobre clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito sobre clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada como com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no 'rating' do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros esperados de um crédito com garantias reais, corresponde aos cash flows que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogêneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos sujeitos à análise individual de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como diminuição de perdas de imparidade no exercício em que ocorram.

d) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação

Os instrumentos financeiros de negociação são os instrumentos detidos pelo Grupo com o objectivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. As flutuações no justo valor dos referidos instrumentos são reconhecidas em resultados do exercício. Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros que não se enquadram na definição de derivados e que não são classificados como investimentos detidos até à maturidade ou instrumentos financeiros de negociação. Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida.

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros de negociação. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

(ii) Data de reconhecimento

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data da realização das operações.

(iii) Activos e passivos financeiros de negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) são classificados como de negociação. Os activos e passivos financeiros de negociação são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura" da demonstração de resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira de acordo com a taxa efectiva de cada operação.

(iv) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Para as obrigações, o custo é amortizado por contrapartida de resultados com base na taxa de juro efectiva. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou se encontram sujeitos a perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado aos activos, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de uma evidência objectiva de imparidade nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda quando se revertem são registadas por contrapartida de reservas.

e) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura e qualquer ganho ou perda associada ao derivado é reconhecida em resultados do exercício, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura é reconhecida por contrapartida de resultados, no momento em que ocorre.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstrações de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de incepção e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira.

(vi) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício e apresentados na carteira de derivados de negociação.

f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Transferências de e para o portfolio de activos e passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados são proibidas.

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos activos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

h) Fair value option

O Grupo adoptou o Fair value option para as emissões, crédito e depósitos efectuados no decurso de 2007 que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. Os activos e passivos financeiros para os quais é aplicado o Fair value option são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes da alteração do fair value do passivo e do derivado ("freestanding derivative") são reconhecidos na rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura". A periodificação dos juros do passivo e do derivado é reconhecida na margem financeira.

i) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos sejam pagos pelo Grupo numa base discricionária.

j) Instrumentos financeiros compostos

Instrumentos financeiros que contenham um passivo e uma componente de capital (obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para acções ordinárias (número de acções) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo corresponde ao valor actual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado aplicável a passivos similares que não possuam opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo. Os juros reconhecidos são calculados utilizando a taxa de juro efectiva.

k) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados.

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras (vendas) de investimentos com acordo de revenda (recompra) de investimentos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os investimentos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos. Os montantes pagos são reconhecidos em créditos sobre clientes ou instituições financeiras. Os valores a receber são apresentados como sendo colateralizados pelos títulos associados. Investimentos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com clientes ou instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros.

l) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como disponíveis para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

m) Locação financeira

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

n) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto), para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas de imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como de instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro das alterações no seu justo valor não é autonomizada, sendo classificada como resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juros das variações no seu justo valor é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

o) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Os proveitos resultantes de serviços e comissões quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados na margem financeira pelo método da taxa de juro efectiva.

p) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)

O Resultado de Operações Financeiras regista os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros classificados como de negociação (incluindo derivados e derivados embutidos) e os respectivos juros e dividendos associados a estas carteiras. Inclui igualmente os resultados das operações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

q) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

r) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

s) Activos intangíveis

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

O Grupo não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

t) Aplicações por recuperação de crédito

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros Activos sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo menor entre o seu justo valor e o valor contabilístico do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

u) *Caixa e equivalentes de caixa*

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

v) *Offsetting*

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

w) *Transacções em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

x) *Benefícios a empregados*

Plano de benefícios definidos

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo 'ACT – Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT)', pelo 'Plano ACTQ – Acordo Colectivo dos Quadros (ACTQ)' e pelo 'Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)'.

O Grupo agregou os diversos fundos de pensões num único fundo denominado de "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", nos termos do qual, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores de todo o Grupo de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar).

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

O Grupo optou na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, pela aplicação retrospectiva da IAS 19, tendo efectuado o recálculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respectivos ganhos e perdas actuariais, cujo diferimento é efectuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma. O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do 'unwinding' dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de rating AAA com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente, os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuarias não reconhecidas, que excedam 10 % do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do Fundo, são registadas por contrapartida de resultados pelo período de 20 anos correspondente à vida útil remanescente estimada dos trabalhadores no activo.

Os pagamentos aos fundos são efectuados anualmente por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

Planos de remuneração com acções

O programa de remuneração com opções sobre acções (“stock options”) permite aos colaboradores do Grupo adquirir acções do Banco. O preço de exercício das opções é igual ao preço de mercado das acções na data de concessão. O justo-valor das opções atribuídas, determinado na “grant date”, é reconhecido em resultados, por contrapartida de capitais próprios, durante o período do direito de subscrição (“vesting period”), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Durante o primeiro trimestre de 2006 terminou o plano de opções constituído em 2003.

Actualmente, não existem quaisquer planos de remunerações com acções em vigor.

Distribuição de resultados pelos empregados

Compete ao Conselho de Administração Executivo fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador.

Os resultados atribuídos aos colaboradores são registados por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

y) *Imposto sobre lucros*

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

z) *Relato por segmentos*

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

Portugal

- Banca de Retalho;
- Private Banking e Gestão de Activos;
- Empresas e Corporate Banking;
- Banca de Investimento.

Actividade no Estrangeiro

- Europa;
- Overseas.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

aa) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

ab) Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

ac) Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento, reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os activos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método "Pro-rata temporis", por cada recibo em vigor.

ad) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE's)

O Grupo patrocina a constituição de SPE's com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

O Grupo não consolida os SPE's em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (nota 1 b).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do Banco e das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda quer na rubrica de juros e proveitos equiparados, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Margem financeira	768.802	706.446
Resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda	124.173	167.406
	<u>892.975</u>	<u>873.852</u>

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	1.676.944	1.338.125
Juros de títulos de negociação e disponíveis para venda	145.811	90.322
Juros de depósitos e outras aplicações	206.932	152.823
	<u>2.029.687</u>	<u>1.581.270</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	657.059	506.473
Juros de títulos com acordo de recompra	18.014	21.247
Juros de títulos emitidos	585.812	347.104
	<u>1.260.885</u>	<u>874.824</u>
Margem financeira	<u>768.802</u>	<u>706.446</u>

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	22.333	26.268
Outros	263	663
	<u>22.596</u>	<u>26.931</u>

A rubrica Rendimentos de títulos disponíveis para venda corresponde a dividendos recebidos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	38.656	39.460
Por compromissos perante terceiros	210	216
Por serviços bancários prestados	255.074	252.278
Comissões da actividade seguradora	1.050	1.041
Outras comissões	160.242	122.955
	<u>455.232</u>	<u>415.950</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por garantias recebidas	326	345
Por serviços bancários prestados por terceiros	136.831	41.085
Comissões da actividade seguradora	318	485
Outras comissões	23.386	23.334
	<u>160.861</u>	<u>65.249</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u><u>294.371</u></u>	<u><u>350.701</u></u>

A rubrica Comissões pagas por serviços bancários prestados por terceiros inclui o montante de Euros 88.900.000 relativo a custos incorridos no âmbito da Oferta Pública de Aquisição ('OPA') do Banco BPI, S.A. Os referidos valores encontravam-se reconhecidos na rubrica Outros activos, conforme nota 28, tendo sido reconhecidos em resultados do exercício em função do insucesso da OPA, de acordo com o estabelecido na IFRS 3.

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Lucros em operações de negociação e de cobertura:</i>		
Operações cambiais	1.020.012	1.062.151
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	822.636	784.374
Derivados de cobertura	1.040.509	562.449
Outras operações	9.866	7.371
	<u>2.893.023</u>	<u>2.416.345</u>
<i>Prejuízos em operações de negociação e de cobertura:</i>		
Operações cambiais	939.883	980.170
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	677.647	686.010
Derivados de cobertura	1.120.692	633.171
Outras operações	25.016	22.682
	<u>2.763.238</u>	<u>2.322.033</u>
Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura	<u><u>129.785</u></u>	<u><u>94.312</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

7. Resultados em activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Lucros em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	5.417	81.878
Prejuízos em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	(11.029)	(8.784)
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	(5.612)	73.094

A rubrica Lucros em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda incluía, em 30 de Junho de 2006, os montantes de Euros 14.574.000 e Euros 12.467.000 relativos a mais valias geradas na alienação de acções detidas na EDP – Electricidade de Portugal e Banco Sabadell ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, respectivamente, conforme referido na nota 39.

A referida rubrica incluía ainda, em 30 de Junho de 2006 o montante de Euros 42.600.000 relativo à mais valia gerada na alienação dos títulos residuais associados à operação de securitização Magellan nº3.

8. Outros proveitos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Prestação de serviços	29.386	35.345
Venda de cheques e outros	17.043	18.817
Outros	27.682	40.206
	74.111	94.368
Impostos	17.041	20.552
Donativos e quotizações	3.515	1.460
Outros custos de exploração	10.260	17.875
	30.816	39.887
	43.295	54.481

9. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Remunerações	323.916	321.337
Encargos sociais obrigatórios	94.576	170.802
Encargos sociais facultativos	9.020	12.134
Outros custos	7.979	8.965
	435.491	513.238

Conforme referido na nota 46, a rubrica Remunerações inclui, em 30 de Junho de 2007, o montante de Euros 1.862.000 (30 de Junho de 2006: Euros 66.800.000) relativo às responsabilidades dos colaboradores reformados antecipadamente durante o período, e Euros 39.412.000 (30 de Junho de 2006: Euros 54.092.000) relativo ao custo com pensões de reforma do período.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Água, energia e combustíveis	9.111	9.787
Material de consumo corrente	4.875	5.488
Rendas e alugueres	59.458	62.043
Comunicações	23.619	24.602
Deslocações, estadias e representações	12.157	12.207
Publicidade	20.766	22.630
Conservação e reparação	18.173	22.073
Cartões e crédito imobiliário	6.806	7.591
Estudos e consultas	13.874	12.015
Informática	11.492	10.106
Outsourcing e trabalho independente	44.550	44.476
Outros serviços especializados	11.438	11.839
Formação do pessoal	1.513	1.598
Seguros	9.119	8.403
Contencioso	5.323	6.671
Transportes	6.081	5.617
Outros fornecimentos e serviços	24.543	22.461
	<u>282.898</u>	<u>289.607</u>

11. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos intangíveis:</i>		
Despesas de estabelecimento	1.117	1.125
'Software'	6.312	9.101
Outros activos intangíveis	781	801
	<u>8.210</u>	<u>11.027</u>
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	23.665	24.518
Equipamento		
Mobiliário	4.034	4.212
Máquinas	2.057	1.732
Equipamento informático	7.036	8.615
Instalações interiores	4.285	4.892
Viaturas	896	617
Equipamento de segurança	1.708	1.852
Outros activos tangíveis	1.098	951
	<u>44.779</u>	<u>47.389</u>
	<u>52.989</u>	<u>58.416</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

12. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>		
Crédito vencido e concedido		
Dotação do período	296	2.064
Reversão do período	-	(552)
	<u>296</u>	<u>1.512</u>
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Crédito vencido e concedido		
Dotação do período	286.583	223.513
Reversão do período	(126.530)	(78.350)
Recuperações de crédito e de juros	(62.598)	(75.326)
	<u>97.455</u>	<u>69.837</u>
	<u>97.751</u>	<u>71.349</u>

13. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência		
Dotação do período	237	190
Provisões para garantias e outros compromissos		
Dotação do período	9.248	1.770
Reversão do período	(7.620)	(2.656)
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do período	10.129	12.624
Reversão do período	(5.158)	(3.955)
	<u>6.836</u>	<u>7.973</u>

14. Resultados por equivalência patrimonial

Os principais contributos na rubrica de rendimento de imobilizações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Grupo Millenniumbcp Fortis	34.137	36.542
Amortização do VIF do Grupo Millenniumbcp Fortis	(9.044)	(9.044)
Outras empresas	4.636	3.737
	<u>29.729</u>	<u>31.235</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

15. Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos

O valor desta rubrica referente ao Grupo é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Alienação de negócios de subsidiárias	-	82.208
Outros activos	(916)	(2.854)
	<u>(916)</u>	<u>79.354</u>

A rubrica Alienação de negócios de subsidiárias registava em 30 de Junho de 2006 o montante de Euros 82.208.000 relativo à alienação da participação detida no Interbanco, S.A.

16. Impostos

O encargo com impostos sobre lucros, com referência a 2007 e 2006, é analisado como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Imposto corrente		
do período	47.141	11.371
correção de exercícios anteriores	(30.215)	3.716
	<u>16.926</u>	<u>15.087</u>
Imposto diferido		
Diferenças temporárias	26.953	(81.652)
Efeito de alterações de taxa	2.870	2.410
Prejuízos fiscais utilizados / (reconhecidos)	22.682	114.717
	<u>52.505</u>	<u>35.475</u>
	<u>69.431</u>	<u>50.562</u>

A diferença entre a taxa nominal de impostos sobre o rendimento a que as sociedades se encontram sujeitas e a taxa média acima referida resulta dos ajustamentos considerados para efeitos da determinação da matéria colectável, nos termos previstos na legislação aplicável.

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes antes referidos é analisada como segue:

	Jun 2007		Jun 2006	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Lucro antes de impostos		403.779		471.330
Taxa de imposto corrente	26,5%	(107.001)	27,5%	(129.616)
Efeito das taxas de imposto no estrangeiro	-2,0%	8.036	-1,4%	6.500
Despesas não dedutíveis	4,5%	(18.244)	4,5%	(21.427)
Receitas isentas de imposto ou não tributáveis	-12,2%	49.080	-19,8%	93.509
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	-0,6%	2.354	-0,5%	2.402
Efeito dos prejuízos fiscais utilizados	-0,9%	3.465	-0,1%	523
Efeitos de alteração de taxa nos impostos diferidos	0,7%	(2.870)	0,2%	(789)
Correcção de anos anteriores	-0,7%	2.808	0,2%	(854)
Tributação autónoma e imposto suportado no estrangeiro	0,4%	(1.414)	0,2%	(810)
Limite de utilização de benefícios fiscais	1,4%	(5.645)	0,0%	-
	<u>17,1%</u>	<u>(69.431)</u>	<u>10,8%</u>	<u>(50.562)</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

O montante de impostos diferidos em resultados em 30 de Junho de 2007 e 2006 é atribuível às seguintes rubricas:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	1.083	(2.947)
Outros activos tangíveis	(206)	4.460
Perdas por imparidade	(11.844)	(33.008)
Pensões de reforma	23.604	6.274
Derivados	38.504	(56.396)
Prejuízos fiscais reportáveis	22.697	116.974
Outros	(21.333)	118
Impostos diferidos	52.505	35.475

17. Resultado por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido	307.868	395.821
Dividendos de acções preferenciais	(24.454)	(24.591)
Resultado líquido ajustado	283.414	371.230
Nº médio de acções	3.610.064.456	3.599.352.982
Resultado por acção básico (euros)	0,16	0,21
Resultado líquido ajustado	283.414	371.230
Nº médio de acções		
Acções Ordinárias	3.610.064.456	3.599.352.982
Stock Options - programa 2003	-	5.112.681
Total	3.610.064.456	3.604.465.663
Resultado por acção diluído (euros)	0,16	0,21

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. O Grupo tem duas categorias de emissões de acções ordinárias diluidoras: (i) dívida convertível e (ii) opções de acções para colaboradores. A dívida convertível deverá ser convertida em acções ordinárias e o lucro ou o prejuízo é ajustado para eliminar o juro líquido de impostos. Para as opções de acções, as acções deverão ser adquiridas ao preço de mercado (determinado pela cotação média anual das acções do Grupo) baseado no valor monetário dos direitos de subscrição associados às opções de acções vivas / existentes. O valor residual das acções será adicionado ao valor das acções ordinárias, não existindo nenhum ajustamento em resultados.

O valor das acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company Ltd e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística nota 1 i), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinaranciar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinada a refinaranciar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

18. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Caixa	510.583	606.126
Bancos centrais	1.025.127	1.073.095
	<u>1.535.710</u>	<u>1.679.221</u>

A rubrica de Bancos centrais inclui o saldo junto do Banco de Portugal que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

19. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Em instituições de crédito no país	1.537	8.710
Em instituições de crédito no estrangeiro	205.408	164.492
Valores a cobrar	410.659	744.077
	<u>617.604</u>	<u>917.279</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

20. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Aplicações em outras instituições de crédito no país	919.731	620.445
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	7.462.122	5.954.707
	8.381.853	6.575.152
Crédito vencido - menos de 90 dias	-	121
Crédito vencido - mais de 90 dias	185	74
	8.382.038	6.575.347
Imparidade para riscos de crédito	(814)	(287)
	<u>8.381.224</u>	<u>6.575.060</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

Os movimentos da Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito no Grupo, são analisados como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	287	14.147
Transferências	236	(7.397)
Dotação do período	296	2.064
Reversão do período	-	(552)
Diferenças cambiais	(5)	(7)
	<u>814</u>	<u>(7)</u>
Saldo em 30 de Junho	<u><u>814</u></u>	<u><u>8.255</u></u>

21. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Crédito ao sector público	688.363	767.982
Crédito com garantias reais	33.956.152	32.295.178
Crédito com outras garantias	12.159.261	11.535.312
Crédito sem garantias	4.824.637	3.839.085
Crédito sobre o estrangeiro	3.442.556	3.222.763
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.158.969	1.340.170
Capital em locação	4.741.621	4.413.384
	<u>60.971.559</u>	<u>57.413.874</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	81.196	62.149
Crédito vencido - mais de 90 dias	483.444	436.265
	<u>61.536.199</u>	<u>57.912.288</u>
Imparidade para riscos de crédito	<u>(1.195.235)</u>	<u>(1.252.236)</u>
	<u><u>60.340.964</u></u>	<u><u>56.660.052</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Curto prazo</i>		
Crédito descontado titulado por efeitos	1.012.038	1.398.819
Crédito em conta corrente	4.616.437	4.763.343
Descobertos em depósitos à ordem	2.234.866	2.264.212
Empréstimos	4.864.628	8.512.369
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.158.969	1.340.170
	<u>13.886.938</u>	<u>18.278.913</u>
<i>Médio e longo prazo</i>		
Crédito descontado titulado por efeitos	422.459	175.067
Empréstimos	17.123.100	11.391.071
Crédito imobiliário	24.797.441	23.155.439
Capital em locação	4.741.621	4.413.384
	<u>47.084.621</u>	<u>39.134.961</u>
	60.971.559	57.413.874
Crédito vencido - menos de 90 dias	81.196	62.149
Crédito vencido - mais de 90 dias	483.444	436.265
	61.536.199	57.912.288
Imparidade para riscos de crédito	(1.195.235)	(1.252.236)
	<u>60.340.964</u>	<u>56.660.052</u>

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	548.324	446.411
Indústrias extractivas	168.071	158.331
Alimentação, bebidas e tabaco	612.381	593.105
Têxteis	684.334	700.896
Madeira e cortiça	315.288	306.629
Papel, artes gráficas e editoras	327.744	284.544
Químicas	1.105.776	1.040.093
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.137.387	1.076.317
Electricidade, água e gás	564.256	560.690
Construção	5.747.694	5.878.559
Comércio a retalho	2.025.077	2.028.646
Comércio por grosso	2.790.862	2.690.710
Restaurantes e hotéis	1.053.490	997.247
Transportes e comunicações	1.595.812	1.502.572
Serviços	10.875.646	10.300.999
Crédito ao consumo	4.382.667	4.166.350
Crédito hipotecário	22.862.825	20.748.158
Outras actividades nacionais	903.072	930.797
Outras actividades internacionais	3.835.493	3.501.234
	61.536.199	57.912.288
Imparidade para riscos de crédito	(1.195.235)	(1.252.236)
	<u>60.340.964</u>	<u>56.660.052</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

A rubrica Crédito a clientes do Grupo inclui o efeito das seguintes operações:

- securitizações tradicionais detidas por SPE's sujeitos a consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b).
- securitizações sintéticas.

As operações de securitização celebradas pelo Grupo BCP respeitam na sua maior parte a créditos hipotecários, empréstimos a empresas e títulos. Para este efeito, as securitizações tradicionais e sintéticas celebradas são concretizadas através de entidades de finalidades especial (SPEs). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, estas SPEs são incluídas na consolidação pelo método integral.

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	Jun 2007		
	Tradicionais	Sintéticas	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito ao consumo	147.436	-	147.436
Empréstimos a empresas	-	3.215.372	3.215.372
	<u>147.436</u>	<u>3.215.372</u>	<u>3.362.808</u>
	Dez 2006		
	Tradicionais	Sintéticas	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito ao consumo	223.149	-	223.149
Empréstimos a empresas	-	3.049.140	3.049.140
	<u>223.149</u>	<u>3.049.140</u>	<u>3.272.289</u>

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Valor bruto	6.131.514	5.510.286
Juros ainda não devidos	(1.389.893)	(1.096.902)
Valor líquido	<u>4.741.621</u>	<u>4.413.384</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	12.754	8.925
Indústrias extractivas	2.455	2.760
Alimentação, bebidas e tabaco	6.528	5.895
Têxteis	19.821	14.682
Madeira e cortiça	780	951
Papel, artes gráficas e editoras	1.636	1.830
Químicas	1.087	1.924
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	26.076	8.286
Electricidade, água e gás	36	43
Construção	15.736	15.716
Comércio a retalho	7.699	12.238
Comércio por grosso	15.507	18.007
Restaurantes e hotéis	7.359	8.534
Transportes e comunicações	2.515	5.630
Serviços	26.141	27.339
Crédito ao consumo	26.084	28.165
Crédito hipotecário	12.062	13.204
Outras actividades nacionais	2.526	2.802
Outras actividades internacionais	3.386	2.501
	190.188	179.432

A análise do crédito vencido por sectores de actividade para o Grupo, é a seguinte:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	6.787	4.648
Indústrias extractivas	2.228	4.043
Alimentação, bebidas e tabaco	13.520	9.638
Têxteis	20.928	24.462
Madeira e cortiça	4.447	4.462
Papel, artes gráficas e editoras	2.472	2.470
Químicas	5.084	7.327
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	18.632	19.731
Electricidade, água e gás	53	722
Construção	158.504	144.262
Comércio a retalho	20.888	19.386
Comércio por grosso	46.296	35.775
Restaurantes e hotéis	9.662	6.319
Transportes e comunicações	21.636	13.533
Serviços	40.955	43.836
Crédito ao consumo	107.161	77.865
Crédito hipotecário	74.528	68.104
Outras actividades nacionais	3.783	3.643
Outras actividades internacionais	7.076	8.188
	564.640	498.414

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

A análise do crédito vencido por tipo de crédito para o Grupo, é a seguinte:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Crédito ao sector público	1.507	977
Crédito com garantias reais	289.288	276.988
Crédito com outras garantias	90.160	80.016
Crédito sem garantias	143.980	106.669
Crédito sobre o estrangeiro	8.951	1.651
Crédito tomado em operações de 'factoring'	5.311	2.965
Capital em locação	25.443	29.148
	<u>564.640</u>	<u>498.414</u>

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	1.228.923	1.321.284
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	-	(1.833)
Outras transferências	(23.564)	(6.294)
Dotação do período	286.583	223.513
Reversão do período	(126.530)	(78.350)
Utilização de imparidade	(196.376)	(124.695)
Diferenças cambiais	(146)	(11.204)
Saldo em 30 de Junho	<u>1.168.890</u>	<u>1.322.421</u>
<i>Imparidade para crédito reestruturado:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	23.313	23.148
Transferências	3.032	3.270
Saldo em 30 de Junho	<u>26.345</u>	<u>26.418</u>
	<u>1.195.235</u>	<u>1.348.839</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

A análise da imparidade por sectores de actividade para o Grupo, é a seguinte:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	14.798	11.408
Indústrias extractivas	16.471	23.397
Alimentação, bebidas e tabaco	28.007	26.092
Têxteis	70.912	85.525
Madeira e cortiça	9.164	10.479
Papel, artes gráficas e editoras	6.937	9.338
Químicas	7.139	9.992
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	63.950	74.027
Electricidade, água e gás	1.491	1.435
Construção	160.391	176.870
Comércio a retalho	41.949	43.541
Comércio por grosso	115.724	131.763
Restaurantes e hotéis	17.150	23.139
Transportes e comunicações	29.590	27.548
Serviços	185.661	202.159
Crédito ao consumo	150.093	124.073
Crédito hipotecário	182.205	199.898
Outras actividades nacionais	7.762	8.664
Outras actividades internacionais	85.841	62.888
	1.195.235	1.252.236

A imparidade por tipo de crédito é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Crédito ao sector público	2.024	2.124
Crédito com garantias reais	568.721	624.698
Crédito com outras garantias	143.325	176.804
Crédito sem garantias	411.242	412.472
Crédito sobre o estrangeiro	39.045	8.030
Crédito tomado em operações de 'factoring'	5.517	4.016
Capital em locação	25.361	24.092
	1.195.235	1.252.236

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

A anulação de crédito por utilização de imparidade, analisada por sector de actividade, é a seguinte:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	3.135	5.790
Indústrias extractivas	780	3.775
Alimentação, bebidas e tabaco	841	1.529
Têxteis	6.749	10.031
Madeira e cortiça	2.246	1.046
Papel, artes gráficas e editoras	770	697
Químicas	421	896
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	7.375	5.614
Electricidade, água e gás	579	8
Construção	21.708	12.586
Comércio a retalho	8.215	7.285
Comércio por grosso	11.193	20.967
Restaurantes e hotéis	1.103	4.538
Transportes e comunicações	3.476	2.525
Serviços	59.867	9.289
Crédito ao consumo	30.126	26.047
Crédito hipotecário	3.070	10.719
Outras actividades nacionais	1.323	1.353
Outras actividades internacionais	33.399	-
	196.376	124.695

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização de imparidade, quando esta, de acordo com a política contabilística referida na nota 1c), corresponda a 100% do valor do crédito. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos do exercício em que ocorram, conforme nota 12.

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Crédito ao sector público	19	-
Crédito com garantias reais	34.089	49.262
Crédito com outras garantias	87.722	22.785
Crédito sem garantias	70.716	52.283
Crédito sobre o estrangeiro	3.213	311
Crédito tomado em operações de 'factoring'	90	-
Capital em locação	527	54
	196.376	124.695

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

A recuperação de créditos e de juros anulados, efectuada no decorrer de 2007 e 2006, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	3.009	1.706
Indústrias extractivas	1.112	1.691
Alimentação, bebidas e tabaco	725	1.347
Têxteis	2.128	4.390
Madeira e cortiça	334	990
Papel, artes gráficas e editoras	541	490
Químicas	455	241
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	4.045	5.842
Electricidade, água e gás	1	7
Construção	7.472	8.283
Comércio a retalho	4.466	4.530
Comércio por grosso	6.234	12.425
Restaurantes e hotéis	1.130	3.456
Transportes e comunicações	1.385	1.909
Serviços	9.374	6.590
Crédito ao consumo	12.134	14.928
Crédito hipotecário	1.497	4.258
Outras actividades nacionais	2.093	1.111
Outras actividades internacionais	4.463	1.132
	62.598	75.326

A análise da recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer de 2007 e 2006, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Crédito ao sector público	-	8
Crédito com garantias reais	21.313	23.047
Crédito com outras garantias	11.889	7.464
Crédito sem garantias	24.730	43.653
Crédito sobre o estrangeiro	4.328	837
Crédito tomado em operações de 'factoring'	338	308
Capital em locação	-	9
	62.598	75.326

22. Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2.580.811	2.789.843
De outros emissores	2.615.132	2.215.605
	5.195.943	5.005.448
Títulos vencidos	5.427	5.427
Imparidade para títulos vencidos	(5.427)	(5.427)
	5.195.943	5.005.448
Acções e outros títulos de rendimento variável	2.216.839	1.392.907
	7.412.782	6.398.355
Derivados de negociação	822.799	745.255
	8.235.581	7.143.610

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

A rubrica Derivados de negociação inclui a valorização dos derivativos embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1 e), no montante de Euros 10.480.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 27.798.000).

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 30 de Junho de 2007, é a seguinte:

	Títulos		Total
	Negociação	Disponíveis	
	Euros '000	para venda	Euros '000
		Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	344.267	1.765	346.032
Estrangeiros	1.140.151	528.154	1.668.305
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	167.626	363.297	530.923
Estrangeiros	300.888	111.676	412.564
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	445.404	121.070	566.474
Papel comercial	-	1.676.344	1.676.344
Outros títulos	728	-	728
	2.399.064	2.802.306	5.201.370
Cotados	2.030.385	694.916	2.725.301
Não cotados	368.679	2.107.390	2.476.069
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	34.425	1.538.715	1.573.140
Estrangeiras	29.280	207.046	236.326
Unidades de participação	83.642	323.705	407.347
Outros títulos	-	26	26
	147.347	2.069.492	2.216.839
Cotados	67.743	1.186.415	1.254.158
Não cotados	79.604	883.077	962.681
Imparidade para títulos vencidos	-	(5.427)	(5.427)
	2.546.411	4.866.371	7.412.782
Derivados de negociação	822.799	-	822.799
	3.369.210	4.866.371	8.235.581

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística 1 d) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 39. Este montante no valor de Euros 497.383.000 é apresentado líquido de perdas por imparidade no montante de Euros 135.949.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Títulos		Total
	Negociação	Disponíveis	
	Euros '000	para venda	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	348.840	116.148	464.988
Estrangeiros	1.068.183	750.635	1.818.818
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	41.231	336.238	377.469
Estrangeiros	193.651	137.023	330.674
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	135.773	370.264	506.037
Papel comercial	-	1.512.132	1.512.132
Outros títulos	-	757	757
	1.787.678	3.223.197	5.010.875
Cotados	1.708.449	1.148.487	2.856.936
Não cotados	79.229	2.074.710	2.153.939
Títulos de rendimento variável:			
Açções de empresas			
Nacionais	99.470	666.159	765.629
Estrangeiras	16.767	207.572	224.339
Unidades de participação	83.554	319.385	402.939
	199.791	1.193.116	1.392.907
Cotados	126.168	681.720	807.888
Não cotados	73.623	511.396	585.019
Imparidade para títulos vencidos	-	(5.427)	(5.427)
	1.987.469	4.410.886	6.398.355
Derivados de negociação	745.255	-	745.255
	2.732.724	4.410.886	7.143.610

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística 1 d) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 39. Este montante no valor de Euros 463.713.000 é apresentado líquido de perdas por imparidade no montante de Euros 141.557.000.

No decurso do exercício de 2006 foram alienadas, ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, acções detidas na EDP – Electricidade de Portugal e Banco Sabadell, conforme referido na nota 39. No decurso de 2006 foram igualmente alienados os títulos residuais associados às operações de securitização Magellan nº3 e nº4.

A análise da carteira de activos financeiros disponíveis para venda relativa a títulos securitizados, detidos por SPE's, é a seguinte:

	Dez 2006
	Euros '000
Títulos de rendimento fixo:	
Obrigações de outros emissores	
Nacionais	191.948
Estrangeiros	22.635
	214.583
Cotados	210.016
Não cotados	4.567
	214.583

No decurso do exercício de 2007, foi liquidada a Operação de Securitização Tagus nº2.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector da actividade à data de 30 de Junho de 2007, é a seguinte:

	Obrigações	Acções	Outros Activos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
			Euros '000	Euros '000	Euros '000
Indústrias extractivas	832	74	-	-	906
Alimentação, bebidas e tabaco	-	548	56.122	-	56.670
Têxteis	-	81	34.996	1.037	36.114
Madeira e cortiça	37.797	523	5.040	126	43.486
Papel, artes gráficas e editoras	34.002	3.866	27.236	-	65.104
Químicas	-	232	9.888	-	10.120
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	9.924	17.027	187	27.138
Electricidade, água e gás	12.484	307.462	310.095	-	630.041
Construção	20.138	3.387	49.936	645	74.106
Comércio por grosso	402	615	111.107	63	112.187
Restaurantes e hotéis	-	51	18.884	-	18.935
Transportes e comunicações	210.765	8.672	-	17	219.454
Serviços	620.070	1.278.673	1.444.064	3.352	3.346.159
Outras actividades internacionais	1.570	195.358	50	-	196.978
	938.060	1.809.466	2.084.445	5.427	4.837.398
Títulos Públicos	2.014.337	-	566.474	-	2.580.811
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.427)	(5.427)
	2.952.397	1.809.466	2.650.919	-	7.412.782

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector da actividade à data de 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Obrigações	Acções	Outros Activos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
			Euros '000	Euros '000	Euros '000
Indústrias extractivas	-	74	-	-	74
Alimentação, bebidas e tabaco	-	1	28.767	-	28.768
Têxteis	-	88	29.978	1.037	31.103
Madeira e cortiça	-	-	2.009	126	2.135
Papel, artes gráficas e editoras	37	4.808	28.063	-	32.908
Químicas	-	22	19.302	-	19.324
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	31	8.389	6.376	187	14.983
Electricidade, água e gás	18.615	284.344	340.176	-	643.135
Construção	40.007	2.498	49.985	645	93.135
Comércio por grosso	-	497	55.501	63	56.061
Restaurantes e hotéis	-	51	18.945	-	18.996
Transportes e comunicações	138.609	9.119	4.507	17	152.252
Serviços	503.810	477.340	1.332.170	3.352	2.316.672
Outras actividades internacionais	1.607	202.737	49	-	204.393
	702.716	989.968	1.915.828	5.427	3.613.939
Títulos Públicos	2.283.806	-	506.037	-	2.789.843
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.427)	(5.427)
	2.986.522	989.968	2.421.865	-	6.398.355

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

A análise da carteira de derivados de negociação por maturidades em 30 de Junho de 2007, é a seguinte:

	Jun 2007				Fair values	
	Nacionais com prazo remanescente			Total	Activo	Passivo
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano			
Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	10.081.190	17.555.700	24.379.153	52.016.043	588.880	445.485
Opções de taxa de juro (compra)	170.047	512.185	1.159.410	1.841.642	2.202	-
Opções de taxa de juro (venda)	168.512	707.577	1.545.454	2.421.543	-	4.724
	<u>10.419.749</u>	<u>18.775.462</u>	<u>27.084.017</u>	<u>56.279.228</u>	<u>591.082</u>	<u>450.209</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	1.886.343	739.399	238.379	2.864.121	-	-
Opções de taxa de juro (compra)	2.797.113	2.259.342	-	5.056.455	-	-
Opções de taxa de juro (venda)	4.108.650	3.629.576	-	7.738.226	-	-
	<u>8.792.106</u>	<u>6.628.317</u>	<u>238.379</u>	<u>15.658.802</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	419.009	4.667	-	423.676	4.360	4.368
Swaps de moeda	6.755.911	6.172.311	152.412	13.080.634	73.124	180.489
Opções cambiais (compra)	16.568	5.941	3.997	26.506	373	-
Opções cambiais (venda)	13.931	6.711	4.113	24.755	-	376
	<u>7.205.419</u>	<u>6.189.630</u>	<u>160.522</u>	<u>13.555.571</u>	<u>77.857</u>	<u>185.233</u>
Derivados de acções:						
Mercado de balcão:						
Swaps de acções/índices	66.302	220.993	819.090	1.106.385	28.672	24.028
Opções acções/índices (compra)	-	1.042.918	1.280.508	2.323.426	34.287	-
Opções acções/índices (venda)	-	1.042.918	1.280.508	2.323.426	-	31.428
Futuros de acções/índices	-	-	50.000	50.000	-	-
	<u>66.302</u>	<u>2.306.829</u>	<u>3.430.106</u>	<u>5.803.237</u>	<u>62.959</u>	<u>55.456</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros sobre acções	3.675	47.430	-	51.105	-	-
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
'Credit Default Swaps' (CDS)	10.000	18.000	7.554.631	7.582.631	1.505	3.359
Outros	102.628	342.575	1.522.894	1.968.097	78.917	87.080
	<u>112.628</u>	<u>360.575</u>	<u>9.077.525</u>	<u>9.550.728</u>	<u>80.422</u>	<u>90.439</u>
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	17.804.098	27.632.496	39.752.170	85.188.764	812.320	781.337
Bolsa	8.795.781	6.675.747	238.379	15.709.907	-	-
Derivados embutidos					10.479	56.328
	<u>26.599.879</u>	<u>34.308.243</u>	<u>39.990.549</u>	<u>100.898.671</u>	<u>822.799</u>	<u>837.665</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

A análise da carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Dez 2006					
	Nacionais com prazo remanescente				Fair values	
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Activo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	10.205.277	12.255.119	17.662.182	40.122.578	433.603	324.075
Opções de taxa de juro (compra)	85.180	219.950	1.019.755	1.324.885	7.001	-
Opções de taxa de juro (venda)	159.640	262.250	1.018.768	1.440.658	-	7.268
	<u>10.450.097</u>	<u>12.737.319</u>	<u>19.700.705</u>	<u>42.888.121</u>	<u>440.604</u>	<u>331.343</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	282.487	270.311	186.150	738.948	-	-
Opções de taxa de juro (compra)	513.932	513.895	-	1.027.827	-	-
Opções de taxa de juro (venda)	749.801	613.895	-	1.363.696	-	-
	<u>1.546.220</u>	<u>1.398.101</u>	<u>186.150</u>	<u>3.130.471</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	688.564	4.861	3.782	697.207	26.201	3.016
Swaps de moeda	6.275.808	3.609.972	-	9.885.780	134.056	269.206
Opções cambiais (compra)	24.101	7.170	7.310	38.581	691	-
Opções cambiais (venda)	23.119	7.170	7.777	38.066	-	681
	<u>7.011.592</u>	<u>3.629.173</u>	<u>18.869</u>	<u>10.659.634</u>	<u>160.948</u>	<u>272.903</u>
Derivados de acções:						
Mercado de balcão:						
Swaps de acções/índices	45.497	110.624	710.409	866.530	17.294	15.275
Opções acções/índices (compra)	1.579.918	40.000	1.640.218	3.260.136	71.600	-
Opções acções/índices (venda)	1.579.918	-	1.640.218	3.220.136	-	68.625
Outros contratos de acções/índices	-	-	50.000	50.000	-	-
	<u>3.205.333</u>	<u>150.624</u>	<u>4.040.845</u>	<u>7.396.802</u>	<u>88.894</u>	<u>83.900</u>
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros sobre acções	52.024	-	-	52.024	-	-
Opções acções/índices (compra)	76.776	-	-	76.776	-	-
Opções acções/índices (venda)	-	78.139	-	78.139	-	-
	<u>128.800</u>	<u>78.139</u>	<u>-</u>	<u>206.939</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
'Credit Default Swaps' (CDS)	31.497	48.099	8.084.473	8.164.069	915	19.258
Outros	71.355	201.419	1.379.263	1.652.037	26.096	50.191
	<u>102.852</u>	<u>249.518</u>	<u>9.463.736</u>	<u>9.816.106</u>	<u>27.011</u>	<u>69.449</u>
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	20.769.874	16.766.634	33.224.155	70.760.663	717.457	757.595
Bolsa	1.675.020	1.476.240	186.150	3.337.410	-	-
					<u>27.798</u>	<u>54.890</u>
Derivados embutidos	<u>22.444.894</u>	<u>18.242.874</u>	<u>33.410.305</u>	<u>74.098.073</u>	<u>745.255</u>	<u>812.485</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

23. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Activo:		
Swaps	688.847	153.843
Outros	42.168	28.198
	<u>731.015</u>	<u>182.041</u>
Passivo:		
Swaps	777.956	117.775
Outros	2.288	3.786
	<u>780.244</u>	<u>121.561</u>

O Grupo contrata instrumentos financeiros para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro e cambial. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de cash-flows ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A partir de 1 de Janeiro de 2005, o Grupo, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da norma IAS 39, passou a adoptar a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de justo valor e apresenta na sua carteira de derivados, principalmente swaps de taxa de juro, que estão a cobrir variações de justo valor do risco de taxa de juro de Títulos emitidos.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. Para o período em análise foi registado por contrapartida de resultados o montante de Euros 7.604.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 15.485.000), correspondendo à parcela inefectiva das referidas coberturas de justo valor. O Grupo também designou um conjunto de créditos concedidos a taxa fixa com prazo superior a um ano, para os quais adoptou uma política de cobertura de carteiras, no que respeita às variações decorrentes da evolução da taxa de juro. As referidas relações de cobertura registaram inefectividade no período em análise no montante negativo de Euros 2.368.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 656.000).

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Crédito	(23.445)	(16.838)
Depósitos / Empréstimos	(1.508)	(7.432)
Títulos emitidos	118.770	60.658
Activos financeiros disponíveis para venda	<u>(191)</u>	<u>(185)</u>
	<u>93.626</u>	<u>36.203</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 de Junho de 2007, é a seguinte:

	Jun 2007					
	Nacionais com prazo remanescente				Fair values	
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Activo	Passivo
Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Derivados de cobertura de fair values com risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	772.389	3.650.829	7.999.614	12.422.832	679.709	768.852
Opções de taxa de juro (compra)	2.712	-	-	2.712	9.138	9.104
Outros	-	9.000	3.445	12.445	-	-
	775.101	3.659.829	8.003.059	12.437.989	688.847	777.956
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	1.288.734	224.968	127.001	1.640.703	-	-
Opções de taxa de juro (compra)	30.922	-	-	30.922	-	-
Opções de taxa de juro (venda)	17.144	-	-	17.144	-	-
	1.336.800	224.968	127.001	1.688.769	-	-
Derivados de cobertura de cash flows com risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	-	-	2.263.910	2.263.910	42.168	2.288
	-	-	2.263.910	2.263.910	42.168	2.288
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	775.101	3.659.829	10.266.969	14.701.899	731.015	780.244
Bolsa	1.336.800	224.968	127.001	1.688.769	-	-
	2.111.901	3.884.797	10.393.970	16.390.668	731.015	780.244

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Dez 2006					
	Nacionais com prazo remanescente				Fair values	
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Activo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Derivados de cobertura de fair values com risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	155.008	1.553.462	7.699.327	9.407.797	153.843	117.775
Opções de taxa de juro (compra)	-	-	674	674	-	-
	155.008	1.553.462	7.700.001	9.408.471	153.843	117.775
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	64.541	320.003	286.882	671.426	28.198	3.786
Opções de taxa de juro (compra)	17.144	-	-	17.144	-	-
Opções de taxa de juro (venda)	17.144	-	-	17.144	-	-
	98.829	320.003	286.882	705.714	28.198	3.786
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	155.008	1.553.462	7.700.001	9.408.471	153.843	117.775
Bolsa	98.829	320.003	286.882	705.714	28.198	3.786
	<u>253.837</u>	<u>1.873.465</u>	<u>7.986.883</u>	<u>10.114.185</u>	<u>182.041</u>	<u>121.561</u>

24. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Instituições de crédito residentes	13.403	11.124
Instituições de crédito não residentes	19.092	17.787
Outras empresas residentes	254.012	288.573
Outras empresas não residentes	125	126
	<u>286.632</u>	<u>317.610</u>

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Banque BCP, S.A.S.	15.459	14.142
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	3.633	3.645
Millenniumbcp Fortis Seguros S.G.P.S., S.A.	234.336	268.677
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	13.812	13.657
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	13.403	11.124
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	5.864	6.239
Outras	125	126
	<u>286.632</u>	<u>317.610</u>
Equivalência patrimonial	286.632	317.610

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

Os principais indicadores das associadas são analisados como segue:

	Activos	Passivos	Proveitos	Lucro do
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	exercício/ período
				Euros '000
Jun 2007				
Millenniumbcp Fortis Seguros S.G.P.S., S.A.	10.592.719	9.581.861	573.199	52.096
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. (*)	131.334	69.300	68.266	4.479
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A. (*)	342.642	298.429	107.330	6.462
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	215.969	204.241	32.389	(750)
Dez 2006				
Millenniumbcp Fortis Seguros S.G.P.S., S.A.	10.510.565	9.429.623	1.244.839	70.434
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	130.422	66.529	124.595	8.959
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	296.085	178.735	238.465	12.923
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	221.290	208.812	67.961	(580)

(*) - valores estimados.

O valor de investimento na Millenniumbcp Fortis corresponde à participação de 49% na sociedade pelo método da equivalência patrimonial. A relação das empresas do Grupo é apresentada na nota 49.

O Grupo limita a sua exposição em investimentos no estrangeiro, através do financiamento do seu investimento líquido em operações no estrangeiro principalmente com empréstimos nas mesmas moedas em que efectua esses investimentos, de modo a mitigar o risco de taxas de câmbio. A informação dos investimentos líquidos, detidos pelo Grupo, em instituições estrangeiras e dos financiamentos utilizados na cobertura dos mesmos, é apresentado como se segue:

Participada	Moeda	Investimento	Financiamento	Investimento	Financiamento
		líquido	de cobertura	líquido	de cobertura
		Moeda '000	Moeda '000	Euros '000	Euros '000
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	CHF	107.803	125.000	65.126	75.515
BCP Capital Finance Limited	USD	90	90	67	67
BCP Bank & Trust Company Ltd.	USD	340.000	340.000	251.759	251.759
BCP Finance Bank Ltd	USD	457.000	457.000	338.393	338.393
BCP Finance Company, Ltd	USD	1	1	1	1
BCPBank National Association	USD	84.729	98.074	62.739	72.621
BII Finance Company Limited	USD	25	25	19	19

A informação relativa aos ganhos e perdas em financiamentos utilizados para a cobertura dos investimentos em instituições estrangeiras, reconhecido em reservas cambiais, é apresentado no mapa de alterações na situação líquida.

A inefectividade gerada por estas relações de cobertura é registada em resultados do exercício, conforme descrito na política contabilística 1 e).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

25. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Imóveis	1.064.431	1.035.789
Equipamento		
Mobiliário	96.166	101.901
Máquinas	56.491	55.886
Equipamento informático	311.414	310.552
Instalações interiores	138.060	141.790
Viaturas	20.004	19.136
Equipamento de segurança	76.212	80.157
Obras em curso	44.361	44.242
Outros activos tangíveis	45.802	43.223
	<u>1.852.941</u>	<u>1.832.676</u>
<i>Amortizações e imparidade acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(44.779)	(91.154)
Relativas a períodos anteriores	(1.067.645)	(1.000.225)
	<u>(1.112.424)</u>	<u>(1.091.379)</u>
	<u>740.517</u>	<u>741.297</u>

26. Goodwill e activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos intangíveis</i>		
Despesas de estabelecimento	14.621	13.873
'Software'	133.854	129.326
Outros activos intangíveis	73.114	70.513
	<u>221.589</u>	<u>213.712</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(8.210)	(20.338)
Relativas a períodos anteriores	(184.372)	(161.815)
	<u>(192.582)</u>	<u>(182.153)</u>
	<u>29.007</u>	<u>31.559</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação ('Goodwill')</i>		
Diferenças de consolidação		
Millennium Bank (Grécia)	294.260	294.260
Millennium Bank (Polónia)	164.040	163.987
Banco Investimento Imobiliário, S.A.	40.859	40.859
Outros	1.717	1.726
	<u>500.876</u>	<u>500.832</u>
	<u>529.883</u>	<u>532.391</u>

Em Dezembro de 2006, e na sequência do lançamento de oferta pública de aquisição parcial de até 16% do capital social do Bank Millennium, S.A., na Polónia, o Grupo adquiriu 131.701.722 acções do referido Banco, correspondente a 15,51% do capital e dos direitos de voto, no montante de Euros 253.200.000. A aquisição gerou um goodwill no montante de Euros 164.040.000. Após esta aquisição o Grupo passou a deter 65,51% do capital social desta participada.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

27. Activos e Passivos por impostos diferidos

Activos e passivos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 é gerado por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	Jun 2007		Dez 2006	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	1.315	17	2.406	28
Outros activos tangíveis	3.607	3.232	4.727	4.456
Perdas por imparidade	188.278	-	177.169	-
Pensões de reforma	232.237	-	255.789	-
Activos financeiros disponíveis para venda (AFS)	8.353	4.978	3.871	5.098
Derivados	2.493	4.779	71.514	36.517
Outros	118.332	82.933	73.975	53.660
Prejuízos fiscais reportáveis	39.288	-	61.767	-
	<u>593.903</u>	<u>95.939</u>	<u>651.218</u>	<u>99.759</u>
Activos por impostos diferidos	<u>497.964</u>		<u>551.459</u>	
Outros	-	34	-	80
	-	<u>34</u>	-	<u>80</u>
Passivos por impostos diferidos		<u>34</u>		<u>80</u>
Impostos diferidos líquidos	<u><u>497.930</u></u>		<u><u>551.379</u></u>	

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza da recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, o Grupo possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do período da rubrica de impostos diferidos líquidos:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	551.379	633.390
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	-	(594)
Encargos do período	(52.505)	(35.475)
Movimentos em reservas	(4.657)	(5.769)
Diferenças cambiais	3.713	(3.885)
Saldo em 30 de Junho	<u><u>497.930</u></u>	<u><u>587.667</u></u>

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos não corresponde aos encargos de impostos diferidos do período devido à existência de um conjunto de situações que implica o reconhecimento do imposto em capitais próprios: (i) ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda; (ii) diferenças cambiais da conversão de impostos diferidos activos e passivos de subsidiárias no estrangeiro e (iii) aquisições e alienações de subsidiárias.

Em 30 de Junho de 2007 existiam diferenças temporárias não reconhecidas respeitantes, essencialmente, a prejuízos fiscais reportáveis cujo valor ascendia a Euros 63.202.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 102.243.000). Os referidos montantes não foram reconhecidos tendo em consideração o grau e o período da sua eventual recuperabilidade.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

28. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Devedores	344.081	437.688
Aplicações por recuperação de crédito e outros activos	1.158.879	1.139.664
Valores a cobrar	22.817	25.606
Outros impostos a recuperar	68.604	70.827
Bonificações a receber	218.476	202.871
Associadas	4.255	5.944
Juros e outros proveitos a receber	36.186	64.086
Despesas antecipadas	1.142.172	1.160.302
Operações sobre títulos a receber	220.385	164.889
Valores a debitar a clientes	164.820	229.679
Provisões técnicas de resseguro cedido	855	822
Contas diversas	448.868	535.933
	<u>3.830.398</u>	<u>4.038.311</u>
Imparidade para outros activos	<u>(116.273)</u>	<u>(107.131)</u>
	<u><u>3.714.125</u></u>	<u><u>3.931.180</u></u>

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito e outros activos inclui o montante de Euros 399.334.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 397.539.000) relativos a imóveis registados no Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação, no Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária e no Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda que, de acordo com a SIC 12, são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

Em 30 de Junho de 2007, a rubrica Despesas antecipadas inclui os montantes de Euros 571.536.000 e Euros 651.634.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 571.536.000 e Euros 668.353.000, respectivamente), relativos ao valor do corredor e perdas actuariais diferidas em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 x).

No âmbito do financiamento necessário para a concretização da OPA sobre o Banco BPI, S.A., o Banco celebrou um contrato de underwriting agreement com a UBS, cujo montante suportado pelo Grupo, com referência a 31 de Dezembro de 2006, e registado na rubrica Contas diversas ascendia a Euros 58.800.000. Em conformidade com a IFRS 3, as referidas despesas mantiveram-se no activo enquanto existia a expectativa de sucesso da OPA tendo sido transferidos para custos em resultado do seu insucesso, conforme nota 5.

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	107.131	120.257
Outras transferências	521	5.216
Dotação do período	13.268	8.708
Reversão do período	(1.172)	(455)
Utilização de imparidade	(3.404)	(34.434)
Diferenças cambiais	(71)	(640)
	<u>116.273</u>	<u>98.652</u>

29. Depósitos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito no país	218.357	222.358
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	10.202.388	11.902.358
	<u>10.420.745</u>	<u>12.124.716</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

30. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Depósitos para com clientes		
Depósitos à ordem	14.542.757	14.455.920
Depósitos a prazo	15.248.487	13.917.668
Depósitos de poupança	3.937.112	4.433.864
Bilhetes do Tesouro e outros activos		
com acordo de recompra	495.310	111.742
Outros débitos	400.579	325.003
	<u>34.624.245</u>	<u>33.244.197</u>

Nos termos da Portaria 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso nº 11/94 do Banco de Portugal.

31. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Empréstimos obrigacionistas	19.056.828	15.481.070
Papel comercial	8.677.607	7.114.227
Outros	139.505	92.057
	<u>27.873.940</u>	<u>22.687.354</u>

A rubrica empréstimos obrigacionistas inclui emissões para as quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 22 e na política contabilística 1 e).

32. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Vendas a descoberto	60.267	54.431
Empréstimos de títulos	41.044	6.569
Swaps	796.769	732.895
Opções	36.528	76.574
Outros	4.368	3.016
	<u>938.976</u>	<u>873.485</u>

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação inclui a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1 e) no montante de Euros 56.327.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 54.890.000). Esta nota deve ser analisada em conjunto com a nota 22.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

33. Outros passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007
	Euros '000
Depósitos de instituições de crédito	36.267
Depósitos de clientes	2.403
Títulos de dívida emitidos	865.402
	<u>904.072</u>

34. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Provisão para garantias e outros compromissos	76.470	75.130
Provisões técnicas da actividade seguradora:		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Para prémios não adquiridos	4.817	4.110
Matemática do ramo vida	35.890	33.820
Para participação nos resultados	2.035	3.425
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	2.476	2.226
Outras provisões	89.472	92.430
	<u>211.160</u>	<u>211.141</u>

Os movimentos da Provisão para garantias e outros compromissos são analisados como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	75.130	79.825
Transferências	(40)	(397)
Dotação do período	9.248	1.770
Reversão do período	(7.620)	(2.656)
Utilização de provisões	(292)	(1.068)
Diferenças cambiais	44	(354)
	<u>76.470</u>	<u>77.120</u>

Os movimentos nas Outras provisões são analisados como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	92.430	150.446
Transferências	11.208	(4.406)
Dotação do período	10.129	12.624
Reversão do período	(5.158)	(3.955)
Utilização de provisões	(19.115)	(31.922)
Diferenças cambiais	(22)	(598)
	<u>89.472</u>	<u>122.189</u>

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade do Grupo.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

35. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Obrigações	2.724.537	2.824.114
Acções preferenciais	95.526	98.959
Outros passivos subordinados	2.872	9.849
	2.822.935	2.932.922

A rubrica Acções preferenciais corresponde a acções emitidas por empresas subsidiárias e associadas do Banco que, de acordo com a política contabilística 1 i), foram classificadas como Passivos Subordinados.

Em 30 de Junho de 2007, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Obrigações não perpétuas</i>					
Banco Comercial Português:					
BCP Março 2011	Junho 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,35%	150.000	144.905
BCP Setembro 2011	Setembro 2001	Setembro 2011	Taxa fixa de 6,15%	120.000	113.540
Bank Millennium:					
Bank Millennium	Dezembro 2001	Dezembro 2011	Taxa fixa de 4,394%	79.960	79.960
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII 1998	Dezembro 1998	Dezembro 2008	Euribor 3 meses + 0,5%	29.928	29.928
BII 2004	Dezembro 2004	Dezembro 2014	Ver referência (i)	15.000	15.000
BCP Finance Bank:					
EMTN 44ª Emissão - 1 Tranche	Março 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	400.000	396.387
EMTN 44ª Emissão - 2 Tranche	Maio 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	200.000	198.193
BCP Fin. Bank Ltd EMTN -119	Outubro 2003	Outubro 2013	Ver referência (ii)	400.000	398.813
BCP Fin. Bank Ltd EMTN -295	Dezembro 2006	Dezembro 2016	Ver referência (iii)	400.000	400.000
BCP Fin. Bank Ltd 2005	Maio 2005	Junho 2015	Ver referência (iv)	300.000	300.013
					2.076.739
<i>Obrigações perpétuas</i>					
BCP - Euro 200 milhões	Junho 2002	-	Ver referência (v)	198.675	181.772
BCP - Euro 175 milhões	Novembro 2002	-	Ver referência (vi)	175.000	160.250
BPA 1997	Junho 1997	-	Euribor 3 meses + 0,95%	199.519	199.520
TOPS's BPSM 1997	Dezembro 1997	-	Euribor 6 meses + 0,4%	73.169	74.375
BCP Leasing 2001	Dezembro 2001	-	Ver referência (vii)	4.986	4.986
					620.903
<i>Acções preferenciais</i>					
Pinto Totta Intenational Finance	Julho 1997	-	Ver referência (viii)	92.529	92.529
<i>Outros passivos subordinados</i>					
BIM	Dezembro 2000	-	50% Tx Redescoto B.Moçambique	2.869	2.869
<i>Periodificações</i>					
					29.895
					2.822.935

Referências :

- (i) - Até 10º cupão Euribor 6 meses + 0,4%; Após 10º cupão Euribor 6 meses + 0,9%
- (ii) - Euribor 3 meses + 0,55% (1,05% a partir de Outubro 2008)
- (iii) - Euribor 3 meses + 0,3% (0,8% a partir de Dezembro 2011)
- (iv) - Euribor 3 meses + 0,35% (0,85% a partir de Junho 2010)
- (v) - Até 40º cupão 6,130625%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
- (vi) - Até 40º cupão 5,41%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
- (vii) - Até 40º cupão Euribor 3 meses + 1,75%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,25%
- (viii) - Até Julho 2007 7,77%; a partir de Agosto de 2007, a remuneração corresponderá à taxa USD Libor 6 meses + 2,75%

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

36. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Credores:		
Fornecedores	71.193	121.347
Por contratos de 'Factoring'	15.016	19.083
Outros credores	194.415	245.851
Sector Público Administrativo	85.517	49.417
Juros a pagar	178.592	270.024
Receitas antecipadas	23.108	8.169
Férias e subsídios de férias a pagar	156.704	154.387
Outros custos administrativos a pagar	4.870	3.526
Operações sobre títulos a liquidar	140.543	180.145
Contas diversas	460.755	361.650
	1.330.713	1.413.599

37. Capital e acções preferenciais

Em 27 de Março de 2006, no âmbito do exercício do programa de Stock Options atribuído em Abril de 2003 aos seus colaboradores, foi celebrado por escritura pública o aumento de capital resultante do programa de Stock Options que correspondeu à emissão de 22.998.229 acções ao valor nominal de 1 Euro. Em resultado do referido aumento de capital, o capital social do Banco passou a ser de Euros 3.611.329.567 representado por 3.611.329.567 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente realizado.

O valor das acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company e que de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística nota 1 i), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinada a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

38. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. Neste contexto, e na sequência da deliberação da Assembleia Geral, em Maio de 2007, foi efectuado um reforço no saldo desta conta no valor de Euros 60.902.000 (ver nota 39).

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 10% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

39. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros detidos para venda	497.907	463.520
Cobertura de cash-flow	(524)	193
Impostos		
Instrumentos financeiros detidos para venda	(25.581)	(20.787)
Cobertura de cash-flow	100	(37)
	<u>471.902</u>	<u>442.889</u>
Reservas e resultados acumulados:		
Reserva legal	477.202	416.300
Reserva estatutária	84.000	65.000
Dividendos antecipados	-	(133.619)
Outras reservas e resultados transitados	1.251.461	886.149
'Goodwill' resultante da consolidação	(2.883.580)	(2.883.580)
Diferença cambial de consolidação	1.532	(14.551)
Outras reservas de consolidação	(183.321)	(187.477)
	<u>(1.252.706)</u>	<u>(1.851.778)</u>

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 38.

As reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d).

A movimentação durante o primeiro semestre de 2007 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em			Saldo em
	1 Janeiro	Reavaliação	Alienação	30 Junho
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Eureko, B.V.	188.000	61.488	-	249.488
EDP - Electricidade de Portugal	131.502	18.314	-	149.816
Banco Sabadell, S.A.	138.932	(7.774)	-	131.158
Outros	5.279	(38.358)	-	(33.079)
	<u>463.713</u>	<u>33.670</u>	<u>-</u>	<u>497.383</u>

A rubrica Outros inclui o montante negativo de Euros 52.584.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 9.678.000) relativo à apropriação de 49% da reserva de justo valor da Millennium Fortis.

A movimentação durante o segundo semestre de 2006 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em			Saldo em
	1 Julho	Reavaliação	Alienação	31 Dezembro
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Eureko, B.V.	188.000	-	-	188.000
EDP - Electricidade de Portugal	93.836	62.806	(25.140)	131.502
Banco Sabadell, S.A.	140.465	55.416	(56.949)	138.932
Outros	(26.698)	31.977	-	5.279
	<u>395.603</u>	<u>150.199</u>	<u>(82.089)</u>	<u>463.713</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

A movimentação durante o primeiro semestre de 2006 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienação Euros '000	Saldo em 30 Junho Euros '000
Eureko, B.V.	174.900	13.100	-	188.000
EDP - Electricidade de Portugal	58.891	49.519	(14.574)	93.836
Banco Sabadell, S.A.	105.501	47.431	(12.467)	140.465
Outros	1.953	(28.651)	-	(26.698)
	341.245	81.399	(27.041)	395.603

No âmbito das alienações realizadas em 2006 os valores relativos às mais valias potenciais associadas, foram reconhecidos por contrapartida de resultados.

40. Títulos próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

	Acções do Banco Comercial Português, S.A.	Outros títulos próprios	Total
Jun 2007			
Valor de balanço (Euros '000)	10.087	14.635	24.722
Número de títulos	2.439.844	47.734	
Valor unitário médio (Euros)	4,13		
Dez 2006			
Valor de balanço (Euros '000)	11.433	10.717	22.150
Número de títulos	4.087.916	10.038.000	
Valor unitário médio (Euros)	2,80		

As acções próprias detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

41. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Balanço		Demonstração de Resultados	
	Jun 2007 Euros '000	Dez 2006 Euros '000	Jun 2007 Euros '000	Jun 2006 Euros '000
Bank Millennium, S.A.	208.292	199.424	18.957	17.978
BIM - Banco Internacional de Moçambique	28.676	24.289	7.508	6.817
Outras subsidiárias	5.301	2.335	15	152
	242.269	226.048	26.480	24.947

A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007 Euros '000	Jun 2006 Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	226.048	354.526
Conversão de moeda estrangeira	2.231	(19.812)
Lucro atribuível a interesses minoritários	26.480	24.947
Dividendos	(15.785)	(1.474)
Alienação do capital do Interbanco	-	(26.400)
Outros	3.295	(2.688)
	242.269	329.099

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

42. Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Garantias e avales prestados	8.573.534	8.513.334
Garantias e avales recebidos	29.889.258	29.645.865
Compromissos perante terceiros	13.080.351	10.797.340
Compromissos assumidos por terceiros	22.135.913	22.598.588
Valores recebidos em depósito	144.792.302	130.158.525
Valores depositados na Central de Valores	120.216.546	104.147.633
Outras contas extrapatrimoniais	113.083.008	96.044.863

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	7.589.673	7.693.683
Cartas de crédito "stand-by"	256.414	159.628
Créditos documentários abertos	257.472	209.767
Fianças e indemnizações	284.859	260.431
Outros passivos eventuais	185.116	189.825
	<u>8.573.534</u>	<u>8.513.334</u>
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
<i>Compromissos irrevogáveis</i>		
Contratos a prazo de depósitos	1.925.888	1.110.244
Linhas crédito irrevogáveis	3.401.600	1.771.008
Subscrição de títulos	45.539	1.067.697
Outros compromissos irrevogáveis	255.605	138.096
<i>Compromissos revogáveis</i>		
Linhas crédito revogáveis	5.329.423	4.791.573
Facilidades descobertos conta	2.121.776	1.918.722
Outros compromissos revogáveis	520	-
	<u>13.080.351</u>	<u>10.797.340</u>

Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

43. Planos de remunerações com acções

De acordo com o estabelecido na IFRS 2, os planos de remuneração com acções cuja data de atribuição ("grant date") é posterior a 7 de Novembro de 2002, foram considerados no âmbito dos ajustamentos de transição em 1 de Janeiro de 2004. Em 2006, a opção dos colaboradores foi exercida pelo que em Março de 2006 foi celebrada a escritura pública do aumento de capital resultante do exercício do programa de Stock Options que correspondeu a um aumento de capital social do Banco em 22.998.229 acções. As características do referido plano são apresentadas como segue:

Beneficiários:

Colaboradores do Grupo que satisfaziam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Ter-lhes sido atribuída gratificação extraordinária igual ou superior a Euros 6.500 no ano de 2003;
- Terem remuneração mensal superior a Euros 3.500;
- Não terem sido excluídos do plano anual de gratificação extraordinária nos três anos anteriores.

Benefício atribuído:

Atribuição de direitos de subscrição de acções a emitir.

Número de colaboradores abrangidos e quantidade de direitos necessários:

O número de colaboradores abrangidos por este programa ascendeu a 565, correspondendo a 26.269.755 direitos de subscrição de acções.

Resumo do plano:

Data de atribuição ("grant date"): 21 de Abril de 2003
Número de direitos de subscrição de acções: 26.269.755
"Fair value": Euros 0,24
Data de exercício: a partir de 1 de Março de 2006

Valor de mercado:

Data de atribuição ("grant date"): Euros 6.305.000

Em conformidade com o disposto na IFRS 2 o justo-valor das opções atribuídas, determinado na "grant date", foi reconhecido em resultados, por contrapartida de capitais próprios, durante o período do direito de subscrição ("vesting period"), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição. Na data do exercício esse valor foi reconhecido como prémio de emissão.

Actualmente, não existem quaisquer planos de remunerações com acções em vigor.

44. 'Fair value'

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado quer as actuais condições da política de pricing do Grupo.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Grupo.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito:

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pelo Grupo em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

Activos financeiros detidos para negociação, Passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

Derivados de cobertura

Os derivados de cobertura encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. Os cálculos efectuados incorporam o spread de risco de crédito.

Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Para os instrumentos que são de taxa fixa e para os quais o Grupo adopta contabilisticamente uma política de "hedge-accounting", o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco taxa de juro já registado. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

Para os passivos financeiros com derivados embutidos separáveis e para os quais o Grupo procedeu à sua reavaliação, o cálculo do justo valor destes passivos financeiros incidiu sobre a totalidade das componentes destes instrumentos, pelo que a diferença apurada, em 30 de Junho de 2007, no montante de Euros 73.072.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 31.995.000), corresponde a um aumento do passivo financeiro e inclui um montante a pagar de Euros 45.849.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 27.092.000) que se encontra registado em activos e passivos financeiros detidos para negociação e reflecte o justo valor dos derivados embutidos já registados.

O quadro seguinte resume os principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Grupo:

	Jun 2007					
	De Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor Contabilístico Euros '000	Fair value Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	1.535.710	1.535.710	1.535.710
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	617.604	617.604	617.604
Aplicações em instituições de crédito	-	-	8.381.224	-	8.381.224	8.370.353
Crédito a clientes	-	-	60.340.964	-	60.340.964	60.443.957
Activos financeiros detidos para negociação	3.369.210	-	-	-	3.369.210	3.369.210
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4.866.371	-	-	4.866.371	4.866.371
Activos com acordo de recompra	-	-	38.403	-	38.403	38.403
Derivados de cobertura	731.015	-	-	-	731.015	731.015
Investimentos em associadas	-	-	-	286.632	286.632	286.632
	4.100.225	4.866.371	68.760.591	2.439.946	80.167.133	80.259.255
Depósitos de bancos centrais	-	-	526.843	-	526.843	526.843
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	10.420.745	-	10.420.745	10.359.680
Depósitos de clientes	-	-	34.624.245	-	34.624.245	34.619.958
Títulos de dívida emitidos	-	-	27.873.940	-	27.873.940	27.947.012
Passivos financeiros detidos para negociação	938.976	-	-	-	938.976	938.976
Outros passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	904.072	-	-	-	904.072	904.072
Derivados de cobertura	780.244	-	-	-	780.244	780.244
Passivos subordinados	-	-	2.822.935	-	2.822.935	2.923.948
	2.623.292	-	76.268.708	-	78.892.000	79.000.733

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

Dez 2006					
De Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor Contabilístico Euros '000	Fair value Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	1.679.221	1.679.221
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	917.279	917.279
Aplicações em instituições de crédito	-	-	6.575.060	-	6.575.060
Crédito a clientes	-	-	56.660.052	-	56.660.052
Activos financeiros detidos para negociação	2.732.724	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4.410.886	-	-	-
Activos com acordo de recompra	-	-	4.048	-	-
Derivados de cobertura	182.041	-	-	-	-
Investimentos em associadas	-	-	-	317.610	317.610
	<u>2.914.765</u>	<u>4.410.886</u>	<u>63.239.160</u>	<u>2.914.110</u>	<u>73.478.921</u>
Depósitos de bancos centrais	-	-	539.335	-	-
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	12.124.716	-	-
Depósitos de clientes	-	-	33.244.197	-	-
Títulos de dívida emitidos	-	-	22.687.354	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	873.485	-	-	-	-
Derivados de cobertura	121.561	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	2.932.922	-	-
	<u>995.046</u>	<u>-</u>	<u>71.528.524</u>	<u>-</u>	<u>72.523.570</u>
	<u>2.914.765</u>	<u>4.410.886</u>	<u>63.239.160</u>	<u>2.914.110</u>	<u>73.478.921</u>
	<u>74.122.935</u>				

45. Gestão de riscos

A política de gestão de risco do Grupo é consistente com as notas às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2006.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

46. Pensões de reforma

A análise das contribuições efectuadas ao Fundo pelas empresas do Grupo é apresentada como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Acções	-	64.693
Outros títulos	1.530	-
Dinheiro	-	20
	<u>1.530</u>	<u>64.713</u>

Em 2007, o Grupo contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de Euros 41.274.000 (30 de Junho de 2006: Euros 120.892.000). A análise do custo do período é apresentada como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Custo dos serviços correntes	30.431	34.503
Custo dos juros	108.374	125.889
Rendimento esperado dos activos	(118.638)	(131.028)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	16.894	23.040
Custo com programas de reformas antecipadas	1.862	66.800
Outros	2.351	1.688
	<u>41.274</u>	<u>120.892</u>

47. Partes relacionadas

O Grupo concede empréstimos no decurso normal das suas actividades a empresas do Grupo e a outras partes relacionadas. No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT), que engloba substancialmente todos os colaboradores dos bancos que operam em Portugal, o Grupo concede empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas no ACT para cada tipo de operação com base em propostas de crédito apresentadas pelos colaboradores. Por outro lado, apesar de a política do Grupo prever a não concessão de empréstimos à Administração, o Grupo concede empréstimos a membros do Conselho de Administração Executivo e todos os empréstimos foram concedidos substancialmente nas mesmas condições de empréstimos semelhantes concedidos à data a outras entidades e não apresentaram um risco de incobrabilidade superior ao normal ou outras características desfavoráveis.

Os empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração Executivo à data de 30 de Junho de 2007 eram no montante de Euros 233.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 240.000), representando 0,01% da Situação Líquida (31 de Dezembro de 2006: 0,01%). A maior parte destes empréstimos são contra-garantidos por hipoteca e destinam-se à aquisição de habitação.

Em 30 de Junho de 2007, o capital e garantias dos empréstimos (excluindo transacções inter-bancárias e do mercado monetário) que o Grupo concedeu a accionistas que detenham, juntamente com as empresas que detêm, 2% ou mais do capital do Banco (cujo montante agregado, juntamente com as empresas que detêm representam 57,0% do capital social em 30 de Junho de 2007 (31 de Dezembro de 2006: 43,5%) descritas no relatório do Conselho de Administração, era de aproximadamente Euros 1.565.248.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 2.041.803.000). Cada um destes empréstimos foi concedido durante o decurso normal dos negócios do Grupo e substancialmente nas mesmas condições que empréstimos semelhantes concedidos à data a outras entidades e não apresentaram um risco de incobrabilidade superior ao normal ou outras características desfavoráveis.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

A posição accionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, é a seguinte:

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2007			Preço Unitário Euros			
		30-06-2007	31-12-2006	Aquisições	Alienações	Data				
Membros de Órgãos Sociais										
Paulo Jorge de A. R. Teixeira Pinto	Acções BCP	870.000	867.356	2.644		12-Jun-07	3,55			
Filipe de Jesus Pinhal	Acções BCP	3.100.000	3.100.000							
	Acções Pref. Perp. S. C - BCP Fin. Company	3.500	3.500							
Christopher de Beck	Acções BCP	1.344.415	1.344.415							
	Acções Bank Millennium (Polónia)	95.000	95.000							
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues	Acções BCP	2.187.647	2.187.647							
António Manuel P. C. de Castro Henriques	Acções BCP	1.500.000	1.414.276	20.074		14-Mar-07	2,70			
				20.000		15-Mar-07	2,65			
				45.650		15-Mar-07	2,65			
	Obrigações BCP Finance Perp 4.239 eur	400	400							
Alípio Barrosa Pereira Dias	Acções BCP	200.000	200.000							
Alexandre Alberto Bastos Gomes	Acções BCP	755.045	755.045							
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Acções BCP	800.000	800.000							
	Obrigações BCP F. Bk Altern. World (01/09)	25	25							
Boguslaw Jerzy Kott	Acções BCP	17.500	17.500							
	Acções Bank Millennium (Polónia)	3.023.174	3.023.174							
	BCP Ob Cx European Prd Perf Nov/06 08	100	100							
Membros do Conselho Geral e de Supervisão										
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	Acções BCP	10.200.000	10.000.000	50.000		10-Mai-07	3,04			
				50.000		11-Mai-07	3,03			
				50.000		14-Mai-07	2,97			
				50.000		15-Mai-07	3,01			
					Obrigações BCP F. Bk C. S.-Up N. (06/15)	244	244			
					Obrigações BCP Finance Perp 4.239 Eur	1.000	1.000			
	Acções Bank Millennium (Polónia)	10.000	10.000							
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta	Acções BCP	10.000	10.000							
Gijsbert Swalef	Acções BCP	217.416	215.871		350	16-Jan-07	2,83			
					280	19-Jan-07	2,82			
					2.175	29-Jun-07	4,14			

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2007			
				Aquisições	Alienações	Data	Preço Unitário
				Euros			
		30-06-2007	31-12-2006				
António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves	Acções BCP	4.015.577	4.015.577				
	Bcp Obrg Cx Sup Inv Mill II 12/10	2.000	2.000				
Francisco de La Fuente Sánchez	Acções BCP	1.780	1.780				
	BCP Obrigações Cx Rend. Cresc. Fev 06/08	900	900				
	BCP Obrigações Cx TOP 6 Maio 06/08	1.000	1.000				
	Obg Cx Aforro Cresct 6% Set 2006/08	1.600	1.600				
	BCP Obg Cx Top 10 Novembro 2006/2008	400	400				
João Alberto Pinto Basto	Acções BCP	125.186	125.186				
José Eduardo Faria Neiva dos Santos	Acções BCP	100	0	100		25-Mai-07	3,51
Keith Satchell	Acções BCP	2.900	2.900				
Luís Francisco Valente de Oliveira	Acções BCP	62.659	62.659				
Luís de Melo Champalimaud	Acções BCP	5.000	5.000				
Mário Augusto de Paiva Neto	Acções BCP	46.241	46.241				
Mário Branco Trindade	Acções BCP	41.085	41.085				
Oliu Creus	Acções BCP	10.000	10.000				
Pedro Maria Calafinho Teixeira Duarte	Acções BCP	1.421	1.421				
	Acções BCP (a)	14.000.000	14.000.000				
Vasco Maria Guimarães José de Melo	Acções BCP	180.096	180.096				
Cônjuge / Filhos Menores							
Paula Maria Von Hafe T. Cruz	Acções BCP	1.000	975	25		12-Jun-07	3,55
Teresa Maria A. Moreira Rato Beck	Acções BCP	2.418	2.418				
Rita S.G. Castro Henriques	Acções BCP	1.230	1.230				
	Obrigações BCP Super Invt. Millen. II /12/10	77	77				
Rosa Amélia Moutinho Martins Barbosa	Acções BCP	1.533	1.533				
Maria D'Assunção Jardim Gonçalves	Acções BCP	1.221.208	1.221.208				
	Obrigações BCP F. CO 5,543 PCT Eur	5.000	5.000				
Alexandra Maria Ferreira C. Gonçalves	Acções BCP	170.000	170.000				
Maria Flora Silva M. Paiva Neto	Acções BCP	1.974	1.974				
Maria Teresa Galvão M. A. F. José de Mello	Acções BCP	9.851	9.851				
Martim Almeida Fernandes José de Mello	Acções BCP	430	430				

(a) Acções BCP detidas indirectamente através da Sociedade por si dominada "PASIM-Sociedade Imobiliária, S.A."

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
30 de Junho de 2007

À data de 30 de Junho de 2007, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas subsidiárias, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, são analisados como segue:

	Aplicações IC's Euros '000	Crédito Clientes Euros '000	Activos Financ. detidos p/ negociação Euros '000	Activos Financ. disp. p/ venda Euros '000	Total Euros '000
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	4.076.080	-	157.433	744.498	4.978.011
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	635.107	-	-	-	635.107
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	594.359	-	-	-	594.359
BCP Finance Bank Ltd	536.804	-	4.816	58.625	600.245
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	94.901	-	-	94.901
Grupo Millennium bcp Investimento	502.488	-	741	435.792	939.021
Grupo Millennium Bank (Grécia)	1.277.909	-	59.114	-	1.337.023
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	-	125.047	-	-	125.047
Millennium Bank, Anonim Sirketi (Turquia)	7.001	-	-	-	7.001
Outras	2.529	985	-	-	3.514
	7.632.277	220.933	222.104	1.238.915	9.314.229

À data de 30 de Junho de 2007, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, totalizam o montante de Euros 139.764.000.

À data de 30 de Junho de 2007, os débitos do Banco sobre empresas subsidiárias, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, são analisados como segue:

	Débitos IC's Euros '000	Débitos Clientes Euros '000	Títulos de dívida emitidos Euros '000	Passivos Subordinados Euros '000	Total Euros '000
Banco Activobank (Portugal), S.A.	211.384	-	-	-	211.384
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	73.011	95	-	-	73.106
Grupo Bank Millennium (Polónia)	10.087	-	-	-	10.087
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	189.849	-	-	-	189.849
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	2.102.488	-	-	-	2.102.488
BCP Finance Bank Ltd	20.374.090	-	-	2.202.229	22.576.319
BCP Finance Company, Ltd	2.110	-	-	1.016.906	1.019.016
BCP Internacional II, S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda.	-	38.949	-	-	38.949
BCP Investment, B.V.	-	459.077	-	-	459.077
BitalPart, B.V.	13.253	-	-	-	13.253
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	118.989	-	-	-	118.989
Grupo Millennium bcp Investimento	499.209	9.328	574.228	2.739	1.085.504
Grupo Millennium Bank (Grécia)	510.637	-	-	-	510.637
Millennium bcp - Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	-	37.362	-	-	37.362
Pinto Totta International Finance, Limited	-	-	-	95.555	95.555
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	-	922.565	-	-	922.565
Banco Millennium Angola, S.A.	23.768	-	-	-	23.768
Millennium Bank, Anonim Sirketi (Turquia)	34.801	-	-	-	34.801
Outras	-	8.140	-	-	8.140
	24.163.676	1.475.516	574.228	3.317.429	29.530.849

À data de 30 de Junho de 2007, os débitos do Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, totalizam o montante de Euros 10.479.000.

48. Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos de negócio e geográficos

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial, de Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

Caracterização dos Segmentos

A Banca Comercial manteve-se como negócio dominante na actividade do Grupo, tanto em termos de volumes como ao nível de contribuição para os resultados. O negócio de Banca Comercial inclui a rede do Banco Comercial Português em Portugal, actuando como canal de marketing e de distribuição orientado para os segmentos da Banca de Retalho e da Banca de Empresas e Corporate, centrando a sua actividade na satisfação das necessidades dos Clientes particulares e empresas, e os segmentos European Banking e Overseas Banking, onde o Grupo actua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade e em países que apresentam perspectivas de crescimento elevadas, tanto na Europa como noutras regiões.

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho em Portugal encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes “retalho”, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justifica uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de Cliente dedicado, designados Clientes “prestígio” e “negócios”. No âmbito da estratégia de “cross-selling” funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da generalidade dos negócios do Millennium bcp.

O segmento Empresas e Corporate inclui a rede Empresas em Portugal, servindo as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados, a rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado, e a actividade da Direcção Internacional do Banco.

O segmento European Banking prossegue o enfoque nos mercados Polaco e Grego, considerados mercados prioritários, onde o Grupo está representado pelo Bank Millennium (Polónia), um banco universal, e pelo Millennium Bank (Grécia), uma operação baseada na inovação de produtos e serviços, estando também representado na Turquia, embora com uma dimensão mais reduzida, pelo Millennium Bank (Turquia), uma operação vocacionada para o aconselhamento financeiro. Em 2007 iniciou a actividade a Banca Millennium (Roménia), uma operação lançada de raiz que irá abordar principalmente os segmentos “corporate” e “affluent”.

O segmento Overseas Banking inclui a actividade prosseguida pelo Grupo fora da Europa, estendendo-se a mercados de afinidade, sendo assegurada pelo Millennium bcpbank (Estados Unidos), um banco global vocacionado para servir a população local e, em especial, a comunidade portuguesa, pelo Millennium bim (Moçambique), um banco universal, direccionado para Clientes particulares e empresas, e pelo banco Millennium Angola.

A actividade de Banca de Investimento é desenvolvida essencialmente pelo Millennium bcp Investimento, instituição especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados - “project finance”, “corporate finance”, corretagem de valores mobiliários e “equity research” – e na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco.

A actividade de “Private Banking e Asset Management” é assegurada pela rede de “Private Banking” em Portugal, pelo Millennium Banque Privée, uma plataforma de “private banking” de direito suíço, pelo ActivoBank7, um banco de serviço global, especializado nos negócios de bolsa e na selecção e aconselhamento de produtos de investimento de longo prazo, e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento.

No segmento Outros incluem-se a gestão centralizada de participações financeiras e as restantes actividades e operações de carácter corporativo, as actividades não integradas nos segmentos de negócio, nomeadamente a actividade de “bancassurance”, uma “joint-venture” com o Grupo Belga-Holandês Fortis, e outros valores não alocados aos segmentos.

Actividade dos segmentos de negócio em 2007

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando critérios regulamentares de solvabilidade. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

As contribuições líquidas de cada segmento incorporam todos os impactos dos movimentos de fundos descritos anteriormente e reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos relacionados com a realocação de capitais. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo. Em Junho de 2007 o negócio registado no Banco de Investimento Imobiliário foi afecto à gestão das áreas de negócio que acompanham os clientes respectivos (Banca de Retalho, Private Banking e Gestão de Activos e Empresas e Corporate). Paralelamente, algumas carteiras de títulos que integravam o perímetro da Banca de Investimento foram alocadas a novos “owners”, nomeadamente Empresas e Corporate e áreas corporativas.

Segmentos Geográficos

No âmbito da estratégia de desenvolvimento de uma instituição verdadeiramente multi-doméstica, o Grupo actua com especial enfoque nos mercados Português, Polaco e Grego, considerados mercados prioritários, operando ainda num conjunto restrito de mercados de afinidade. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal, Polónia, Grécia e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a actividade desenvolvida pelo Banco Comercial Português em Portugal, pelo Millennium bcp Investimento, pelo ActivoBank7 e pelo Banco de Investimento Imobiliário. O segmento Polónia inclui as operações desenvolvidas pelo Bank Millennium (Polónia) e o segmento Grécia encontra-se representado pela actividade do Millennium Bank (Grécia). O segmento Outros considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos, nomeadamente as actividades desenvolvidas em outros países, tais como Turquia, Roménia, Estados Unidos, Moçambique e Angola.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
30 de Junho de 2007

Em 30 de Junho de 2007 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

	Banca Comercial					Banca de Investimento	Private Banking e Gestão de Activos		Outros	Consolidado
	Banca de Retalho	Empresas e Corporate Banking	Europa	Overseas	Total					
Demonstração de Resultados										
Juros e proveitos equiparados	944.092	603.642	342.946	67.109	1.957.789	99.028	79.436	(106.566)	2.029.687	
Juros e custos equiparados	(443.628)	(426.542)	(196.281)	(22.934)	(1.089.385)	(90.375)	(54.645)	(26.480)	(1.260.885)	
Margem financeira	500.464	177.100	146.665	44.175	868.404	8.653	24.791	(133.046)	768.802	
Comissões e outros proveitos	222.214	83.133	105.745	25.428	436.520	28.055	66.586	46.203	577.364	
Comissões e outros custos	(12.742)	(9.538)	(22.597)	(9.365)	(54.242)	(1.913)	(26.772)	(124.385)	(207.312)	
Comissões e outros proveitos líquidos	209.472	73.595	83.148	16.063	382.278	26.142	39.814	(78.182)	370.052	
Resultados em operações financeiras	-	-	52.622	7.520	60.142	50.047	74	13.910	124.173	
Custos com pessoal e FST's	365.119	56.745	176.636	38.559	637.059	25.938	32.866	22.526	718.389	
Amortizações	775	107	14.359	4.026	19.267	108	254	33.360	52.989	
Custos operacionais	365.894	56.852	190.995	42.585	656.326	26.046	33.120	55.886	771.378	
Imparidade e provisões	(58.269)	(14.741)	(19.518)	87	(92.441)	(53)	(4.109)	(20.080)	(116.683)	
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(375)	-	30.104	29.729	
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	-	-	(916)	(916)	
Resultado antes de impostos	285.773	179.102	71.922	25.260	562.057	58.368	27.450	(244.096)	403.779	
Impostos	(75.730)	(47.462)	(16.215)	(3.015)	(142.422)	(14.090)	(5.119)	92.200	(69.431)	
Resultado após impostos	210.043	131.640	55.707	22.245	419.635	44.278	22.331	(151.896)	334.348	
Resultado consolidado do do exercício atribuível a:										
Accionistas do Banco	210.043	131.640	55.707	22.245	419.635	44.278	22.331	(178.376)	307.868	
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	26.480	26.480	
Balanco										
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.701.277	3.251.142	1.813.569	397.662	9.163.650	4.305.423	804.653	(3.739.188)	10.534.538	
Crédito a clientes	32.130.443	18.534.659	8.617.862	761.609	60.044.573	848.561	2.817.363	(3.369.533)	60.340.964	
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.806.455	542.785	124.273	2.473.513	1.094.510	2.832	1.295.516	4.866.371	
Outros activos	1.053.295	87.733	1.539.584	291.952	2.972.564	3.137.692	42.139	3.777.662	9.930.057	
Total do Activo	36.885.015	23.679.989	12.513.800	1.575.496	74.654.300	9.386.186	3.666.987	(2.035.543)	85.671.930	
Depósitos de instituições de crédito	5.147.715	5.549.728	3.644.113	116.928	14.458.484	3.523.234	949.204	(7.983.334)	10.947.588	
Depósitos de clientes	16.598.639	3.859.840	7.144.447	1.290.361	28.893.287	2.088	1.919.936	3.808.934	34.624.245	
Títulos de dívida emitidos	12.308.892	11.556.311	561.486	-	24.426.689	2.844.540	477.506	125.205	27.873.940	
Outros passivos	1.391.164	1.220.094	660.094	111.198	3.382.550	2.860.283	163.997	581.679	6.988.509	
Total do Passivo	35.446.410	22.185.973	12.010.140	1.518.487	71.161.010	9.230.145	3.510.643	(3.467.516)	80.434.282	
Capital e Interesses Minoritários	1.438.605	1.494.016	503.660	57.009	3.493.290	156.041	156.344	1.431.973	5.237.648	
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	36.885.015	23.679.989	12.513.800	1.575.496	74.654.300	9.386.186	3.666.987	(2.035.543)	85.671.930	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
30 de Junho de 2007

Em 30 de Junho de 2006 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

	Banca Comercial				Total	Banca de Investimento	Private Banking e Gestão de Activos		Outros	Consolidado
	Banca de Retalho	Empresas e Corporate Banking	Europa	Overseas			Activos	Outros		
Demonstração de Resultados										
Juros e proveitos equiparados	643.456	376.808	278.675	55.366	1.354.305	53.018	54.009	119.938	1.581.270	
Juros e custos equiparados	(227.524)	(217.664)	(143.688)	(19.179)	(608.055)	(61.141)	(32.529)	(173.099)	(874.824)	
Margem financeira	415.932	159.144	134.987	36.187	746.250	(8.123)	21.480	(53.161)	706.446	
Comissões e outros proveitos	234.650	73.442	102.139	18.067	428.298	18.817	52.585	57.371	557.071	
Comissões e outros custos	(20.030)	(4.079)	(28.291)	(4.580)	(56.980)	(1.960)	(19.870)	(45.390)	(124.200)	
Comissões e outros proveitos líquidos	214.620	69.363	73.848	13.487	371.318	16.857	32.715	11.981	432.871	
Resultados em operações financeiras	-	-	33.828	11.040	44.868	54.743	(44)	67.839	167.406	
Custos com pessoal e FST's	396.494	56.193	168.268	36.876	657.831	25.196	36.171	83.647	802.845	
Amortizações	726	96	17.021	4.315	22.158	141	254	35.863	58.416	
Custos operacionais	397.220	56.289	185.289	41.191	679.989	25.337	36.425	119.510	861.261	
Imparidade e provisões	(27.794)	(16.611)	(10.229)	970	(53.664)	(1.476)	(1.040)	(31.395)	(87.575)	
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	306	306	(162)	-	31.091	31.235	
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	-	-	82.208	82.208	
Resultado antes de impostos	205.538	155.607	47.145	20.799	429.089	36.502	16.686	(10.947)	471.330	
Impostos	(56.523)	(42.791)	(11.793)	(86)	(111.193)	(10.072)	(2.384)	73.087	(50.562)	
Resultado após impostos	149.015	112.816	35.352	20.713	317.896	26.430	14.302	62.140	420.768	
Resultado consolidado do do exercício atribuível a:										
Accionistas do Banco	149.015	112.816	35.352	20.713	317.896	26.430	14.302	37.193	395.821	
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	24.947	24.947	
Balanco										
Caixa e aplicações em instituições de crédito	2.929.615	2.581.466	1.310.098	348.869	7.170.048	3.070.566	536.418	(3.645.251)	7.131.781	
Crédito a clientes	25.047.664	16.207.456	5.694.818	661.531	47.611.469	261.130	2.444.569	3.539.649	53.856.817	
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.395.029	256.470	1.651.499	3.222.863	2.859	91.796	4.969.017	
Outros activos	1.168.169	110.100	2.700.936	398.453	4.377.658	1.643.689	68.059	4.356.560	10.445.966	
Total do Activo	29.145.448	18.899.022	11.100.881	1.665.323	60.810.674	8.198.248	3.051.905	4.342.754	76.403.581	
Depósitos de instituições de crédito	4.728.153	3.923.504	2.734.433	124.432	11.510.522	3.328.657	803.163	(3.652.084)	11.990.258	
Depósitos de clientes	15.533.569	5.563.885	5.853.047	1.124.571	28.075.072	9	1.704.195	3.810.767	33.590.043	
Títulos de dívida emitidos	6.784.230	7.202.643	8.085	-	13.994.958	3.509.356	285.363	767.928	18.557.605	
Outros passivos	1.172.293	1.106.763	2.204.583	368.574	4.852.213	1.207.619	152.273	1.201.330	7.413.435	
Total do Passivo	28.218.245	17.796.795	10.800.148	1.617.577	58.432.765	8.045.641	2.944.994	2.127.941	71.551.341	
Capital e Interesses Minoritários	927.203	1.102.227	300.733	47.746	2.377.909	152.607	106.911	2.214.813	4.852.240	
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	29.145.448	18.899.022	11.100.881	1.665.323	60.810.674	8.198.248	3.051.905	4.342.754	76.403.581	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
30 de Junho de 2007

Em 30 de Junho de 2007 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

	Portugal									
	Banca de Retail	Empresas e Corporate Banking	Private Banking e Gestão de Activos	Banca de Investimento	Outros	Total	Polónia	Grécia	Outros	Consolidado
Demonstração de Resultados										
Juros e proveitos equiparados	944.092	603.642	79.436	99.028	(106.566)	1.619.632	186.391	122.454	101.210	2.029.687
Juros e custos equiparados	(443.628)	(426.542)	(54.645)	(90.375)	(26.480)	(1.041.670)	(103.143)	(67.035)	(49.037)	(1.260.885)
Margem financeira	500.464	177.100	24.791	8.653	(133.046)	577.962	83.248	55.419	52.173	768.802
Comissões e outros proveitos	222.214	83.133	66.586	28.055	46.203	446.191	83.433	19.818	27.922	577.364
Comissões e outros custos	(12.742)	(9.538)	(26.772)	(1.913)	(124.385)	(175.350)	(13.693)	(7.229)	(11.040)	(207.312)
Comissões e outros proveitos líquidos	209.472	73.595	39.814	26.142	(78.182)	270.841	69.740	12.589	16.882	370.052
Resultados em operações financeiras	-	-	74	50.047	13.910	64.031	46.043	3.968	10.131	124.173
Custos com pessoal e FST's	365.119	56.745	32.866	25.938	22.526	503.194	115.025	48.807	51.363	718.389
Amortizações	775	107	254	108	33.360	34.604	8.371	3.735	6.279	52.989
Custos operacionais	365.894	56.852	33.120	26.046	55.886	537.798	123.396	52.542	57.642	771.378
Imparidade e provisões	(58.269)	(14.741)	(4.109)	(53)	(20.080)	(97.252)	(13.024)	(6.312)	(95)	(116.683)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	(375)	30.104	29.729	-	-	-	29.729
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	(916)	(916)	-	-	-	(916)
Resultado antes de impostos	285.773	179.102	27.450	58.368	(244.096)	306.597	62.611	13.122	21.449	403.779
Impostos	(75.730)	(47.462)	(5.119)	(14.090)	92.200	(50.201)	(13.231)	(3.365)	(2.634)	(69.431)
Resultado após impostos	210.043	131.640	22.331	44.278	(151.896)	256.396	49.380	9.757	18.815	334.348
Resultado consolidado do do exercício atribuível a:										
Accionistas do Banco	210.043	131.640	22.331	44.278	(154.274)	254.018	32.349	9.757	11.744	307.868
Interesses minoritários	-	-	-	-	2.378	2.378	17.031	-	7.071	26.480
Balanço										
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.701.277	3.251.142	804.653	4.305.423	(3.739.188)	8.323.307	504.013	1.137.446	569.772	10.534.538
Crédito a clientes	32.130.443	18.534.659	2.817.363	848.561	(3.369.533)	50.961.493	4.962.338	3.282.075	1.135.058	60.340.964
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.806.455	2.832	1.094.510	1.295.516	4.199.313	528.975	13.810	124.273	4.866.371
Outros activos	1.053.295	87.733	42.139	3.137.692	3.777.662	8.098.521	1.250.487	142.621	438.428	9.930.057
Total do Activo	36.885.015	23.679.989	3.666.987	9.386.186	(2.035.543)	71.582.634	7.245.813	4.575.952	2.267.531	85.671.930
Depósitos de instituições de crédito	5.147.715	5.549.728	949.204	3.523.234	(7.983.334)	7.186.547	2.079.708	1.451.922	229.411	10.947.588
Depósitos de clientes	16.598.639	3.859.840	1.919.936	2.088	3.808.934	26.189.437	4.432.058	2.210.532	1.792.218	34.624.245
Títulos de dívida emitidos	12.308.892	11.556.311	477.506	2.844.540	125.205	27.312.454	22.684	538.802	-	27.873.940
Outros passivos	1.391.164	1.220.094	163.997	2.860.283	581.679	6.217.217	414.325	193.182	163.785	6.988.509
Total do Passivo	35.446.410	22.185.973	3.510.643	9.230.145	(3.467.516)	66.905.655	6.948.775	4.394.438	2.185.414	80.434.282
Capital e Interesses Minoritários	1.438.605	1.494.016	156.344	156.041	1.431.973	4.676.979	297.038	181.514	82.117	5.237.648
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	36.885.015	23.679.989	3.666.987	9.386.186	(2.035.543)	71.582.634	7.245.813	4.575.952	2.267.531	85.671.930

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
30 de Junho de 2007

Em 30 de Junho de 2006 a contribuição líquida dos principais segmentos geograficos é apresentada como se segue:

	Portugal									
	Banca de Retalho	Empresas e Corporate Banking	Private Banking e Gestão de Activos	Banca de Investimento	Outros	Total	Polónia	Grécia	Outros	Consolidado
Demonstração de Resultados										
Juros e proveitos equiparados	643.456	376.808	54.009	53.018	119.938	1.247.229	142.310	80.522	111.209	1.581.270
Juros e custos equiparados	(227.524)	(217.664)	(32.529)	(61.141)	(173.099)	(711.957)	(80.416)	(34.162)	(48.289)	(874.824)
Margem financeira	415.932	159.144	21.480	(8.123)	(53.161)	535.272	61.894	46.360	62.920	706.446
Comissões e outros proveitos	234.650	73.442	52.585	18.817	57.371	436.865	61.594	16.117	42.496	557.072
Comissões e outros custos	(20.030)	(4.079)	(19.870)	(1.960)	(45.390)	(91.329)	(16.119)	(6.325)	(10.428)	(124.201)
Comissões e outros proveitos líquidos	214.620	69.363	32.715	16.857	11.981	345.536	45.475	9.792	32.068	432.871
Resultados em operações financeiras	-	-	(44)	54.743	67.839	122.538	37.938	4.082	2.848	167.406
Custos com pessoal e FST's	396.494	56.193	36.171	25.196	83.647	597.701	92.780	41.468	70.896	802.845
Amortizações	726	96	254	141	35.863	37.080	7.822	3.619	9.895	58.416
Custos operacionais	397.220	56.289	36.425	25.337	119.510	634.781	100.602	45.087	80.791	861.261
Imparidade e provisões	(27.794)	(16.611)	(1.040)	(1.476)	(31.395)	(78.316)	(4.852)	(4.085)	(322)	(87.575)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	(162)	31.091	30.929	-	-	306	31.235
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	82.208	82.208	-	-	-	82.208
Resultado antes de impostos	205.538	155.607	16.686	36.502	(10.947)	403.386	39.853	11.062	17.029	471.330
Impostos	(56.523)	(42.791)	(2.384)	(10.072)	73.087	(38.683)	(7.589)	(2.436)	(1.854)	(50.562)
Resultado após impostos	149.015	112.816	14.302	26.430	62.140	364.703	32.264	8.626	15.175	420.768
Resultado consolidado do do exercício atribuível a:										
Accionistas do Banco	149.015	112.816	14.302	26.430	59.940	362.503	16.132	8.626	8.560	395.821
Interesses minoritários	-	-	-	-	2.200	2.200	16.132	-	6.615	24.947
Balanço										
Caixa e aplicações em instituições de crédito	2.929.615	2.581.466	536.418	3.070.566	(3.645.251)	5.472.814	581.227	670.918	406.822	7.131.781
Crédito a clientes	25.047.664	16.207.456	2.444.569	261.130	3.539.649	47.500.468	2.937.184	2.454.326	964.839	53.856.817
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.859	3.222.863	91.796	3.317.518	1.214.546	37.960	398.993	4.969.017
Outros activos	1.168.169	110.100	68.059	1.643.689	4.356.560	7.346.577	1.020.639	104.520	1.974.230	10.445.966
Total do Activo	29.145.448	18.899.022	3.051.905	8.198.248	4.342.754	63.637.377	5.753.596	3.267.724	3.744.884	76.403.581
Depósitos de instituições de crédito	4.728.153	3.923.504	803.163	3.328.657	(3.652.084)	9.131.393	1.338.689	1.277.798	242.378	11.990.258
Depósitos de clientes	15.533.569	5.563.885	1.704.195	9	3.810.767	26.612.425	3.713.836	1.719.377	1.544.405	33.590.043
Títulos de dívida emitidos	6.784.230	7.202.643	285.363	3.509.356	767.928	18.549.520	8.085	-	-	18.557.605
Outros passivos	1.172.293	1.106.763	152.273	1.207.619	1.201.330	4.840.278	540.825	169.304	1.863.028	7.413.435
Total do Passivo	28.218.245	17.796.795	2.944.994	8.045.641	2.127.941	59.133.616	5.601.435	3.166.479	3.649.811	71.551.341
Capital e Interesses Minoritários	927.203	1.102.227	106.911	152.607	2.214.813	4.503.761	152.161	101.245	95.073	4.852.240
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	29.145.448	18.899.022	3.051.905	8.198.248	4.342.754	63.637.377	5.753.596	3.267.724	3.744.884	76.403.581

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

49. Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português

Em 30 de Junho de 2007, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
AF Internacional, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	498.798	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
Millennium bcp - Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	Lisboa	6.720.691	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	–
Interfundos Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Lisboa	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliários	100,0	100,0	–
BII Investimentos International, S.A.	Luxemburgo	150.000	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliários	100,0	100,0	–
Banco Millennium BCP Investimento, S.A.	Lisboa	75.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	28.500.000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	–
Sotigre - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	Lisboa	250.000	EUR	Titularização de Créditos	100,0	100,0	–
CISF Veículos - Sociedade de Aluguer, Lda.	Porto	49.880	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	100,0
Luso Atlântica - Aluguer de Viaturas, S.A.	Porto	1.000.000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	100,0
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	157.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
BII Internacional, S.G.P.S., Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BII Finance Company Limited	George Town	25.000	USD	Financeira	100,0	100,0	–
Banco ActivoBank (Portugal), S.A.	Lisboa	23.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	741.000.000	MZN	Banca	66,7	66,7	–
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	2.008.956.625	AOA	Banca	100,0	100,0	100,0
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	849.181.744	PLN	Banca	65,5	65,5	65,5
Millennium TFI S.A.	Varsóvia	10.300.000	PLN	Gestão de fundos de investimento mobiliários	65,5	65,5	–
Millennium Dom Maklerski S.A.	Varsóvia	16.500.000	PLN	Corretora	65,5	65,5	–
Millennium Leasing Sp. z o.o.	Varsóvia	43.400.000	PLN	Locação financeira	65,5	65,5	–
Millennium Lease Sp.z o.o.	Varsóvia	86.318.000	PLN	Factoring	65,5	65,5	–
BBG Finance BV	Roterdão	18.000	EUR	Financeira	65,5	65,5	–
TBM Sp.z o.o.	Varsóvia	500.000	PLN	Consultoria e serviços	65,5	65,5	–
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	Genebra	70.000.000	CHF	Banca	100,0	100,0	–

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Junho de 2007

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium BCPBank	Newark	2.500.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Bank, Societe Anonyme	Atenas	162.892.500	EUR	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Bank, Anonim Sirketi	Istambul	163.791.316	TRY	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Fin, Vehicles, Vessels, Appliances and Equipment Trading, Societé Anonyme	Atenas	199.980	EUR	Financeira	100,0	100,0	–
Millennium Mutual Funds Management Company, Societe Anonyme	Atenas	1.176.000	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	–
BCP Internacional II, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP - Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	47.000.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BitalPart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BCP Investment, B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BCP Holdings (USA), Inc.	Newark	250	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BCP Bank & Trust Company Ltd.	George Town	340.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Capital Finance Limited	George Town	16.000.000	USD	Investimento	100,0	100,0	–
BCP Finance Bank Ltd	George Town	233.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Company, Ltd	George Town	1.392.366.500	USD	Financeira	100,0	3,0	–
Millennium bcp - Escritório de Representações e Serviços, S/C Ltda.	São Paulo	13.300.000	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	240.000	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Banpor Consulting S.R.L.	Bucareste	1.750.000	RON	Serviços	100,0	100,0	100,0
Banca Millennium S.A.	Bucareste	135.500.000	RON	Banca	100,0	100,0	–
Comercial Imobiliária, S.A.	Lisboa	293.747.255	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	100,0
Paço da Palmeira - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	Braga	39.905	EUR	Sociedade Agrícola	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	322.000	EUR	Serviços	92,7	93,4	52,1
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	380.765.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	89,0
Servitrust - Trust Management and Services, S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0	100,0	100,0

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Junho de 2007

Em 30 de Junho de 2007, as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Banque BCP, S.A.S.	Paris	65.000.000	EUR	Banca	19,9	19,9	19,9
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	Luxemburgo	12.500.000	EUR	Banca	19,9	19,9	–
Mozambique Investment Company, Ltd.	Port Louis	9.640	USD	Investimentos	26,3	26,3	26,3
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços Bancários	21,9	21,9	21,5
Unicre - Cartão de Crédito Internacional, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de Crédito	30,3	30,3	30,0
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	Lisboa	12.500.000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	–

Em 30 de Junho de 2007, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português do ramo segurador incluídas na consolidação pelo método integral e pelo método da equivalência patrimonial, são apresentadas como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Luso Atlântica - Mediadora de Seguros, S.A.	Porto	50.000	EUR	Mediação de seguros	100,0	100,0	–
Millennium Insurance Agent Unipersonal Limited Liability Company	Atenas	18.000	EUR	Seguros	100,0	100,0	–
Millennium Service Sp. z o.o	Varsóvia	1.000.000	PLN	Seguros	65,5	65,5	–
Seguros & Pensões RE Limited	Dublin	1.500.000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0	100,0	–
SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	147.500.000	MZN	Seguros	89,9	60,0	–

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium bcp Fortis, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	1.000.002.375	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	–
Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	12.000.000	EUR	Seguros do ramo saúde	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	22.375.000	EUR	Seguros do ramo vida	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Lisboa	12.500.000	EUR	Seguros de ramos reais	49,0	49,0	–
Pensõesgere, Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	1.200.000	EUR	Gestão de fundos de pensões	49,0	49,0	–

Banco Comercial Português

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS INTERCALARES

**30 de Junho de
2007**

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**Demonstração dos Resultados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 e 2006**

	Notas	30 de Junho 2007	30 de Junho 2006
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	1.669.611	1.267.306
Juros e custos equiparados	3	<u>(1.208.940)</u>	<u>(835.908)</u>
Margem financeira		460.671	431.398
Rendimentos de instrumentos de capital	4	99.576	193.021
Resultado de serviços e comissões	5	145.896	227.923
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	64.910	69.213
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	7	(946)	70.576
Outros proveitos de exploração	8	<u>57.050</u>	<u>63.216</u>
Total de proveitos operacionais		<u>827.157</u>	<u>1.055.347</u>
Custos com o pessoal	9	291.876	372.238
Outros gastos administrativos	10	202.074	207.530
Amortizações do exercício	11	<u>25.528</u>	<u>25.609</u>
Total de custos operacionais		<u>519.478</u>	<u>605.377</u>
		307.679	449.970
Imparidade do crédito	12	(57.766)	(45.424)
Imparidade de outros activos	28	(9.247)	(6.337)
Outras provisões	13	<u>(50.505)</u>	<u>(39.860)</u>
Resultado operacional		<u>190.161</u>	<u>358.349</u>
Resultados de alienação de outros activos	14	<u>(2.108)</u>	<u>(66)</u>
Resultado antes de impostos		<u>188.053</u>	<u>358.283</u>
Impostos			
Correntes	15	8.362	(627)
Diferidos	15	<u>(35.603)</u>	<u>(15.447)</u>
Lucro do período		<u>160.812</u>	<u>342.209</u>
Resultado por acção (em euros)	16		
Básico		0,09	0,19
Diluído		0,09	0,19

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Balanço Individual

	Notas	30 de Junho 2007	31 de Dezembro 2006
(Milhares de Euros)			
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	1.098.721	1.201.702
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	445.889	1.438.362
Aplicações em instituições de crédito	19	15.207.828	13.372.888
Créditos a clientes	20	45.729.175	43.300.537
Activos financeiros detidos para negociação	21	1.911.664	1.715.396
Outros activos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	22	59.114	-
Activos financeiros disponíveis para venda	21	5.035.626	4.808.872
Derivados de cobertura	23	616.912	43.173
Investimentos em associadas	24	1.880.065	1.852.698
Outros activos tangíveis	25	460.649	482.390
Activos intangíveis	26	4.720	3.254
Activos por impostos correntes		7.417	6.980
Activos por impostos diferidos	27	328.262	366.074
Outros activos	28	6.334.115	6.164.661
		<u>79.120.157</u>	<u>74.756.987</u>
Passivo			
Depósitos de bancos centrais		524.467	537.422
Depósitos de outras instituições de crédito	29	32.315.497	32.089.701
Depósitos de clientes	30	26.181.777	26.108.534
Títulos de dívida emitidos	31	7.496.084	4.461.396
Passivos financeiros detidos para negociação	32	893.192	904.557
Outros passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	33	732.008	-
Derivados de cobertura	23	715.520	68.422
Provisões	34	774.965	734.745
Passivos subordinados	35	4.205.944	4.386.698
Passivos por impostos correntes		81	33.814
Outros passivos	36	974.015	1.093.592
		<u>74.813.550</u>	<u>70.418.881</u>
Total do Passivo			
Situação Líquida			
Capital	37	3.611.330	3.611.330
Prémio de emissão		881.707	881.707
Reservas de justo valor	39	108.026	88.898
Reservas e resultados acumulados	39	(455.268)	(852.851)
Lucro líquido do período		160.812	609.022
		<u>4.306.607</u>	<u>4.338.106</u>
Total da Situação Líquida			
		<u>79.120.157</u>	<u>74.756.987</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 e 2006

	<u>30 de Junho</u> <u>2007</u>	<u>30 de Junho</u> <u>2006</u>
	(Milhares de Euros)	
<i>Fluxos de caixa de actividades operacionais</i>		
Juros recebidos	1.553.144	1.283.538
Comissões recebidas	286.757	290.921
Recebimentos por prestação de serviços	146.234	13.268
Pagamento de juros	(1.143.280)	(799.849)
Pagamento de comissões	(196.160)	(63.328)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	54.799	70.467
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(488.468)	(826.390)
	<u>213.026</u>	<u>(31.373)</u>
<i>Diminuição / (aumento) de activos operacionais:</i>		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(1.760.748)	25.298
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	48.456	(109.570)
Fundos adiantados a clientes	(2.485.240)	(551.522)
Títulos negociáveis a curto prazo	(125.514)	(117.616)
<i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i>		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	(362.197)	315.070
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	569.978	1.949.537
Débitos para com clientes – à vista	(107.832)	(701.978)
Débitos para com clientes – a prazo	131.698	874.516
	<u>(3.878.373)</u>	<u>1.652.362</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(1.070)	(941)
	<u>(3.879.443)</u>	<u>1.651.421</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades de investimento</i>		
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	(16.720)	-
Dividendos recebidos	99.576	193.021
Juros recebidos de activos financeiros disponíveis para venda	95.916	54.861
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	850.583	2.599.957
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(6.930.269)	(2.996.833)
Vencimentos de activos financeiros disponíveis para venda	5.964.280	-
Compra de imobilizações	(16.174)	(15.498)
Venda de imobilizações	8.743	13.423
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	(356.013)	405.680
	<u>(300.078)</u>	<u>254.611</u>
<i>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</i>		
Reembolso de dívida subordinada	(156.430)	(39.562)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	3.843.585	579.332
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(96.473)	(61.107)
Aumento de capital	-	22.998
Prémio de emissão	-	5.424
Dividendos pagos	(173.344)	(132.768)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo e interesses minoritários	(284.815)	(1.606.588)
	<u>3.132.523</u>	<u>(1.232.271)</u>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(1.046.998)	673.761
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>1.847.898</u>	<u>961.381</u>
Caixa (nota 17)	355.011	327.485
Outros investimentos de curto prazo (nota 18)	<u>445.889</u>	<u>1.307.657</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>800.900</u>	<u>1.635.142</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.**Mapa de Alterações na Situação Líquida
para os seis meses findo em 30 de Junho de 2007 e de 2006**

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total da situação líquida	Capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas justo valor	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	4.024.588	3.588.331	870.303	430.193	64.155	(928.394)
Constituição de reservas:						
Reserva legal	-	-	-	36.033	-	(36.033)
Reserva estatutária	-	-	-	15.074	-	(15.074)
Dividendos distribuídos	(132.768)	-	-	-	-	(132.768)
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	342.209	-	-	-	-	342.209
Aumento de capital por emissão de 22.998.229 acções	28.979	22.999	11.404	-	-	(5.424)
Reservas de justo valor	(14.443)	-	-	-	(14.443)	-
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso nº12/01)	(51.301)	-	-	-	-	(51.301)
Outras reservas	14.300	-	-	-	-	14.300
Saldos em 30 de Junho de 2006	4.211.564	3.611.330	881.707	481.300	49.712	(812.485)
Dividendos distribuídos	(133.619)	-	-	-	-	(133.619)
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	266.813	-	-	-	-	266.813
Reservas de justo valor	32.528	-	-	-	32.528	-
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso nº12/01)	(51.301)	-	-	-	-	(51.301)
Impostos diferidos relativos a variação patrimonial registadas por contrapartida de reservas	24.743	-	-	-	6.658	18.085
Outras reservas	(12.622)	-	-	-	-	(12.622)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	4.338.106	3.611.330	881.707	481.300	88.898	(725.129)
Constituição de reservas:						
Reserva legal	-	-	-	60.902	-	(60.902)
Reserva estatutária	-	-	-	19.000	-	(19.000)
Dividendos distribuídos	(173.344)	-	-	-	-	(173.344)
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	160.812	-	-	-	-	160.812
Reservas de justo valor (nota 39)	19.128	-	-	-	19.128	-
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso nº12/01)	(51.301)	-	-	-	-	(51.301)
Outras reservas	13.206	-	-	-	-	13.206
Saldos em 30 de Junho de 2007	4.306.607	3.611.330	881.707	561.202	108.026	(855.658)

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares

30 de Junho de 2007

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. (o 'Banco') é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco, para os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2007 e 2006.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em Julho de 2007. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ('NCA's'). As NCA's incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") e pelos respectivos órgãos antecessores com excepção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.

As demonstrações financeiras do Banco para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 foram preparadas em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data, incluindo os requisitos definidos pela IAS 34. As demonstrações financeiras do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ('disposal groups') são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras anuais de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 1 ab).

b) Crédito sobre clientes

A rubrica crédito sobre clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Banco expiram; ou (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito sobre clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

Imparidade

Conforme referido na política contabilística 1 a), o Banco aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos nº 2 e 3 do Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Banco nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos nº 3/95 de 30 de Junho, nº 7/00 de 27 de Outubro e nº 8/03 de 30 de Janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 de 30 de Junho, Aviso nº 2/99 de 15 de Janeiro e Aviso nº 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução N.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos ('write-offs')

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de provisões para crédito quando estas, de acordo com os critérios definidos nesta política, correspondem a 100% do valor dos créditos. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos no exercício em que ocorram.

c) *Instrumentos Financeiros*

(i) *Classificação*

Os instrumentos financeiros de negociação são os instrumentos detidos pelo Banco com o objectivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. As flutuações no justo valor dos referidos instrumentos são reconhecidas em resultados do exercício. Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros que não se enquadram na definição de derivados e que não são classificados como investimentos detidos até à maturidade ou instrumentos financeiros de negociação. Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida.

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros de negociação. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

(ii) *Data de reconhecimento*

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data de realização das operações.

(iii) *Activos e passivos financeiros de negociação*

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) são classificados como de negociação. Os activos e passivos financeiros de negociação são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura" da demonstração de resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira de acordo com a taxa efectiva de cada operação.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

(iv) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Banco, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Para as obrigações, o custo é amortizado por contrapartida de resultados com base na taxa de juro efectiva. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou se encontram sujeitos a perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica " Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado aos activos, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de uma evidência objectiva de imparidade nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda quando se revertem são registadas por contrapartida de resultados.

d) Contabilidade de cobertura

i) Contabilidade de cobertura

O Banco utiliza instrumentos financeiros para cobertura dos riscos de taxa de juro e cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Banco. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura e qualquer ganho ou perda associada ao derivado é reconhecida em resultados do exercício, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura é reconhecida por contrapartida de resultados, no momento em que ocorre.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para as demonstrações de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Banco executa testes prospectivos na data de inceptção e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira.

(vi) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício e apresentados na carteira de derivados de negociação.

e) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Transferências de e para o portfolio de activos e passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados são proibidas.

f) Desreconhecimento

O Banco desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou o Banco não mantém controlo dos activos.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

g) Fair value option

O Banco adoptou o Fair value option para as emissões, crédito e depósitos efectuados no decurso de 2007 que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. Os activos e passivos financeiros para os quais é aplicado o Fair value option são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes da alteração do fair value do passivo e do derivado ("freestanding derivative") são reconhecidos na rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura". A periodificação dos juros do passivo e do derivado é reconhecida na margem financeira.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Banco e os dividendos sejam pagos pelo Banco numa base discricionária.

i) Instrumentos financeiros compostos

Instrumentos financeiros que contenham um passivo e uma componente de capital (obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para acções ordinárias (número de acções) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo corresponde ao valor actual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado aplicável a passivos similares que não possuam opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo. Os juros reconhecidos são calculados utilizando a taxa de juro efectiva.

j) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados.

(ii) Acordos de recompra

O Banco realiza compras (vendas) de investimentos com acordo de revenda (recompra) de investimentos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os investimentos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos. Os montantes pagos são reconhecidos em créditos sobre clientes ou instituições financeiras. Os valores a receber são apresentados como sendo colateralizados pelos títulos associados. Investimentos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com clientes ou instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros.

k) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como disponíveis para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é actualizada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

l) Locação financeira

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

m) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto), para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas de imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como de instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro das alterações no seu justo valor não é autonomizada, sendo classificada como resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juros das variações no seu justo valor é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados.

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Os proveitos resultantes de serviços e comissões quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados na margem financeira pelo método da taxa de juro efectiva.

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)

O Resultado de Operações Financeiras regista os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros classificados como de negociação (incluindo derivados e derivados embutidos) e os respectivos juros e dividendos associados a estas carteiras. Inclui igualmente os resultados das operações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

p) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

q) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Banco procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

r) Activos intangíveis

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

O Banco não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

s) *Aplicações por recuperação de crédito*

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros Activos sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo menor entre o seu justo valor e o valor contabilístico do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pelo Banco.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

t) *Caixa e equivalentes de caixa*

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

u) *Offsetting*

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Banco tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

v) *Transacções em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

w) *Benefícios a empregados*

Plano de benefícios definidos

O Banco assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo 'ACT – Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT)', pelo 'Plano ACTQ – Acordo Colectivo dos Quadros (ACTQ)' e pelo 'Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)'.

O Banco agregou os diversos fundos de pensões num único fundo denominado de "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", nos termos do qual, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores de todo o Grupo de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar).

A responsabilidade do Banco com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

De acordo com o IFRS 1, o Banco optou pela aplicação retrospectiva do IAS 19, tendo efectuado o recálculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respectivos ganhos e perdas actuariais, cujo diferimento é efectuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma. O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pelo IAS 19. De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi definido um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde e outras responsabilidades	7 anos
Responsabilidades por morte antes da data de reforma	5 anos
Reformas antecipadas	5 anos
Anulação de perdas actuariais diferidas relativa às responsabilidades com reformas antecipadas	5 anos
Aumento do saldo de perdas actuariais diferidas	5 anos
Excesso de amortizações de perdas actuariais de acordo com as normas locais	5 anos

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do 'unwinding' dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Banco relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações de rating AAA com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente, os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuarias não reconhecidas, que excedam 10% do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do plano, são registadas por contrapartida de resultados pelo período de 20 anos correspondente à vida útil remanescente estimada dos trabalhadores no activo.

Os pagamentos aos fundos são efectuados pelo Banco de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

Planos de remuneração com acções

O programa de remuneração com opções sobre acções ("stock options") permite aos colaboradores do Banco adquirir acções do Banco. O preço de exercício das opções é igual ao preço de mercado das acções na data de concessão. O justo-valor das opções atribuídas, determinado na "grant date", é reconhecido em resultados, por contrapartida de capitais próprios, durante o período do direito de subscrição ("vesting period"), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Durante o primeiro trimestre de 2006 terminou o plano de opções constituído em 2003.

Actualmente, não existem quaisquer planos de remunerações com acções em vigor.

Distribuição de resultados pelos empregados

Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador.

x) Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera vejam a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

y) *Relato por segmentos*

Um segmento de negócio é um componente identificável do Banco que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável do Banco, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Ao nível do Grupo BCP a sua actividade é controlada através dos seguintes segmentos principais:

Portugal

- Banca de Retalho;
- Private Banking e Gestão de Activos;
- Empresas e Corporate Banking;
- Banca de Investimento.

Actividade no Estrangeiro

- Europa;
- Overseas.

Considerando que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo, à luz do parágrafo 6 da IAS 14, o Banco está dispensado de apresentar informação, em base individual relativa aos segmentos.

z) *Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

aa) *Resultados por acção*

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

ab) *Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas*

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Banco avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade em créditos sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Banco.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Banco patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE's) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

O Banco não consolida os SPE's em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Banco está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE.

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Banco requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Banco fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda quer na rubrica de juros e proveitos equiparados, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Margem financeira	460.671	431.398
Resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda	63.964	139.789
	<u>524.635</u>	<u>571.187</u>

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	1.221.135	1.004.186
Juros de títulos de negociação e disponíveis para venda	116.384	55.741
Juros de depósitos e outras aplicações	332.092	207.379
	<u>1.669.611</u>	<u>1.267.306</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	1.009.795	680.124
Juros de títulos emitidos	199.145	155.784
	<u>1.208.940</u>	<u>835.908</u>
Margem financeira	<u>460.671</u>	<u>431.398</u>

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	13.966	10.626
Rendimentos de empresas subsidiárias e associadas	85.610	182.395
	<u>99.576</u>	<u>193.021</u>

A rubrica Rendimentos de títulos disponíveis para venda corresponde a dividendos recebidos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

5. Resultado de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	33.573	35.169
Por compromissos perante terceiros	195	180
Por serviços bancários prestados	143.018	145.381
Outras comissões	104.142	97.420
	<u>280.928</u>	<u>278.150</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por garantias recebidas	97	50
Por serviços bancários prestados por terceiros	123.658	39.444
Outras comissões	11.277	10.733
	<u>135.032</u>	<u>50.227</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>145.896</u>	<u>227.923</u>

A rubrica Comissões pagas por serviços bancários prestados por terceiros inclui o montante de Euros 88.900.000 relativo a custos incorridos no âmbito da Oferta Pública de Aquisição ('OPA') do Banco BPI, S.A. Os referidos valores encontravam-se reconhecidos na rubrica Outros activos, conforme nota 28, tendo sido reconhecidos em resultados do exercício em função do insucesso da OPA, conforme referido na IFRS 3.

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Lucros em operações de negociação e de cobertura:</i>		
Operações cambiais	574.163	603.525
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	810.267	813.609
Derivados de cobertura	621.158	63.042
Outras operações	3.925	453
	<u>2.009.513</u>	<u>1.480.629</u>
<i>Prejuízos em operações de negociação e de cobertura:</i>		
Operações cambiais	531.608	549.244
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	717.731	746.119
Derivados de cobertura	692.406	115.124
Outras operações	2.858	929
	<u>1.944.603</u>	<u>1.411.416</u>
Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura	<u>64.910</u>	<u>69.213</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

7. Resultados em activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Lucros em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	3.463	73.786
Prejuízos em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	<u>(4.409)</u>	<u>(3.210)</u>
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	<u><u>(946)</u></u>	<u><u>70.576</u></u>

A rubrica Lucros em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda incluía, em 30 de Junho de 2006, o montante de Euros 14.574.000 relativo à mais valia gerada na alienação de ações detidas na EDP – Electricidade de Portugal ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, conforme referido na nota 39.

A referida rubrica incluía ainda, em 30 de Junho de 2006, o montante de Euros 51.583.000 relativo à mais valia gerada na alienação das "residual notes" associadas à operação Magellan n.º3.

8. Outros proveitos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Prestação de serviços	23.569	24.948
Venda de cheques e outros	15.312	17.162
Outros	<u>29.965</u>	<u>31.490</u>
	<u>68.846</u>	<u>73.600</u>
Impostos	1.189	1.848
Donativos e quotizações	3.113	1.289
Outros custos de exploração	<u>7.494</u>	<u>7.247</u>
	<u>11.796</u>	<u>10.384</u>
	<u><u>57.050</u></u>	<u><u>63.216</u></u>

9. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Remunerações	211.094	212.207
Encargos sociais obrigatórios	69.953	145.441
Encargos sociais facultativos	7.049	9.788
Outros custos	<u>3.780</u>	<u>4.802</u>
	<u>291.876</u>	<u>372.238</u>

Conforme referido na nota 44, a rubrica Remunerações, inclui em 30 de Junho de 2007, o montante de Euros 1.862.000 (30 de Junho de 2006: Euros 60.127.000) relativo às responsabilidades dos colaboradores reformados antecipadamente durante o período, e Euros 35.982.000 (30 de Junho de 2006: Euros 50.895.000) relativo ao custo com pensões de reforma do período.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Água, energia e combustíveis	5.926	5.670
Material de consumo corrente	2.207	2.546
Rendas e alugueres	23.564	22.322
Comunicações	10.892	9.322
Deslocações, estadias e representações	8.733	8.451
Publicidade	10.811	10.198
Conservação e reparação	8.938	8.040
Cartões e crédito imobiliário	3.124	2.689
Estudos e consultas	10.830	9.982
Informática	6.409	4.241
Outsourcing e trabalho independente	11.228	8.263
Outros serviços especializados	77.657	94.334
Formação do pessoal	932	1.062
Seguros	5.293	5.339
Contencioso	3.648	4.775
Transportes	5.055	3.982
Outros fornecimentos e serviços	6.827	6.314
	202.074	207.530

11. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos intangíveis:</i>		
'Software'	727	365
Outras imobilizações incorpóreas	52	64
	779	429
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	17.474	17.772
Equipamento		
Mobiliário	1.833	2.006
Máquinas	130	224
Equipamento informático	1.845	1.314
Instalações interiores	1.757	2.078
Viaturas	332	240
Equipamento de segurança	1.371	1.523
Outras imobilizações corpóreas	7	23
	24.749	25.180
	25.528	25.609

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

12. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>		
Crédito vencido e concedido		
Dotação do período	47	1.334
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Crédito vencido e concedido		
Dotação do período	112.581	115.170
Reversão do período	(63)	(613)
Recuperações de crédito e de juros	(54.799)	(70.467)
	<u>57.719</u>	<u>44.090</u>
	<u>57.766</u>	<u>45.424</u>

13. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Provisões para riscos de crédito		
Dotação do período	52.400	29.066
Reversão do período	(3.956)	(1.647)
Provisões para risco país		
Dotação do período	250	2.732
Reversão do período	(2.211)	(1.074)
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do período	8.071	10.783
Reversão do período	(4.049)	-
	<u>50.505</u>	<u>39.860</u>

14. Resultados de alienação de outros activos

A rubrica Resultados de alienação de outros activos corresponde a mais-valias de imóveis.

O valor desta rubrica referente ao Banco é composto por:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Outros activos	<u>(2.108)</u>	<u>(66)</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

15. Impostos

O encargo com impostos sobre lucros, com referência a 30 de Junho de 2007 e 2006, é analisado como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Imposto corrente		
do período	24.771	727
correção de períodos anteriores	(33.133)	(100)
	<u>(8.362)</u>	<u>627</u>
Imposto diferido		
Diferenças temporárias	32.872	(101.356)
Redução da taxa de imposto	2.731	-
Benefício por prejuízos fiscais reconhecidos	-	116.803
	<u>35.603</u>	<u>15.447</u>
	<u>27.241</u>	<u>16.074</u>

A diferença entre a taxa nominal de impostos sobre o rendimento a que as sociedades se encontram sujeitas e as taxas médias resulta dos ajustamentos considerados para efeitos da determinação da matéria colectável, nos termos previstos na legislação aplicável.

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes antes referidos, é analisada como segue:

	Jun 2007		Jun 2006	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Lucro antes de impostos		188.053		358.283
Taxa de imposto corrente	26,5%	(49.834)	27,5%	(98.528)
Despesas não dedutíveis	3,4%	(6.448)	2,1%	(7.367)
Receitas isentas de imposto ou não tributáveis	-17,5%	32.946	-22,1%	79.203
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	-0,4%	659	-0,3%	985
Efeito dos prejuízos fiscais utilizados	3,0%	(5.647)	0,0%	-
Efeitos de alteração de taxa nos impostos diferidos	1,5%	(2.731)	0,0%	-
Correcção de anos anteriores	-2,2%	4.132	-2,9%	10.360
Tributação autónoma e imposto suportado no estrangeiro	0,2%	(318)	0,2%	(727)
	<u>14,5%</u>	<u>(27.241)</u>	<u>4,5%</u>	<u>(16.074)</u>

O montante de impostos diferidos em resultados em 30 de Junho de 2007 e 2006 é atribuível às seguintes rubricas:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	(739)	3.912
Outros activos tangíveis	184	153
Perdas por imparidade	5.053	26.369
Pensões de reforma	(12.034)	16.285
Derivados	(41.160)	51.199
Prejuízos fiscais reportáveis	-	(116.803)
Outros	13.093	3.438
	<u>(35.603)</u>	<u>(15.447)</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

16. Resultado por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido	160.812	342.209
Nº médio de acções	3.610.064.456	3.599.352.982
Resultado por acção básico (euros)	0,09	0,19
Resultado líquido ajustado	160.812	342.209
Nº médio de acções		
Acções Ordinárias	3.610.064.456	3.599.352.982
Stock Options - programa 2003	-	5.112.681
Total	3.610.064.456	3.604.465.663
Resultado por acção diluído (euros)	0,09	0,19

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. O Banco tem duas categorias de emissões de acções ordinárias diluidoras: (i) dívida convertível e (ii) opções de acções para colaboradores. A dívida convertível deverá ser convertida em acções ordinárias e o lucro ou o prejuízo é ajustado para eliminar o juro líquido de impostos. Para as opções de acções, as acções deverão ser adquiridas ao preço de mercado (determinado pela cotação média anual das acções do Banco) baseado no valor monetário dos direitos de subscrição associados às opções de acções vivas / existentes. O valor residual das acções será adicionado ao valor das acções ordinárias, não existindo nenhum ajustamento em resultados.

Em 2006, o programa de *Stock Options* de 2003 foi exercido conforme previsto, pelo que em Março de 2006 foi celebrada a escritura pública do aumento de capital resultante do programa de *Stock Options* e que correspondeu a 22.998.229 acções, conforme referido na nota 41.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

17. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Caixa	355.011	409.536
Bancos centrais	743.710	792.166
	<u>1.098.721</u>	<u>1.201.702</u>

A rubrica de Bancos centrais inclui o saldo junto do Banco de Portugal que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

18. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Em instituições de crédito no país	365	943
Em instituições de crédito no estrangeiro	93.835	760.472
Valores a cobrar	351.689	676.947
	<u>445.889</u>	<u>1.438.362</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

19. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Mercado Monetário Interbancário	-	2.413
Aplicações sobre outras instituições de crédito no país	5.554.776	5.043.735
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro	9.653.052	8.326.740
	<u>15.207.828</u>	<u>13.372.888</u>

Os movimentos da Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito no Banco, são analisados como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	-	1.558
Outras transferências	(55)	-
Dotação do período	47	1.334
Diferenças cambiais	8	-
	<u>-</u>	<u>2.892</u>
Saldo em 30 de Junho	<u>-</u>	<u>2.892</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

20. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Crédito ao sector público	617.823	656.077
Crédito com garantias reais	22.694.891	21.510.683
Crédito com outras garantias	11.232.779	10.901.198
Crédito sem garantias	3.465.558	2.798.609
Crédito sobre o estrangeiro	2.586.410	2.476.178
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.073.902	1.274.502
Capital em locação	4.082.012	3.852.510
	<u>45.753.375</u>	<u>43.469.757</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	60.520	47.811
Crédito vencido - mais de 90 dias	248.928	209.059
	<u>46.062.823</u>	<u>43.726.627</u>
Imparidade para riscos de crédito	(333.648)	(426.090)
	<u>45.729.175</u>	<u>43.300.537</u>

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Curto prazo</i>		
Crédito descontado titulado por efeitos	1.007.668	1.392.532
Crédito em conta corrente	4.120.547	4.302.543
Descobertos em depósitos à ordem	1.930.417	2.040.075
Empréstimos	1.433.318	1.829.985
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.073.902	1.274.502
	<u>9.565.852</u>	<u>10.839.637</u>
<i>Médio e longo prazo</i>		
Crédito descontado titulado por efeitos	422.471	175.082
Empréstimos	15.855.398	13.333.946
Crédito imobiliário	15.827.642	15.268.582
Capital em locação	4.082.012	3.852.510
	<u>36.187.523</u>	<u>32.630.120</u>
	<u>45.753.375</u>	<u>43.469.757</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	60.520	47.811
Crédito vencido - mais de 90 dias	248.928	209.059
	<u>46.062.823</u>	<u>43.726.627</u>
Imparidade para riscos de crédito	(333.648)	(426.090)
	<u>45.729.175</u>	<u>43.300.537</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	463.011	410.250
Indústrias extractivas	154.594	143.543
Alimentação, bebidas e tabaco	508.742	499.755
Têxteis	651.997	671.957
Madeira e cortiça	279.015	278.424
Papel, artes gráficas e editoras	276.926	258.476
Químicas	1.009.100	935.339
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	923.430	919.809
Electricidade, água e gás	471.419	433.780
Construção	3.641.177	3.541.099
Comércio a retalho	1.744.405	1.768.033
Comércio por grosso	2.439.372	2.412.501
Restaurantes e hotéis	969.152	926.233
Transportes e comunicações	1.123.830	1.042.661
Serviços	9.775.267	9.290.003
Crédito ao consumo	2.990.350	3.018.227
Crédito hipotecário	15.394.732	14.088.763
Outras actividades nacionais	840.311	882.620
Outras actividades internacionais	2.405.993	2.205.154
	46.062.823	43.726.627
Imparidade para riscos de crédito	(333.648)	(426.090)
	<u>45.729.175</u>	<u>43.300.537</u>

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	Sintéticas	
	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Empréstimos a empresas	3.215.372	3.049.140

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Valor bruto	5.272.877	4.876.861
Juros ainda não devidos	(1.190.865)	(1.024.351)
Valor líquido	<u>4.082.012</u>	<u>3.852.510</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	12.563	8.781
Indústrias extractivas	2.455	2.760
Alimentação, bebidas e tabaco	1.241	1.730
Têxteis	11.394	12.971
Madeira e cortiça	532	658
Papel, artes gráficas e editoras	791	793
Químicas	292	157
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	5.798	6.108
Construção	10.195	10.502
Comércio a retalho	6.690	10.549
Comércio por grosso	9.345	12.285
Restaurantes e hotéis	3.770	4.237
Transportes e comunicações	638	640
Serviços	23.629	24.438
Crédito ao consumo	20.211	22.935
Outras actividades nacionais	836	1.068
	110.380	120.612

A análise do crédito vencido por sectores de actividade para o Banco, é a seguinte:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	1.561	3.028
Indústrias extractivas	1.892	2.035
Alimentação, bebidas e tabaco	8.756	5.939
Têxteis	18.454	22.163
Madeira e cortiça	4.107	3.954
Papel, artes gráficas e editoras	2.045	2.113
Químicas	914	3.687
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	10.320	13.347
Electricidade, água e gás	23	620
Construção	47.482	45.968
Comércio a retalho	11.230	10.576
Comércio por grosso	43.605	30.592
Restaurantes e hotéis	9.123	5.337
Transportes e comunicações	19.161	10.961
Serviços	29.431	26.279
Crédito ao consumo	50.507	28.163
Crédito hipotecário	45.789	38.599
Outras actividades nacionais	3.707	3.509
Outras actividades internacionais	1.341	-
	309.448	256.870

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

A análise do crédito vencido por tipo de crédito para o Banco, é a seguinte:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	138.800	128.240
Crédito com outras garantias	74.015	65.300
Crédito sem garantias	95.295	63.330
Crédito sobre o estrangeiro	1.338	-
	<u>309.448</u>	<u>256.870</u>

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	426.090	459.200
Outras transferências	(20.688)	(10.747)
Dotação do período	112.581	115.170
Reversão do período	(63)	(613)
Utilização de imparidade	(184.281)	(97.880)
Diferenças cambiais	9	229
Saldo em 30 de Junho	<u>333.648</u>	<u>465.359</u>

Em conformidade com a política do Banco, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A análise da imparidade por sectores de actividade para o Banco, é a seguinte:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	1.836	4.205
Indústrias extractivas	827	2.665
Alimentação, bebidas e tabaco	4.442	2.080
Têxteis	12.064	9.709
Madeira e cortiça	2.218	2.045
Papel, artes gráficas e editoras	1.935	2.022
Químicas	383	930
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	9.053	8.131
Electricidade, água e gás	-	434
Construção	22.284	25.123
Comércio a retalho	7.721	8.075
Comércio por grosso	26.423	22.384
Restaurantes e hotéis	4.066	2.781
Transportes e comunicações	8.329	4.932
Serviços	22.813	21.699
Crédito ao consumo	33.874	248.435
Crédito hipotecário	63.863	57.520
Outras actividades nacionais	110.659	2.920
Outras actividades internacionais	858	-
	<u>333.648</u>	<u>426.090</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

A imparidade por tipo de crédito é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	113.076	107.214
Crédito com outras garantias	55.780	49.113
Crédito sem garantias	163.934	269.251
Crédito sobre o estrangeiro	858	512
	<u>333.648</u>	<u>426.090</u>

A anulação de crédito por utilização de imparidade, analisada por sector de actividade, é a seguinte:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	2.925	1.267
Indústrias extractivas	780	3.349
Alimentação, bebidas e tabaco	801	1.138
Têxteis	6.645	8.877
Madeira e cortiça	2.245	928
Papel, artes gráficas e editoras	767	618
Químicas	301	793
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	7.303	4.935
Electricidade, água e gás	579	7
Construção	19.885	10.898
Comércio a retalho	7.957	6.061
Comércio por grosso	10.432	17.963
Restaurantes e hotéis	1.103	4.025
Transportes e comunicações	3.283	2.240
Serviços	57.690	8.187
Crédito ao consumo	27.287	20.650
Crédito hipotecário	-	5.257
Outras actividades nacionais	1.323	687
Outras actividades internacionais	32.975	-
	<u>184.281</u>	<u>97.880</u>

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização de imparidade, quando esta, de acordo com a política contabilística referida na nota 1b), corresponda a 100% do valor do crédito. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos do exercício em que ocorram, conforme nota 12.

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	27.623	39.159
Crédito com outras garantias	87.710	20.212
Crédito sem garantias	65.788	38.429
Crédito sobre o estrangeiro	3.160	80
	<u>184.281</u>	<u>97.880</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

A recuperação de créditos e de juros anulados, efectuada no decorrer de 2007 e 2006, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	2.928	1.530
Indústrias extractivas	1.012	1.691
Alimentação, bebidas e tabaco	588	1.323
Têxteis	2.128	4.388
Madeira e cortiça	333	929
Papel, artes gráficas e editoras	541	490
Químicas	447	185
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	3.732	5.466
Electricidade, água e gás	1	7
Construção	7.069	8.033
Comércio a retalho	4.436	4.443
Comércio por grosso	5.905	11.820
Restaurantes e hotéis	805	3.456
Transportes e comunicações	1.259	1.853
Serviços	8.322	5.729
Crédito ao consumo	12.002	14.678
Crédito hipotecário	1.198	3.335
Outras actividades nacionais	2.093	1.111
	<u>54.799</u>	<u>70.467</u>

A análise da recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer de 2007 e 2006, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Crédito com garantias reais	18.477	19.971
Crédito com outras garantias	11.789	7.462
Crédito sem garantias	24.533	43.034
	<u>54.799</u>	<u>70.467</u>

21. Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	668.025	708.763
De outros emissores	3.813.515	3.852.292
	4.481.540	4.561.055
Títulos vencidos	5.427	5.427
Imparidade para títulos vencidos	(5.427)	(5.427)
	4.481.540	4.561.055
Acções e outros títulos de rendimento variável	1.631.383	1.177.246
	6.112.923	5.738.301
Derivados de negociação	834.367	785.967
	<u>6.947.290</u>	<u>6.524.268</u>

A rubrica Derivados de negociação inclui, a valorização dos derivativos embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1 d) no montante de Euros 2.827.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 1.926.000).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 30 de Junho de 2007, é a seguinte:

	Títulos		Total Euros '000
	Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	343.104	389	343.493
Estrangeiros	273.808	50.724	324.532
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	140.957	1.338.961	1.479.918
Estrangeiros	317.206	345.475	662.681
Papel comercial	-	1.676.343	1.676.343
	<u>1.075.075</u>	<u>3.411.892</u>	<u>4.486.967</u>
Cotados	906.688	564.107	1.470.795
Não cotados	168.387	2.847.785	3.016.172
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	-	817.410	817.410
Estrangeiras	-	601	601
Unidades de participação	1.481	811.134	812.615
Outros títulos	741	16	757
	<u>2.222</u>	<u>1.629.161</u>	<u>1.631.383</u>
Cotados	741	982.021	982.762
Não cotados	1.481	647.140	648.621
Imparidade para títulos vencidos	-	(5.427)	(5.427)
	<u>1.077.297</u>	<u>5.035.626</u>	<u>6.112.923</u>
Derivados de negociação	834.367	-	834.367
	<u><u>1.911.664</u></u>	<u><u>5.035.626</u></u>	<u><u>6.947.290</u></u>

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística 1 c) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 c), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 39. Este montante no valor de Euros 129.797.000 é apresentado líquido de perdas por imparidade no montante de Euros 129.755.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Títulos		Total Euros '000
	Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	335.642	114.644	450.286
Estrangeiros	202.609	55.868	258.477
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	7.950	1.572.738	1.580.688
Estrangeiros	309.439	455.460	764.899
Papel comercial	-	1.512.132	1.512.132
	<u>855.640</u>	<u>3.710.842</u>	<u>4.566.482</u>
Cotados	817.988	653.438	1.471.426
Não cotados	37.652	3.057.404	3.095.056
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	71.607	315.888	387.495
Estrangeiras	-	732	732
Unidades de participação	1.453	786.835	788.288
Outros títulos	729	2	731
	<u>73.789</u>	<u>1.103.457</u>	<u>1.177.246</u>
Cotados	72.273	470.427	542.700
Não cotados	1.516	633.030	634.546
Imparidade para títulos vencidos	-	(5.427)	(5.427)
	929.429	4.808.872	5.738.301
Derivados de negociação	785.967	-	785.967
	<u>1.715.396</u>	<u>4.808.872</u>	<u>6.524.268</u>

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística 1 c) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 c), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 39. Este montante no valor de Euros 106.809.000 é apresentado líquido de perdas por imparidade no montante de Euros 135.364.000.

No decurso do exercício de 2006 foram alienadas, ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, acções detidas na EDP – Electricidade de Portugal, conforme referido na nota 39. No decurso de 2006 foram igualmente alienados os títulos residuais associados às operações de securitização Magellan n.º3 e n.º4.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector da actividade à data de 30 de Junho de 2007, é a seguinte:

	Obrigações	Acções	Outros Activos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Indústrias extractivas	832	74	-	-	906
Alimentação, bebidas e tabaco	-	1	56.122	-	56.123
Têxteis	-	81	34.996	1.037	36.114
Madeira e cortiça	-	-	5.040	126	5.166
Papel, artes gráficas e editoras	33.918	3.087	27.236	-	64.241
Químicas	-	-	9.888	-	9.888
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	7.339	17.027	187	24.553
Electricidade, água e gás	12.469	299.621	310.095	-	622.185
Construção	-	158	49.936	645	50.739
Comércio por grosso	402	-	111.107	63	111.572
Restaurantes e hotéis	-	51	18.884	-	18.935
Transportes e comunicações	1.904.031	499.259	887.076	1.150	3.291.516
Serviços	185.520	8.340	962.308	2.219	1.158.387
	<u>2.137.172</u>	<u>818.011</u>	<u>2.489.715</u>	<u>5.427</u>	<u>5.450.325</u>
Títulos Públicos	668.025	-	-	-	668.025
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.427)	(5.427)
	<u>2.805.197</u>	<u>818.011</u>	<u>2.489.715</u>	<u>-</u>	<u>6.112.923</u>

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector da actividade à data de 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Obrigações	Acções	Outros Activos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Indústrias extractivas	-	74	-	-	74
Alimentação, bebidas e tabaco	-	1	28.767	-	28.768
Têxteis	-	81	29.978	1.037	31.096
Madeira e cortiça	-	-	2.009	126	2.135
Papel, artes gráficas e editoras	-	4.678	28.063	-	32.741
Químicas	-	-	19.302	-	19.302
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	7.677	6.376	187	14.240
Electricidade, água e gás	-	281.306	340.176	-	621.482
Construção	-	158	49.985	645	50.788
Comércio por grosso	-	-	55.501	63	55.564
Restaurantes e hotéis	-	51	18.945	-	18.996
Transportes e comunicações	2.236.289	91.056	844.670	1.150	3.173.165
Serviços	103.871	3.145	877.379	2.219	986.614
	<u>2.340.160</u>	<u>388.227</u>	<u>2.301.151</u>	<u>5.427</u>	<u>5.034.965</u>
Títulos Públicos	708.763	-	-	-	708.763
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.427)	(5.427)
	<u>3.048.923</u>	<u>388.227</u>	<u>2.301.151</u>	<u>-</u>	<u>5.738.301</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

A análise da carteira de derivados de negociação em 30 de Junho de 2007, é a seguinte:

	Jun 2007		
	Nocionais	Fair values	
	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de taxa de juro:			
Mercado de balcão:			
Swaps de taxa de juro	44.848.723	593.317	515.332
Opções de taxa de juro (compra)	1.801.642	6.277	-
Opções de taxa de juro (venda)	2.422.522	-	6.739
	<u>49.072.887</u>	<u>599.594</u>	<u>522.071</u>
Transaccionados em Bolsa:			
Futuros de taxa de juro	1.937.110	-	-
Derivados de moeda:			
Mercado de balcão:			
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	345.777	4.360	4.368
Swaps de moeda	11.291.416	59.285	152.593
Opções cambiais (compra)	26.506	373	-
Opções cambiais (venda)	24.755	-	376
	<u>11.688.454</u>	<u>64.018</u>	<u>157.337</u>
Derivados de acções:			
Mercado de balcão:			
Swaps de acções/índices	1.285.120	30.652	25.090
Opções acções/índices (compra)	2.323.426	31.283	-
Opções acções/índices (venda)	2.323.426	-	31.283
	<u>5.931.972</u>	<u>61.935</u>	<u>56.373</u>
Transaccionados em Bolsa:			
Futuros de acções/índices	3.675	-	-
Derivados de crédito:			
Mercado de balcão:			
'Credit Default Swaps' (CDS)	8.207.760	1.957	4.573
Outros	7.311.568	104.036	110.087
	<u>15.519.328</u>	<u>105.993</u>	<u>114.660</u>
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:			
Mercado de balcão	82.212.641	831.540	850.441
Bolsa	1.940.785	-	-
Derivados embutidos		2.827	42.751
	<u>84.153.426</u>	<u>834.367</u>	<u>893.192</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

A análise da carteira de derivados de negociação em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Dez 2006		
	Nocionais	Fair values	
	Total Euros '000	Activo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de taxa de juro:			
Mercado de balcão:			
Swaps de taxa de juro	43.693.786	548.914	493.761
Opções de taxa de juro (compra)	1.324.885	7.001	-
Opções de taxa de juro (venda)	1.441.645	-	7.101
	<u>46.460.316</u>	<u>555.915</u>	<u>500.862</u>
Transaccionados em Bolsa:			
Futuros de taxa de juro	73.300	-	-
Derivados de moeda:			
Mercado de balcão:			
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	549.545	26.201	3.016
Swaps de moeda	9.443.529	39.764	191.970
Opções cambiais (compra)	38.581	691	-
Opções cambiais (venda)	38.066	-	681
	<u>10.069.721</u>	<u>66.656</u>	<u>195.667</u>
Derivados de acções:			
Mercado de balcão:			
Swaps de acções/índices	1.097.551	20.575	23.984
Opções acções/índices (compra)	3.220.136	68.625	-
Opções acções/índices (venda)	3.220.136	-	68.625
	<u>7.537.823</u>	<u>89.200</u>	<u>92.609</u>
Transaccionados em Bolsa:			
Futuros sobre acções	710	-	-
Derivados de crédito:			
Mercado de balcão:			
'Credit Default Swaps' (CDS)	8.633.163	16.913	20.942
Outros	2.444.848	55.357	61.066
	<u>11.078.011</u>	<u>72.270</u>	<u>82.008</u>
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:			
Mercado de balcão	75.145.871	784.041	871.146
Bolsa	74.010	-	-
Derivados embutidos		1.926	33.164
	<u>75.219.881</u>	<u>785.967</u>	<u>904.310</u>

22. Outros activos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados

A rubrica Outros activos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados corresponde a Aplicações em instituições de crédito (Millennium Bank, Societe Anonyme - Grécia).

23. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007 Euros '000	Dez 2006 Euros '000
Activo:		
Swaps	616.912	43.173
	<u>616.912</u>	<u>43.173</u>
Passivo:		
Swaps	715.520	68.422
	<u>715.520</u>	<u>68.422</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

O Banco contrata instrumentos financeiros para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro e cambial. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Banco está exposto às variações de justo valor, ou a variações de cash-flows ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras.

O Banco realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. Para o período em análise foi registado por contrapartida de resultados o montante de Euros 7.363.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 17.261.000), correspondendo à parcela inefectiva das referidas coberturas de justo valor. O Banco também designou um conjunto de créditos concedidos a taxa fixa com prazo superior a um ano, para os quais adoptou uma política de cobertura de carteiras, no que respeita às variações decorrentes da evolução da taxa de juro. As referidas relações de cobertura registaram inefectividade no período em análise no montante de Euros 1.662.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 495.000).

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Crédito	(20.685)	(12.920)
Depósitos	(1.421)	(7.348)
Titulos emitidos	98.450	53.886
Activos financeiros disponíveis para venda	<u>(191)</u>	<u>(185)</u>
	<u>76.153</u>	<u>33.433</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura em 30 de Junho de 2007, é a seguinte:

	Jun 2007		
	Nacionais	Justo valor	
	Total	Activo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Derivados de cobertura de fair values com risco de taxa de juro:			
Mercado de balcão:			
Swaps de taxa de juro	7.856.255	616.912	715.520
Outros	9.000	-	-
	<u>7.865.255</u>	<u>616.912</u>	<u>715.520</u>

A análise da carteira de derivados de cobertura em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

	Dez 2006		
	Nacionais	Fair values	
	Total	Activo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Derivados de cobertura de fair values com risco de taxa de juro:			
Mercado de balcão:			
Swaps de taxa de juro	6.631.841	43.173	68.422
	<u>6.631.841</u>	<u>43.173</u>	<u>68.422</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

24. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Instituições de crédito residentes	202.964	202.464
Instituições de crédito não residentes	742.545	742.489
Outras empresas residentes	1.111.549	1.064.634
Outras empresas não residentes	5.133	4.891
	<u>2.062.191</u>	<u>2.014.478</u>
<i>Provisão específica para participações financeiras:</i>		
Em empresas subsidiárias	(182.126)	(161.780)
	<u>1.880.065</u>	<u>1.852.698</u>
Cotados	696.245	696.192
Não cotados	1.365.946	1.318.286

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Banca Millennium S.A. (Roménia)	4	-
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	200.235	200.235
Bank Millennium S.A.	696.245	696.192
Banque BCP, S.A.S.	12.949	12.949
Banco Millennium Angola, S.A.	33.329	33.329
BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, S.G.P.S., Lda.	25	25
BCP Participações Financeiras, SGPS Sociedade Unipessoal, Lda.	119.933	119.933
Banpor Consulting, S.R.L.	500	500
Millennium bcp - Escritório de representações e Serviços, S/C Lda.	3.738	2.998
Pinto Totta Internacional Finance, Ltd.	22	21
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	935.993	935.993
Caracas Financial Services, Limited	27	27
CISF Veículos - Sociedade de Aluguer, Lda.	132	132
Comercial Imobiliária SA	46.915	-
Luso Atlântica - Aluguer de Viaturas, S.A.	796	796
Millennium bcp -Serviços de Comércio Electrónica, S.A	885	885
Mozambique Investment Company, Ltd.	1.365	1.365
Paço da Palmeira - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	68	68
Servitrust - Trust Management Services S.A.	100	100
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	6.700	6.700
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	2.230	2.230
	<u>2.062.191</u>	<u>2.014.478</u>
Provisões para investimentos em associadas	(182.126)	(161.780)
	<u>1.880.065</u>	<u>1.852.698</u>

A relação das empresas do Banco é apresentada na nota 46.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

25. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Imóveis	816.111	825.634
Equipamento		
Mobiliário	64.480	63.963
Máquinas	18.058	18.297
Equipamento informático	125.625	126.795
Instalações interiores	91.953	91.850
Viaturas	4.771	4.864
Equipamento de segurança	68.987	73.236
Obras em curso	6.191	4.445
Outros activos tangíveis	3.065	3.217
	<u>1.199.241</u>	<u>1.212.301</u>
<i>Amortizações e imparidade acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(24.749)	(49.749)
Relativas a períodos anteriores	(713.843)	(680.162)
	<u>(738.592)</u>	<u>(729.911)</u>
	<u>460.649</u>	<u>482.390</u>

26. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos intangíveis</i>		
'Software'	10.921	8.720
Outras activos intangíveis	3.449	3.413
	<u>14.370</u>	<u>12.133</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(779)	(860)
Relativas a períodos anteriores	(8.871)	(8.019)
	<u>(9.650)</u>	<u>(8.879)</u>
	<u>4.720</u>	<u>3.254</u>

27. Activos e Passivos por impostos diferidos

Activos e passivos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, é gerada por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	Jun 2007		Dez 2006	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	770	-	1.508	-
Outros activos tangíveis	-	2.363	-	2.548
Perdas por imparidade	125.433	-	120.379	-
Pensões de reforma	176.476	-	188.511	-
Derivados	-	-	41.161	-
Outros	45.757	17.811	37.098	20.035
	<u>348.436</u>	<u>20.174</u>	<u>388.657</u>	<u>22.583</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>328.262</u>		<u>366.074</u>	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza da recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, o Banco possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do período da rubrica de impostos diferidos líquidos:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	366.074	378.115
Encargos do período	(35.603)	(15.447)
Movimentos em reservas	(2.209)	6.457
Saldo em 30 de Junho	<u>328.262</u>	<u>369.125</u>

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos não corresponde aos encargos de impostos diferidos do período devido à existência de um conjunto de situações que implica o reconhecimento do imposto em capitais próprios: (i) ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda; (ii) diferenças cambiais da conversão de impostos diferidos activos e passivos de subsidiárias no estrangeiro e (iii) aquisições e alienações de subsidiárias.

Em 30 de Junho de 2007, o valor global de impostos relativos a situações cujo impacto negativo é registado em capitais próprios, é de Euros 2.209.000 (30 de Junho de 2006: Euros 5.769.000).

28. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Devedores	162.038	229.212
Aplicações por recuperação de crédito e outros activos	607.892	581.849
Suprimentos	325.507	326.776
Outras imobilizações financeiras	60.709	61.827
Valores a cobrar	22.442	23.490
Outros impostos a recuperar	56.449	55.611
Bonificações a receber	143.689	133.426
Associadas	31.948	14.699
Juros e outros proveitos a receber	55.277	34.761
Despesas antecipadas	1.568.227	1.628.229
Operações sobre títulos a receber	739	18.448
Valores a debitar a clientes	162.178	227.592
Prestações suplementares de capital	4.392.839	4.226.813
Contas diversas	155.949	6.417
	7.745.883	7.569.150
Imparidade para outros activos	<u>(1.411.768)</u>	<u>(1.404.489)</u>
	<u>6.334.115</u>	<u>6.164.661</u>

Em 30 de Junho de 2007, a rubrica Despesas antecipadas inclui os montantes de Euros 562.458.000 e Euros 628.875.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 562.458.000 e Euros 645.001.000, respectivamente), relativos ao valor do corredor e perdas actuariais diferidas em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 w).

No âmbito do financiamento necessário para a concretização da OPA sobre o Banco BPI, S.A., o Banco celebrou um contrato de underwriting agreement com a UBS, cujo montante suportado pelo Banco, com referência a 31 de Dezembro de 2006, e registado na rubrica Contas diversas ascendia a Euros 58.800.000. Em conformidade com a IFRS 3, as referidas despesas mantiveram-se no activo enquanto existia a expectativa de sucesso da OPA tendo sido transferidos para custos em resultado do seu insucesso, conforme nota 5.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	1.404.489	1.421.198
Outras transferências	-	4.874
Dotação do período	9.269	6.337
Reversão do período	(22)	-
Utilização de imparidade	(1.968)	(34.434)
Diferenças cambiais	-	(640)
	<u>1.411.768</u>	<u>1.397.335</u>

29. Depósitos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito no país	997.154	1.151.866
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	31.318.343	30.937.835
	<u>32.315.497</u>	<u>32.089.701</u>

30. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Depósitos para com clientes		
Depósitos à ordem	12.793.739	12.901.017
Depósitos a prazo	9.074.017	8.464.873
Depósitos de poupança	3.925.183	4.423.478
Outros débitos	388.838	319.166
	<u>26.181.777</u>	<u>26.108.534</u>

Nos termos da Portaria 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso nº 11/94 do Banco de Portugal.

31. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Empréstimos obrigacionistas	7.489.024	4.451.084
Outros	7.060	10.312
	<u>7.496.084</u>	<u>4.461.396</u>

A rubrica empréstimos obrigacionistas inclui emissões para as quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 21 e na política contabilística 1 d).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

32. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Repos	-	247
Swaps	850.426	824.887
Opções	38.398	76.407
Outros	4.368	3.016
	<u>893.192</u>	<u>904.557</u>

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação inclui, a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1 d) no montante de Euros 42.751.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 33.164.000). Esta nota deve ser analisada em conjunto com a nota 21.

33. Outros passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007
	Euros '000
Depósitos de instituições de crédito	36.267
Títulos de dívida emitidos	695.741
	<u>732.008</u>

34. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Provisão para riscos gerais de crédito	696.065	646.931
Provisões para risco país	7.501	13.086
Outras provisões	71.399	74.728
	<u>774.965</u>	<u>734.745</u>

Os movimentos das Provisões para risco país, são analisados como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	13.086	15.906
Outras transferências	(3.624)	(3.268)
Dotação do período	250	2.732
Reversão do período	(2.211)	(1.074)
	<u>7.501</u>	<u>14.296</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

Os movimentos das Provisões para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Provisão genérica para crédito directo</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	376.291	415.097
Transferências	1.029	(1.201)
Dotação do período	23.709	10.538
Reversão do período	(3.956)	(1.647)
Utilização de provisões	(25)	(3.110)
Diferenças cambiais	(22)	(15)
Saldo em 30 de Junho	<u>397.026</u>	<u>419.662</u>
<i>Provisão genérica para crédito por assinatura</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	270.640	218.378
Transferências	-	(386)
Dotação do período	28.691	18.528
Utilização de provisões	(292)	(1.068)
Diferenças cambiais	-	(7)
Saldo em 30 de Junho	<u>299.039</u>	<u>235.445</u>
	<u>696.065</u>	<u>655.107</u>

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.º 3/95, n.º 2/99 e n.º 8/03 do Banco de Portugal, conforme referido na nota 1 b).

Os movimentos nas Outras provisões são analisados como segue:

	Jun 2007	Jun 2006
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	74.728	122.420
Outras transferências	11.232	(3.147)
Dotação do período	8.071	10.783
Reversão do período	(4.049)	-
Utilização de provisões	(18.583)	(31.922)
Saldo em 30 de Junho	<u>71.399</u>	<u>98.134</u>

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade do Banco.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

35. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Obrigações	4.205.944	4.379.751
Outros passivos subordinados	-	6.947
	4.205.944	4.386.698

Em 30 de Junho de 2007, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Euros '000
<i>Obrigações não perpétuas</i>				
Banco Comercial Português:				
BCP 2001 - Março 2001	Março 2001	Março 2011	Euribor 6 meses + 1,03%	400.000
BCP 2001 - Maio 2001	Maio 2001	Março 2011	Euribor 6 meses + 0,98%	200.000
Guaranteed Exchangeable Bonds	Junho 2001	Junho 2011	Taxa fixa de 4,75%	399.400
BCP Março 2011	Junho 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,35%	144.905
BCP Setembro 2001	Setembro 2001	Setembro 2011	Taxa fixa de 6,15%	113.540
BCP - Euro 400 milhões	Outubro 2003	Outubro 2013	Ver referência (i)	398.812
Empréstimos subordinados BCP Finance Bank	Maio 2005	Maio 2015	Ver referência (ii)	300.000
				1.956.657
<i>Obrigações perpétuas</i>				
BCP 2000	Janeiro 2000	-	Euribor 3 meses + 0,2075%	486.949
BCP - Euro 200 milhões	Junho 2002	-	Ver referência (iii)	182.956
BCP - Euro 175 milhões	Novembro 2002	-	Ver referência (iv)	160.250
BCP - Euro 500 milhões	Junho 2004	-	Ver referência (v)	500.000
BPA 1997	Junho 1997	-	Euribor 3 meses + 0,95%	199.519
TOPS's BPSM 1997	Dezembro 1997	-	Euribor 6 meses + 0,4%	74.580
BCP Leasing 2001	Dezembro 2001	-	Ver referência (vi)	4.986
Empréstimos subordinados BCP Finance Company	Outubro 2005	-	Ver referência (vii)	500.000
				2.109.240
<i>Outras obrigações</i>				
BPSM - USD 125 milhões	Junho 1997	-	Ver referência (viii)	92.558
<i>Periodificações, custos e proveitos diferidos</i>				
				47.489
				4.205.944

- Referências :
- (i) - Euribor 3 meses + 0,55% (1,05% a partir de Outubro 2008)
 - (ii) - Euribor 3 meses + 0,35% (0,85% a partir de Junho 2010)
 - (iii) - Até 40º cupão 6,130625%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
 - (iv) - Até 40º cupão 5,41%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
 - (v) - Até Junho 2014 taxa fixa de 5,543%; Apartir de Julho de 2014 Euribor 6 meses + 2,07%
 - (vi) - Até 40º cupão Euribor 3 meses + 1,75%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,25%
 - (vii) - Até Outubro 2015 taxa fixa de 4,239%; Apartir de Novembro de 2015 Euribor 3 meses + 1,95%
 - (viii) - Até Julho 2007 taxa fixa de 7,77%; Apartir de Agosto de 2007 taxa USD Libor 6 meses + 2,75%

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

36. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Credores:		
Fornecedores	64.531	91.359
Por contratos de 'Factoring'	15.016	19.083
Outros credores	86.444	122.537
Sector Público Administrativo	65.004	35.841
Associadas	11.568	4.295
Outros custos a pagar	113.924	169.566
Receitas antecipadas	596	531
Férias e subsídios de férias a pagar	144.588	141.937
Operações sobre títulos a liquidar	2.174	74.809
Contas diversas	470.170	433.634
	<u>974.015</u>	<u>1.093.592</u>

37. Capital, acções preferenciais e outros instrumentos de capital

Em 27 de Março de 2006, no âmbito do exercício do programa de Stock Options atribuído em Abril de 2003 aos seus colaboradores, foi celebrado por escritura pública o aumento de capital resultante do programa de Stock Options que correspondeu à emissão de 22.998.229 acções ao valor nominal de 1 Euro. Em resultado do referido aumento de capital, o capital social do Banco passou a ser de Euros 3.611.329.567 representado por 3.611.329.567 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Os Valores mobiliários de conversão obrigatória no decurso de 2005, foram tratados como instrumentos compostos (de capital e dívida), e, de acordo com os critérios aplicáveis, foram separados nas suas duas componentes e contabilizados em capital próprio, na parte considerada instrumento de capital, no montante de Euros 528.207.000 e na rubrica Componente de dívida de valores convertíveis, na parte considerada como instrumento de dívida. De acordo com o previsto na ficha técnica, os referidos instrumentos tiveram o seu vencimento em 30 de Dezembro de 2005. Considerando a cotação na data da conversão, a referida conversão resultou num aumento de capital de Euros 330.930.511. As novas acções foram admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Euronext de Lisboa no dia 6 de Janeiro de 2006.

38. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. Neste contexto, e na sequência da deliberação da Assembleia Geral, em Maio de 2007, foi efectuado um reforço no saldo desta conta no valor de Euros 60.902.000 (ver nota 39).

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 10% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

39. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
Reservas de justo valor	129.798	106.809
Impostos diferidos (AFS)	(21.772)	(17.911)
	<u>108.026</u>	<u>88.898</u>
Reservas e resultados acumulados:		
Reserva legal	477.202	416.300
Reserva estatutária	84.000	65.000
Dividendos antecipados	-	(133.619)
Outras reservas e resultados transitados	(1.016.470)	(1.200.532)
	<u>(455.268)</u>	<u>(852.851)</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 38.

A rubrica outras reservas e resultados transitados, em 30 de Junho de 2007, inclui o montante de Euros 51.301.000 (31 de Dezembro de 2006: Euros 102.60.000), relativo à amortização dos ajustamentos de transição resultante da adapção da IAS19, conforme definido na política contabilística descrita na nota 1w).

As reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c).

A movimentação durante o primeiro semestre de 2007 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienação Euros '000	Saldo em 30 Junho Euros '000
EDP - Electricidade de Portugal	131.502	18.314	-	149.816
Outros	(24.693)	4.675	-	(20.018)
	<u>106.809</u>	<u>22.989</u>	<u>-</u>	<u>129.798</u>

A movimentação durante o segundo semestre de 2006 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Julho Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienação Euros '000	Saldo em 31 Dezembro Euros '000
EDP - Electricidade de Portugal	93.836	62.806	(25.140)	131.502
Outros	(11.703)	(12.990)	-	(24.693)
	<u>82.133</u>	<u>49.816</u>	<u>(25.140)</u>	<u>106.809</u>

A movimentação durante o primeiro semestre de 2006 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienação Euros '000	Saldo em 30 Junho Euros '000
EDP - Electricidade de Portugal	58.891	49.519	(14.574)	93.836
Magellan n° 3	30.944	-	(30.944)	-
Outros	(8.687)	(3.016)	-	(11.703)
	<u>81.148</u>	<u>46.503</u>	<u>(45.518)</u>	<u>82.133</u>

40. Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Jun 2007 Euros '000	Dez 2006 Euros '000
Garantias e avales prestados	30.761.570	28.033.140
Garantias e avales recebidos	27.664.499	27.802.778
Compromissos perante terceiros	11.512.566	10.625.648
Compromissos assumidos por terceiros	20.663.831	21.345.020
Valores recebidos em depósito	130.980.426	116.830.060
Valores depositados na Central de Valores	116.189.172	100.504.098
Outras contas extrapatrimoniais	70.325.552	59.892.861

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Jun 2007	Dez 2006
	Euros '000	Euros '000
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	16.234.000	14.716.284
Créditos documentários abertos	191.270	159.867
Fianças e indemnizações	185.426	207.266
Outros passivos eventuais	14.150.874	12.949.723
	<u>30.761.570</u>	<u>28.033.140</u>
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
<i>Compromissos irrevogáveis</i>		
Contractos a prazo de Depósitos	2.606.234	2.918.766
Linhas crédito irrevogáveis	2.045.879	1.674.702
Outros compromissos irrevogáveis	138.412	136.186
<i>Compromissos revogáveis</i>		
Linhas crédito revogáveis	4.571.136	3.861.013
Facilidades descobertos conta	2.150.905	2.034.981
	<u>11.512.566</u>	<u>10.625.648</u>

Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfolio de crédito não se prevenindo quaisquer perdas materiais nestas operações.

41. Planos de remunerações com acções

De acordo com o estabelecido na IFRS 2, os planos de remuneração com acções cuja data de atribuição ("grant date") é posterior a 7 de Novembro de 2002, foram considerados no âmbito dos ajustamentos de transição em 1 de Janeiro de 2004. Em 2006, a opção dos colaboradores foi exercida pelo que em Março de 2006 foi celebrada a escritura pública do aumento de capital resultante do exercício do programa de Stock Options que correspondeu a um aumento de capital social do Banco em 22.998.229 acções. As características do referido plano são apresentadas como segue:

Beneficiários:

Colaboradores do Grupo que satisfaziam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Ter-lhes sido atribuída gratificação extraordinária igual ou superior a Euros 6.500 no ano de 2003;
- Terem remuneração mensal superior a Euros 3.500;
- Não terem sido excluídos do plano anual de gratificação extraordinária nos três anos anteriores.

Benefício atribuído:

Atribuição de direitos de subscrição de acções a emitir.

Número de colaboradores abrangidos e quantidade de direitos necessários:

O número de colaboradores abrangidos por este programa ascendeu a 565, correspondendo a 26.269.755 direitos de subscrição de acções.

Resumo do plano:

Data de atribuição ("grant date"): 21 de Abril de 2003
Número de direitos de subscrição de acções: 26.269.755
"Fair value": Euros 0,24
Data de exercício: a partir de 1 de Março de 2006

Valor de mercado:

Data de atribuição ("grant date"): Euros 6.305.000

Em conformidade com o disposto na IFRS 2 o justo-valor das opções atribuídas, determinado na "grant date", foi reconhecido em resultados, por contrapartida de capitais próprios, durante o período do direito de subscrição ("vesting period"), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição. Na data do exercício esse valor foi reconhecido como prémio de emissão.

Actualmente, não existem quaisquer planos de remuneração com acções em vigor.

42. 'Fair value'

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado quer as actuais condições da política de pricing do Grupo.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Grupo.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito:

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pelo Grupo em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

Activos financeiros detidos para negociação, Passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

Derivados de cobertura

Os derivados de cobertura encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. Os cálculos efectuados incorporam o spread de risco de crédito.

Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Para os instrumentos que são de taxa fixa e para os quais o Grupo adopta contabilisticamente uma política de "hedge-accounting", o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco taxa de juro já registado. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

Para os passivos financeiros com derivados embutidos separáveis e para os quais o Banco procedeu à sua reavaliação, o cálculo do justo valor destes passivos financeiros incidiu sobre a totalidade das componentes destes instrumentos, pelo que a diferença apurada, em 30 de Junho de 2007, no montante negativo de Euros 57.058.000 (31 de Dezembro de 2006: montante negativo de Euros 45.862.000), que correspondem a um aumento do passivo financeiro, inclui um montante a pagar de Euros 39.924.000 (31 de Dezembro de 2006: um montante a pagar de Euros 31.238.000) que se encontram registados em activos e passivos financeiros detidos para negociação e reflectem o justo valor dos derivados embutidos já registados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

O quadro seguinte resume os principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Banco:

	Jun 2007					
De	Disponíveis	Custo	Outros	Valor	Fair	
Negociação	para venda	amortizado	Euros '000	Contabilístico	value	
Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	1.098.721	1.098.721	1.098.721
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	445.889	445.889	445.889
Aplicações em instituições de crédito	-	-	15.207.828	-	15.207.828	15.203.989
Crédito a clientes	-	-	45.729.175	-	45.729.175	45.629.533
Activos financeiros detidos para negociação	1.911.664	-	-	-	1.911.664	1.911.664
Outros activos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	59.114	-	-	-	59.114	59.114
Activos financeiros disponíveis para venda	-	5.035.626	-	-	5.035.626	5.035.626
Derivados de cobertura	616.912	-	-	-	616.912	616.912
Investimentos em associadas	-	-	-	1.880.065	1.880.065	1.880.065
	2.587.690	5.035.626	60.937.003	3.424.675	71.984.994	71.881.513
Depósitos de bancos centrais	-	-	524.467	-	524.467	524.467
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	32.315.497	-	32.315.497	32.349.177
Depósitos de clientes	-	-	26.181.777	-	26.181.777	26.194.575
Títulos de dívida emitidos	-	-	7.496.084	-	7.496.084	7.553.142
Passivos financeiros detidos para negociação	893.192	-	-	-	893.192	893.192
Outros passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	732.008	-	-	-	732.008	732.008
Derivados de cobertura	715.520	-	-	-	715.520	715.520
Passivos subordinados	-	-	4.205.944	-	4.205.944	4.381.043
	2.340.720	-	70.723.769	-	73.064.489	73.343.124

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

Dez 2006					
De Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor Contabilístico Euros '000	Fair value Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	1.201.702	1.201.702
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	1.438.362	1.438.362
Aplicações em instituições de crédito	-	-	13.372.888	-	13.372.888
Crédito a clientes	-	-	43.300.537	-	43.300.537
Activos financeiros detidos para negociação	1.715.396	-	-	-	1.715.396
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4.808.872	-	-	4.808.872
Derivados de cobertura	43.173	-	-	-	43.173
Investimentos em associadas	-	-	-	1.852.698	1.852.698
	<u>1.758.569</u>	<u>4.808.872</u>	<u>56.673.425</u>	<u>4.492.762</u>	<u>67.733.628</u>
Depósitos de bancos centrais	-	-	537.422	-	537.422
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	32.089.701	-	32.089.701
Depósitos de clientes	-	-	26.108.534	-	26.108.534
Títulos de dívida emitidos	-	-	4.461.396	-	4.461.396
Passivos financeiros detidos para negociação	904.557	-	-	-	904.557
Derivados de cobertura	68.422	-	-	-	68.422
Passivos subordinados	-	-	4.386.698	-	4.386.698
	<u>972.979</u>	<u>-</u>	<u>67.583.751</u>	<u>-</u>	<u>68.556.730</u>
	<u><u>1.758.569</u></u>	<u><u>4.808.872</u></u>	<u><u>56.673.425</u></u>	<u><u>4.492.762</u></u>	<u><u>67.733.628</u></u>
	<u><u>68.552.810</u></u>				<u><u>68.552.810</u></u>

43. Gestão de riscos

A política de gestão de risco do Banco é consistente com as notas às demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2006.

44. Pensões de reforma

A análise das contribuições efectuadas ao Fundo pelo Banco é apresentada como segue:

	Jun 2007 Euros '000	Jun 2006 Euros '000
Acções	-	64.693
Outros títulos	1.530	-
Dinheiro	-	20
	<u>1.530</u>	<u>64.713</u>

Em 2007, o Banco contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de Euros 37.844.000 (30 de Junho de 2006: Euros 111.022.000). A análise do custo do período é apresentada como segue:

	Jun 2007 Euros '000	Jun 2006 Euros '000
Custo dos serviços correntes	27.148	32.271
Custo dos juros	100.613	123.602
Rendimento esperado dos activos	(110.191)	(128.874)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	16.324	22.327
Custo com programas de reformas antecipadas	1.862	60.127
Outros	2.088	1.569
	<u>2.088</u>	<u>1.569</u>
Custo do período	<u>37.844</u>	<u>111.022</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

45. Partes relacionadas

A posição accionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, é a seguinte:

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2007			Preço Unitário Euros		
				30-06-2007		Aquisições		Alienações	Data
				31-12-2006					
Membros de Órgãos Sociais									
Paulo Jorge de A. R. Teixeira Pinto	Acções BCP	870.000	867.356	2.644		12-Jun-07	3,55		
Filipe de Jesus Pinhal	Acções BCP	3.100.000	3.100.000						
	Acções Pref. Perp. S. C - BCP Fin. Company	3.500	3.500						
Christopher de Beck	Acções BCP	1.344.415	1.344.415						
	Acções Bank Millennium (Polónia)	95.000	95.000						
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues	Acções BCP	2.187.647	2.187.647						
António Manuel P. C. de Castro Henriques	Acções BCP	1.500.000	1.414.276	20.074		14-Mar-07	2,70		
				20.000		15-Mar-07	2,65		
				45.650		15-Mar-07	2,65		
	Obrigações BCP Finance Perp 4.239 eur	400	400						
Alípio Barrosa Pereira Dias	Acções BCP	200.000	200.000						
Alexandre Alberto Bastos Gomes	Acções BCP	755.045	755.045						
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Acções BCP	800.000	800.000						
	Obrigações BCP F. Bk Altern. World (01/09)	25	25						
Boguslaw Jerzy Kott	Acções BCP	17.500	17.500						
	Acções Bank Millennium (Polónia)	3.023.174	3.023.174						
	BCP Ob Cx European Prd Perf Nov/06 08	100	100						
Membros do Conselho Geral e de Supervisão									
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	Acções BCP	10.200.000	10.000.000	50.000		10-Mai-07	3,04		
				50.000		11-Mai-07	3,03		
				50.000		14-Mai-07	2,97		
				50.000		15-Mai-07	3,01		
	Obrigações BCP F. Bk C. S.-Up N. (06/15)	244	244						
	Obrigações BCP Finance Perp 4.239 Eur	1.000	1.000						
	Acções Bank Millennium (Polónia)	10.000	10.000						
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta	Acções BCP	10.000	10.000						
Gijsbert Swalef	Acções BCP	217.416	215.871			350 16-Jan-07	2,83		
						280 19-Jan-07	2,82		
						2.175 29-Jun-07	4,14		

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2007			Preço Unitário Euros
		30-06-2007	31-12-2006	Aquisições	Alienações	Data	
António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves	Acções BCP	4.015.577	4.015.577				
	Bcp Obrg Cx Sup Inv Mill II 12/10	2.000	2.000				
Francisco de La Fuente Sánchez	Acções BCP	1.780	1.780				
	BCP Obrigações Cx Rend. Cresc. Fev 06/08	900	900				
	BCP Obrigações Cx TOP 6 Maio 06/08	1.000	1.000				
	Obg Cx Aforro Cresct 6% Set 2006/08	1.600	1.600				
	BCP Obg Cx Top 10 Novembro 2006/2008	400	400				
João Alberto Pinto Basto	Acções BCP	125.186	125.186				
José Eduardo Faria Neiva dos Santos	Acções BCP	100	0	100		25-Mai-07	3,51
Keith Satchell	Acções BCP	2.900	2.900				
Luís Francisco Valente de Oliveira	Acções BCP	62.659	62.659				
Luís de Melo Champalimaud	Acções BCP	5.000	5.000				
Mário Augusto de Paiva Neto	Acções BCP	46.241	46.241				
Mário Branco Trindade	Acções BCP	41.085	41.085				
Oliu Creus	Acções BCP	10.000	10.000				
Pedro Maria Calafinho Teixeira Duarte	Acções BCP	1.421	1.421				
	Acções BCP (a)	14.000.000	14.000.000				
Vasco Maria Guimarães José de Melo	Acções BCP	180.096	180.096				
Cônjuge / Filhos Menores							
Paula Maria Von Hafe T. Cruz	Acções BCP	1.000	975	25		12-Jun-07	3,55
Teresa Maria A. Moreira Rato Beck	Acções BCP	2.418	2.418				
Rita S.G. Castro Henriques	Acções BCP	1.230	1.230				
	Obrigações BCP Super Invt. Millen. II /12/10	77	77				
Rosa Amélia Moutinho Martins Barbosa	Acções BCP	1.533	1.533				
Maria D'Assunção Jardim Gonçalves	Acções BCP	1.221.208	1.221.208				
	Obrigações BCP F. CO 5,543 PCT Eur	5.000	5.000				
Alexandra Maria Ferreira C. Gonçalves	Acções BCP	170.000	170.000				
Maria Flora Silva M. Paiva Neto	Acções BCP	1.974	1.974				
Maria Teresa Galvão M. A. F. José de Mello	Acções BCP	9.851	9.851				
Martim Almeida Fernandes José de Mello	Acções BCP	430	430				

(a) Acções BCP detidas indirectamente através da Sociedade por si dominada "PASIM-Sociedade Imobiliária, S.A."

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

À data de 30 de Junho de 2007, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas subsidiárias, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, são analisados como segue:

	Aplicações IC's	Crédito Clientes	Activos Financ. detidos p/ negociação	Activos Financ. disp. p/ venda	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	4.076.080	-	157.433	744.498	4.978.011
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	635.107	-	-	-	635.107
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	594.359	-	-	-	594.359
BCP Finance Bank Ltd	536.804	-	4.816	58.625	600.245
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	94.901	-	-	94.901
Grupo Millennium bcp Investimento	502.488	-	741	435.792	939.021
Grupo Millennium Bank (Grécia)	1.277.909	-	59.114	-	1.337.023
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	-	125.047	-	-	125.047
Millennium Bank, Anonim Sirketi (Turquia)	7.001	-	-	-	7.001
Outras	2.529	985	-	-	3.514
	7.632.277	220.933	222.104	1.238.915	9.314.229

À data de 30 de Junho de 2007, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, totalizam o montante de Euros 139.764.000.

À data de 30 de Junho de 2007, os débitos do Banco sobre empresas subsidiárias, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, são analisados como segue:

	Débitos IC's	Débitos Clientes	Títulos de dívida emitidos	Passivos Subordinados	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Banco Activobank (Portugal), S.A.	211.384	-	-	-	211.384
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	73.011	95	-	-	73.106
Grupo Bank Millennium (Polónia)	10.087	-	-	-	10.087
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	189.849	-	-	-	189.849
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	2.102.488	-	-	-	2.102.488
BCP Finance Bank Ltd	20.374.090	-	-	2.202.229	22.576.319
BCP Finance Company, Ltd	2.110	-	-	1.016.906	1.019.016
BCP Internacional II, S.G.P.S.					
Sociedade Unipessoal, Lda.	-	38.949	-	-	38.949
BCP Investment, B.V.	-	459.077	-	-	459.077
BitallPart, B.V.	13.253	-	-	-	13.253
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	118.989	-	-	-	118.989
Grupo Millennium bcp Investimento	499.209	9.328	574.228	2.739	1.085.504
Grupo Millennium Bank (Grécia)	510.637	-	-	-	510.637
Millennium bcp - Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	-	37.362	-	-	37.362
Pinto Totta International Finance, Limited	-	-	-	95.555	95.555
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	-	922.565	-	-	922.565
Banco Millennium Angola, S.A.	23.768	-	-	-	23.768
Millennium Bank, Anonim Sirketi (Turquia)	34.801	-	-	-	34.801
Outras	-	8.140	-	-	8.140
	24.163.676	1.475.516	574.228	3.317.429	29.530.849

À data de 30 de Junho de 2007, os débitos do Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, totalizam o montante de Euros 10.479.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares
30 de Junho de 2007

46. Empresas subsidiárias e associadas do Banco Comercial Português S.A.

Em 30 de Junho de 2007, as empresas subsidiárias do Banco Comercial Português S.A., consolidadas pelo método de consolidação integral são as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	% de particip. efectiva
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	849.181.744	PLN	Banca	65,5
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	2.008.956.625	AOA	Banca	100,0
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	157.000.000	EUR	Banca	100,0
BCP Internacional II, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0
BCP - Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	47.000.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0
Banpor Consulting S.R.L.	Bucareste	1.750.000	RON	Consultoria e Serviços	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0
CISF Veículos - Sociedade de Aluguer, Lda.	Porto	49.880	EUR	Aluguer de longa duração	100,0
Luso Atlântica - Aluguer de Viaturas, S.A.	Porto	1.000.000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0
Millennium bcp - Escritório de Representações e Serviços, S/C Ltda.	São Paulo	13.300.000	BRL	Serviços financeiros	100,0
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	322.000	EUR	Serviços	52,1
Millennium bcp - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	240.000	EUR	Serviços de videotex	100,0
Paço da Palmeira - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	Braga	39.905	EUR	Sociedade Agrícola	100,0
Servitrust - Trust Management and Services, S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0
Comercial Imobiliária, S.A.	Lisboa	293.747.255	EUR	Gestão de imóveis	90,0

Em 30 de Junho de 2007, as empresas associadas do Banco Comercial Português S.A., são as seguintes:

Empresa associada	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	% de particip. efectiva
Banque BCP, S.A.S.	Paris	65.000.000	EUR	Banca	19,9
Mozambique Investment Company, Ltd.	Port Louis	9.640	USD	Investimentos	26,3
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços Bancários	21,5
Unicre - Cartão de Crédito Internacional, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de Crédito	30,0

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, do **Banco Comercial Português, S.A. (Banco)**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 85.671.930 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 4.995.379 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 307.868 milhares de euros), nas Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira consolidada;
 - se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
- b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante no Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

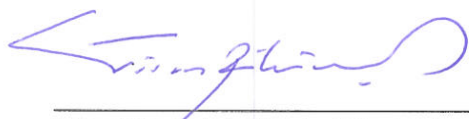
PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 17 de Setembro de 2007

KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.

representada por



Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC N.º 1081)

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, do **Banco Comercial Português, S.A. (Banco)**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 79.120.157 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.306.607 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 160.812 milhares de euros), nas Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que tem como base a aplicação do IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO


5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
- b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as NCA's e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 17 de Setembro de 2007

KPMG & Associados, S.R.O.C., S.A.
representada por



Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC N.º 1081)

**PARECER DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO
RELATIVO AO 1º SEMESTRE DE 2007**

1. O parecer do Conselho Geral e de Supervisão incide sobre a informação financeira, que inclui as demonstrações financeiras em base consolidada e base individual e o respectivo relatório de gestão, apresentada pelo Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, S.A., referente ao período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2007.
2. O Conselho Geral e de Supervisão reuniu periodicamente com o Presidente do Conselho de Administração Executivo e com o Administrador responsável pelas matérias financeiras, tendo tomado conhecimento oportuno das deliberações do Conselho de Administração Executivo.
3. A Comissão de Auditoria e Risco prestou ao Conselho Geral e de Supervisão todas as informações e esclarecimentos relevantes sobre o desempenho das suas funções, as quais incluíram, designadamente, as verificações julgadas oportunas e adequadas sobre o cumprimento dos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
4. Apreciámos, ainda, o Relatório de revisão limitada, sem reservas, elaborado pelo auditor registado na CMVM sobre a informação, em base consolidada e base individual, e com cujo teor concordamos.

Lisboa, 24 de Setembro de 2007

O Conselho Geral de Supervisão